

LEMAS DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

- 1964 – LEMBRE-SE: VOCÊ TAMBÉM É IGREJA
- 1965 – FAÇA DE SUA PARÓQUIA UMA COMUNIDADE DE FÉ, CULTO E AMOR
- 1966 – SOMOS RESPONSÁVEIS UNS PELOS OUTROS
- 1967 – SOMOS TODOS IRMÃOS
- 1968 – CRER COM AS MÃOS
- 1969 – PARA O OUTRO, O PRÓXIMO É VOCÊ
- 1970 – SER CRISTÃO É PARTICIPAR
- 1971 – RECONCILIAR
- 1972 – DESCUBRA A FELICIDADE DE SERVIR
- 1973 – O EGOÍSMO ESCRAVIZA, O AMOR LIBERTA
- 1974 – ONDE ESTÁ TEU IRMÃO?
- 1975 – REPARTIR O PÃO
- 1976 – CAMINHAR JUNTOS
- 1977 – COMECE EM SUA CASA
- 1978 – TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS
- 1979 – PRESERVE O QUE É DE TODOS
- 1980 – PARA ONDE VAIS?
- 1981 – SAÚDE PARA TODOS
- 1982 – A VERDADE VOS LIBERTARÁ
- 1983 – FRATERNIDADE SIM – VIOLÊNCIA NÃO
- 1984 – PARA QUE TODOS TENHAM VIDA
- 1985 – PÃO PARA QUEM TEM FOME
- 1986 – TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS
- 1987 – QUEM ACOLHE O MENOR, A MIM ACOLHE

SUBSÍDIOS PARA A CF-87

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| 01. Texto-base | 10. Círculos Bíblicos |
| 02. Manual (incluindo Texto-base) | 11. Cartaz (Grande, Médio e Pequeno) |
| 03. Subsídios Litúrgicos | 12. Cartão Postal |
| 04. Missa CF-87 (disco e encarte) | (com oração e sem oração) |
| 05. Fita K-7 CF-87 | 13. Spot para Rádio (disco) |
| (Missa e outros cânticos) | 14. Spot para TV (filmeto) |
| 06. Vigília Eucarística Comunitária | 15. Encontros com Crianças |
| 07. Celebração da Misericórdia | 16. Encontros nas Famílias |
| 08. Via Sacra CF-87 | 17. Envelopes CF-87 |
| 09. Encontros com Jovens | 18. Subsídios Litúrgicos |

Pedidos ao Centro de Pastoral Popular
Cx. Postal 09-1064 - 70000 - Brasília - DF
Tels. (061) 248-3403 ou 248-4166

Cz\$ 10,00

QUEM ACOLHE O MENOR A MIM ACOLHE.

Jesus Cristo



Texto Base

CAMPANHA DA FRATERNIDADE - 1987 - CNBB

REGIONAL
SUL 1
BIBLIOTECA
CAIXA-NO

2708

ORAÇÃO DA CF - 87

- Pai querido,
obrigado porque nos colocais
a serviço da Vida.*
- Tornai-nos sensíveis
à dramática situação
dos 36 milhões de Menores,
empobrecidos e marginalizados,
no meio de tanta riqueza
desse imenso Brasil!*
- Com eles, Jesus, vosso Filho
e nosso Irmão Libertador
se identifica ao dizer com amor:
"Quem acolhe o Menor, a Mim acolhe."*
- Convertei-nos, Pai querido,
pela força do Espírito Santo
que nestes Menores clama por justiça.*
- Fazei que acolhendo-os com carinho
tenhamos coragem*
- de arrancar pela raiz o pecado
e de construir a tão sonhada
sociedade justa e fraterna.*
- Permiti, Senhor,
que em nossas casas e praças
as crianças sorrindo
brinquem na paz!*

Amém!

CAPA

Um Menor sentado à beira da calçada, inclinado, de cabeça baixa, solitário, em pleno dia, desanimado e esperando a solidariedade de alguém. Um círculo de suave colorido ressalta o Menor e lhe dá sinal de esperança. A fé e o amor mobilizam a Comunidade que passa a assumir a causa da libertação do Menor.

Equipe "Markemos" — PUCAMP—SP

C.N.B.B.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE - 1987

Quem Acolhe o Menor a mim Acolhe

Jesus Cristo

1. Texto Base



CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL
SE/Sul – Quadra 801
Conjunto "B"
Caixa Postal 13-2067
Fone (061) 225-2955
70401 – Brasília – DF

CAPA

- Foto "Equipe Markemos"
PUCAMP – SP
- Arte Final
Ed. Paulinas – SP

FOTOS:

- JORNAL "O POVO"
(Fortaleza-Ce)
páginas: 02 (1); 22; 38; 74;
109 (5 e 6).
- CONRAD CONTZEN –
Nicarágua
páginas: 02 (2); 75; 106; 109 (1)
- IN-FORMAR
Cultura e Educação Popular-SP
páginas: 02 (3); 11; 12; 14; 17;
26; 29; 38; 68; 72; 74; 79; 84;
93; 109 (2,3,4).
- PUCAMP – Campinas-SP
(Instituto de Artes e
Comunicação)
Equipe
"Elo Propaganda" (pág. 7)
Equipe "Arquivo-Banco
de Idéias" (pág. 42)
Equipe "Somuscínco" (pág. 59).

DESENHOS:

- Ir. CRISMANDA SARAIVA:
páginas 4, 5, 6, 9, 19, 24, 25,
27, 28, 30, 32, 39, 41, 43,
44, 46, 47, 53, 57, 65,
77, 81, 87, 92.
- MARIO CELLI:
páginas 10, 20, 21, 31, 76,
82, 83, 85, 100
- JORNAL DE BRASÍLIA
(27/7/86): página 34
- GILMAR A. SILVEIRA
página 50.

PROGRAMAÇÃO VISUAL

- Eraldo Fonseca

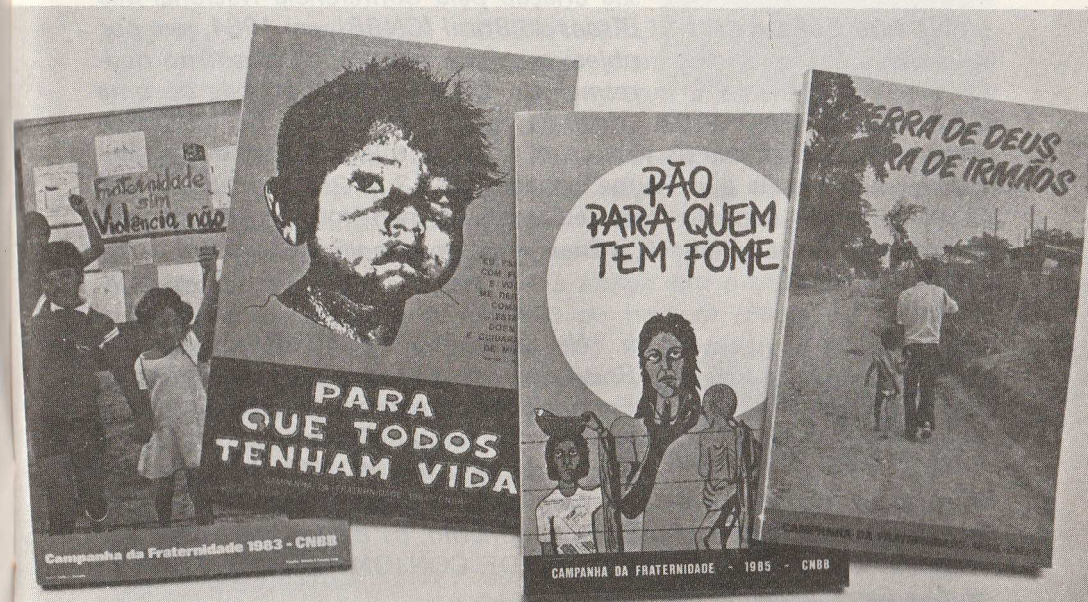
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

- Fórmula Gráfica e Editora
SIG – Quadra 4 – Lote 373
Tel. (061) 226-0457
Brasília – DF

INTRODUÇÃO GERAL

TEMA E LEMA DA CF
1987

1. *A Igreja propõe para a Campanha da Fraternidade (CF) de 1987 o tema A FRATERNIDADE E O MENOR, com o lema QUEM ACOLHE O MENOR A MIM ACOLHE (cf. MC 9,37). Esta escolha provém das exigências da fé e da visão da realidade brasileira que a Igreja vem adquirindo através de sua práxis e de sua reflexão, para as quais muito colaborou a própria Campanha da Fraternidade, desde seu início em nível nacional, em 1964. Temas questionadores e abrangentes como, por exemplo, família (1977), trabalho e justiça (1978), migração (1980), saúde (1981), educação (1982), violência (1983), vida (1984), fome (1985), terra (1986) ajudaram a revelar a situação na qual sobrevivem milhões de Menores empobrecidos, oprimidos, marginalizados e muitos deles infratores.*



A PARTIR DO
CONTEXTO BRASILEIRO

2. *Hoje, no Brasil, a fome mata sete crianças em cada cinco minutos, a violência está se tornando cada vez mais cruel e estima-se em trinta e seis milhões o número de menores marginalizados. Os problemas estruturais de nossa sociedade são extremamente graves, gerando um cortejo*

de miséria, sub-moradia, doença, analfabetismo e mortes precoces. Acrescente-se a isso a catástrofe provocada pela desordem ética do modelo econômico e cultural vigente: idolatria do lucro e dos bens materiais, ganância e competição, desajustes familiares e sociais, desrespeito à natureza. As vítimas são sempre os mais pobres, entre os quais principalmente as crianças, os doentes, os indígenas, os idosos.

QUE PRECISA SER MUDADO

3. Para a recomposição do tecido ético e cultural de nossa sociedade, além de um especial processo de conversão de cada um de nós e das justas reivindicações econômicas, vai ser preciso, a partir das nossas comunidades cristãs, reassumir os compromissos libertadores que integram a fé. Um dos importantes caminhos que se apresentam é buscar a transformação evangélica das pessoas e da sociedade, a partir da questão do Menor, colocando-o, portanto, no centro de nossas comunidades e de nossos projetos.

O POR QUÊ DA CF

4. A Campanha da Fraternidade, desde sua criação pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1964, tem por objetivo colocar em prática o espírito quaresmal de CONVERSÃO, através de uma CARIDADE RENOVADA, sinal da RESSURREIÇÃO DE JESUS, e prova da autenticidade de vida cristã: — Pai, que todos sejam um, para que o mundo creia que Tu me enviaste (Jo 13,14-25); Aquele que diz: 'Amo a Deus', mas não ama seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão, a quem vê, a Deus, a quem não vê, não poderá amar. (1ª Jo 4,20).

A CF NO CLIMA DO CONCÍLIO VATICANO II

5. Na Quaresma de 1964, a Igreja no Brasil realizava a sua primeira Campanha da Fraternidade com o tema: **Lembre-se, você também é Igreja**. Estávamos em pleno Concílio Vaticano II (1962-1965), que iniciava um grande processo de renovação da Igreja. Para aplicar no Brasil o espírito e os documentos do Concílio, os Bispos brasileiros articularam o PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO (PPC), o qual incluía a Campanha da Fraternidade.

OS TEMAS DA CF DESDE 1964

6. De 1964 a 1972, os temas da Campanha da Fraternidade (CF), inspirados na Constituição dogmática conciliar sobre a Igreja — LUMEN GENTIUM, voltaram-se mais para a renovação interna da pessoa e da Igreja.

7. De 1973 até hoje, sem deixar de lado essa tarefa própria do período litúrgico quaresmal de PENITÊNCIA E CONVERSÃO, a CF passou a dar ênfase ao documento conciliar GAUDIUM ET SPES, isto é, à renovação da Igreja em seu relacionamento com o mundo, sob a influência de Medellín (1968), do Sínodo sobre Justiça no Mundo (1971) e dos acontecimentos sociais e políticos da América Latina e do Brasil.

A CF NA PASTORAL

8. Afirmando a radicalidade da vida cristã em seus dois polos — FÉ E CARIDADE — a CF é um meio privilegiado de viver a Quaresma, permanecendo, o ano todo, como luz inspiradora e fio condutor da vivência eclesial.

9. Assumida hoje por toda a Igreja em nosso país, a CF é um dos principais instrumentos de unidade pastoral, aglutinando as Igrejas locais na mesma proposta de reflexão e ação. Vem cativando, também, a adesão de várias confissões evangélicas que, aos poucos, estão adotando a CF em sua ação evangelizadora.

CF — MEIO DE EVANGELIZAÇÃO

10. EVANGELIZAR é propor Jesus Cristo, sua pessoa, mensagem e missão à liberdade do homem, com a esperança de que Ele seja acolhido. A partir dessa resposta, a evangelização procura atingir e como que a modificar, pela força do Evangelho, os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modos de vida... que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação, e visa ainda atingir em profundidade, e até às suas raízes a cultura e as culturas do homem (Paulo VI, Evangelii Nuntiandi, nº 19 e 20 — Ed. Paulinas). A Campanha da Fraternidade é um dom especial de Deus à Igreja no Brasil em sua missão primordial de Evangelizar. É realizada na Quaresma, culminando na Páscoa, por causa da riqueza espiritual específica desse período do ano litúrgico, na vida do cristão e de toda a Igreja.

O OBJETIVO DA QUARESMA

11. A Quaresma (da 4ª feira de Cinzas à Páscoa) tem como objetivo aprofundar a CONVERSÃO, isto é, acolhida, pela penitência, oração, reflexão e ação, de Jesus no mistério central e culminante de sua vida, que é sua paixão, morte e ressurreição. Este processo renova anualmente a vida de cada cristão, das comunidades e conseqüentemente de toda a Igreja. É o período em que, à luz dos 40 anos de caminhada do povo de Israel pelo deserto (saindo da escravidão em busca da terra prometida) e à luz dos

40 dias e noites que Jesus passou no deserto, os cristãos confrontam suas vidas com a do Senhor.

O QUE É PÁSCOA?



A CF NO CONTEXTO QUARESIMAL

irmãos explorados e sacrificados em diversas situações. Entre essas situações há também a dos **MENORES EMPOBRECIDOS**: o que fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes (Mt 25,31-46), tema proposto para 1987. (1)

TEXTO-BASE

14. O Texto-base é o documento principal da Campanha da Fraternidade. Apresenta para 1987, alguns dados iniciais, motivadores e provocadores para o processo evangelizador de conscientização e mobilização do povo, a partir da ótica da fé, em torno do tema. É a orientação oficial da Igreja quanto à visão sócio-teológico-pastoral do assunto.

(1) Ver em "Manual da CF-87" reflexão sobre integração entre CF e Quaresma, na introdução à 2ª Parte "Subsídios Litúrgicos".

VER

15. A primeira parte, o **VER** apresenta a crua realidade em que sobrevive o Menor e a Menor na sociedade brasileira. Interessam aqui as causas e conseqüências sociais da situação e que estão configuradas no contexto sócio-econômico e político do Brasil, retratado sobretudo no chamado **CICLO DA MARGINALIZAÇÃO**, aplicado ao caso do Menor e da Menor. Neste esboço de retrato da realidade, além do recurso às ciências psico-sociais, são aproveitados depoimentos de crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, abandonados e marginalizados das diferentes regiões do país. É de fundamental importância que o leitor e as comunidades complementem estes dados e os situem no concreto do contexto social onde estão.



JULGAR

16. A segunda parte, o **JULGAR** propõe, em nível de fé, desafios específicos à consciência de todos, visando a conversão pessoal e social em vista da busca de soluções libertadoras para o Menor. Recorre-se então à própria ação de Deus na história, que se manifesta sempre como defensor da viúva, do órfão, do estrangeiro, do pobre. Recorre-se também à palavra da Igreja, nos Santos Padres, no Magistério e na ação dos cristãos ao longo da história. Aparece, então, uma Igreja que apesar de suas limitações humanas, sempre teve especial opção pelos marginalizados.

INDIGNAÇÃO ÉTICA

17. Esta reflexão proposta pelo JULGAR, com base em dados bíblicos, teológicos e na ação da Igreja, procura despertar em todos uma justa indignação ética e religiosa. Questionados pela Palavra de Deus na voz da consciência e ao ouvir o clamor dos pobres, podemos reconhecer nisso tudo que acontece com o Menor, a realidade do pecado pessoal, comunitário e sócio-estrutural. É Deus quem converte. Somente a conversão permite encontrar caminhos para resolver os problemas que afligem este mundo.

AGIR

18. Na terceira parte, o AGIR apresenta propostas para desencadear ações que concretizem uma resposta ao apelo da criança, do adolescente e do jovem empobrecidos. Sejam, ao mesmo tempo, sinal de que está havendo uma busca eficaz de libertação global. É preciso buscar soluções corajosas para a questão do Menor e da Menor no Brasil. A partir do que está sendo feito na prática das comunidades e nas tentativas de mudança nas estruturas sociais injustas procurar-se-á sensibilizar toda a Igreja e pessoas de boa vontade e autoridades constituídas para um compromisso organizado e orgânico em favor dos irmãos pequeninos marginalizados, explorados e alienados, vítimas de um contexto social de pecado.

MENOR NÃO É PROBLEMA, É SOLUÇÃO

19. Ao longo de todo este esforço da Igreja, o MENOR não é tratado como "problema", mas como aquele a partir do qual vamos desencadear e gerar a busca da "solução" duradoura e eficaz para todos os problemas da sociedade, em suas raízes e conseqüências.

A PÁSCOA DO MENOR

20. Preparando e celebrando a Ressurreição vitoriosa de Jesus Cristo, desejamos que o compromisso com a caminhada de libertação do Menor nos ajude a perceber e assumir melhor, em nós e em toda a Igreja no Brasil, a plenitude do Mistério Pascal.



PRIMEIRA PARTE DESAFIOS DA REALIDADE DO MENOR



Introdução

ESQUEMA DA 1ª PARTE

21. Esta primeira parte apresenta alguns pontos básicos para um olhar crítico sobre a realidade do Menor no Brasil. Após a pergunta "Quem é o Menor?", a resposta é buscada no contexto sócio-econômico-político-cultural e religioso brasileiro. E a conclusão vai-se evidenciar numa indignação ética diante da situação e na busca de caminhos para acolher e promover a vida do Menor.

1.1 — O MENOR: UM GRANDE DESAFIO PARA A IGREJA, A SOCIEDADE E O ESTADO

QUEM É O MENOR

22. Mas quem é este MENOR, quem é esta MENOR a quem se refere a Campanha da Fraternidade de 1987? Que postura a Igreja, a sociedade e o estado estão assumindo diante do Menor? Qual a situação do Menor no Brasil de hoje?

O QUE DIZ A REALIDADE



23. A simples observação do cotidiano da realidade brasileira aponta uma lista enorme de situações de crianças, adolescentes e jovens identificados como Menores empobrecidos abandonados, marginalizados e oprimidos. Citemos alguns exemplos: o Menor *Bóia-fria, Lavrador, Minerador, Posseiro, Peixeirinho de beira-rio, Migrante, Favelado, Cortiçado, Oleiro, Vidreiro, Vendedor ambulante, Picolezeiro, Engraxate, Menor de Rua, Guarda-Mirim, "Boy", Limpador de pára-brisa, Guardador de carro, Vendedor de Santinho, Catador de papelão, Carregador...* Sofre maior opressão na sociedade o Menor negro e, especialmente, a menina. O Menor índio, ainda que acolhido de maneira exemplar pelos adultos da tribo, sofre com eles a marginalização a que seu grupo está submetido na sociedade (ver anexo).

O CONTATO

24. Além da observação, é preciso o contato com o Menor para conhecê-lo e seu mundo. É preciso ouvi-lo, possibilitar-lhe a palavra. Deixá-lo falar do jeito que vive ou sobrevive, contar sua história, dizer como vê o mundo, como percebe a realidade, seja na zona urbana (centro e periferia), pequenas e grande cidades, seja na zona rural ou entre as populações indígenas. Eles têm seus anseios, esperanças e projetos, bem

como seus traumas e revoltas. Os escombros da família, a rua, o bando, a violência, a luta por sobreviver deram-lhes um jeito próprio de ver e sentir a realidade e, conseqüentemente, de reagir e esperar.

OS DEPOIMENTOS

25. Ao longo deste estudo sobre o Menor, recolhemos alguns depoimentos que delineiam a partir dos próprios menores o perfil deles, da vida e do mundo como eles o percebem. E vamos encontrar o Menor DENUNCIANDO com veemência as injustiças da sociedade, das quais é grande vítima. Mas vamos encontrá-lo também ANUNCIANDO as possibilidades de um Mundo Novo de fraternidade, justiça, partilha dos bens, trabalho, saúde, alimentação, escola, moradia, liberdade para todos. As comunidades que se abrirem à criança empobrecida perceberão que esta criança não é "carente" de valores, mas é oprimida, impedida de participar, de dar a sua contribuição conforme a riqueza e os valores que lhe são próprios. Sujeitos de uma preferência especial do próprio Deus, poderão converter a Comunidade.

"As crianças não são respeitadas nem nas praças, nem nas ruas. Os carros param diante do farol, o que não vale nada, e não param diante de uma criança que vale tudo. Eles dão mais valor para as coisas do que para as pessoas."
(M. - 16 anos - São Paulo/SP - 1985)



O QUE DIZ A LEI

26. O Novo Código de Menores, promulgado pela Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, fala sobre a assistência, proteção e vigilância a menores de dezoito anos de idade, que se encontram em situação irregular. E, por situação irregular o referido Código, no artigo 2º, entende o MENOR privado de condições essenciais de subsistência, saúde e instrução obrigatória, representatividade e assistência em razão da falta, ação ou omissão ou manifesta impossibilidade dos pais e responsáveis.

POR QUE UMA CF SOBRE O MENOR?

27. O que levou a Igreja a convocar a nação para uma Campanha da Fraternidade tendo como tema o Menor? Todos sabemos que a Igreja sempre foi sensível à dor e à pobreza e tentou minorar a situação das crianças, dos doentes, dos idosos empobrecidos. No Brasil, até data bem

recente, era a Igreja, na prática, uma das poucas instituições que, através das Congregações Religiosas e de outras organizações, procurava atender, em milhares de obras sociais, ao abandono dos empobrecidos. O que há, então, de novo no procedimento da Igreja?



"Eu mando dizer para as pessoas que organizam a CF que eles não fracassem, porque a CF é um negócio muito bom, e que eles continuem fortes e firmes como estão. A CF deste ano "Terra de Deus, Terra de irmãos" já bateu muito em mim porque eu também não tinha terra pra trabalhar".
(R. 13 anos, Teresina/PI)

NOVA POSTURA DA IGREJA FACE AO SOCIAL

28. A novidade está na maneira como a Igreja passou a ver-julgar-agir em relação à realidade do homem e da história. Além de continuar atendendo os desamparados, a Igreja, percebeu que era seu dever, em nome de sua missão, atuar sobre as causas geradoras de tanto sofrimento. Mantendo a postura da fé e da caridade, ela passou para uma visão e uma tomada de posição críticas sobre a engrenagem social.

IGREJA ATITUDE CRÍTICA À LUZ DA FÉ

29. Durante muito tempo, o seu ingente trabalho de assistência social concentrava-se mais nas conseqüências e nos efeitos, por causa de limitações da sua percepção e da própria situação histórica. Nem sempre soube questionar o sistema sócio-econômico-político, nem a si própria e às suas obras. Hoje a Igreja percebe melhor, à luz da ação do Espírito, o papel que lhe cabe desempenhar em prol dos marginalizados. Fez, então, a sua opção evangélica e preferencial, não exclusiva nem excludente, pelos pobres.

"Eu queria que a Campanha da Fraternidade colocasse muita coisa do Menor de rua, da vida da gente, que a gente sofre muito!"
(L.C. - 13 anos, Nordeste)

IGREJA PROFÉTICA

30. Numa perspectiva profética e crítica, a Igreja busca vivenciar a fé em Jesus Cristo, bem dentro da realidade. Deve dar o testemunho da justiça evangélica de uma tal forma que expresse a caridade numa crítica direta ao egoísmo que impregna o contexto sócio-econômico. É preciso

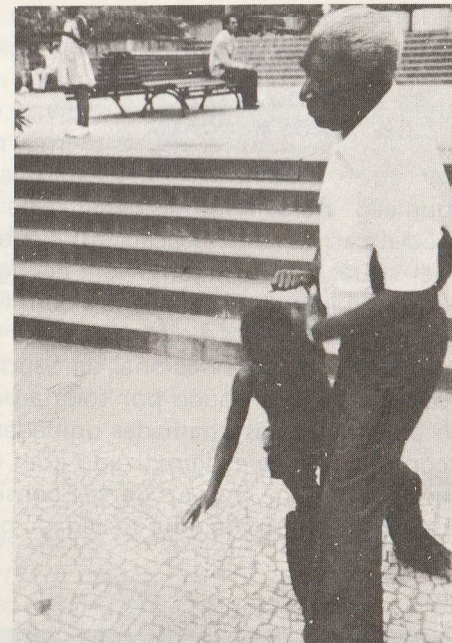
superar um desenvolvimento histórico no qual os pobres são sempre vítima, por causa da cegueira do coração e por causa das estruturas injustas e pecaminosas da sociedade.

A SOCIEDADE E O MENOR

31. É fácil constatar que também a Sociedade e o Governo passaram a ver com preocupação nova a situação do Menor. A presença do Menor surge como uma constante nos debates políticos, nos livros, reportagens, programas de TV e filmes. Só que, muitas vezes, a preocupação não é com o Menor enquanto pessoa, enquanto sujeito de direitos que lhe são negados. A preocupação é, antes, com a garantia de segurança de quem já usufrui da propriedade e do bem-estar da sociedade constituída. O Menor marginalizado passou a ser uma ameaça à tranqüilidade social. Esta postura, segundo muitos especialistas, está presente no atual Código de Menores em que, não obstante a intenção explicitada de proteger o Menor, coloca-o em situação igual ou inferior à do adulto em idênticas condições. Eis alguns exemplos típicos: o Menor é preso só por suspeita, não tem direito à defesa e nem ao "Habeas Corpus", continua preso indefinidamente (prisão perpétua), sem julgamento.

FUNABEM - FEBEMs

32. O fenômeno do Menor "carente, abandonado, infrator" tornou-se tão urgente e perturbador que a Lei Federal 4.513, de 1964, fez surgir a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e suas instituições estaduais. Alguns acolheram a iniciativa como reação social à ameaça que o Menor passou a significar para a sociedade.



"Na rua tem muita gente que bate na gente, a polícia, os meninos maiores. As pessoas xingam a gente e dizem: "Você é um ladrão!" Mas eu não sou!"
(R. 13 anos - Teresina/PI)

Os propósitos e a política social da FUNABEM se resumem nos seguintes louváveis tópicos:

- buscar um novo enfoque no tratamento da questão do Menor;
- criar instituições para menores, mas com características aproximadas da vida familiar;
- integrar o Menor na comunidade, tendo por base a família ou lares substitutos, incentivando-se iniciativas regionais e locais e dinamizando-se as comunidades.

A AÇÃO DO ESTADO JUNTO AOS MENORES

33. Esta política e estes propósitos não foram, porém, traduzidos em práticas educativas condizentes. A tônica do atendimento pelas instituições estatais permaneceu quase sempre no confinamento e na punição. Raras foram as beneméritas exceções devidas a pessoas com especial carisma e dedicação, auxiliadas por pessoal competente dedicado. Tal situação dificilmente será corrigida, porque fruto de erro histórico de se criarem órgãos setoriais com função apenas corretiva e reparadora da ineficiência das políticas sociais mais globais, que tratam, por exemplo, do problema nacional da Saúde, do Trabalho e da Educação. São constantes, um pouco por toda a parte, as notícias de violências, fugas e até morte nas chamadas unidades de "recuperação" do Menor. Este continua sendo estigmatizado com o rótulo fácil de "marginal", é vigiado e punido, em vez de ser considerado como uma vítima indefesa, um sub-produto de uma sociedade omissa e desumana.

34. Levados por esse modo de pensar são, infelizmente, muitos os que vêm como solução para o problema a ação repressiva e policial. Tal visão é alardeada por programas radiofônicos de ampla audiência. Tomam os fracassos da atual política de "bem-estar do Menor" como argumento para defender planos de segurança que chegam até ao uso de esquadrões da morte, prática absurda e impunemente presente em nosso país.

35. A partir dessa ótica, procura-se justificar um aparato de repressão sobre o Menor. Sempre suspeito, uma vez apanhado, passa a percorrer uma terrível *via crucis* que inclui órgãos de segurança pública e judicial,

IMPORTA "AJUSTAR" O MENOR

centros de triagem, internamentos que mais adestram um marginal do que o recuperam. O objetivo é de "ajustar" o Menor na engrenagem do sistema: *ajustar os miseráveis para ficarem no seu devido lugar na sociedade e sem perturbá-la*, sem se pensar, porém, na diminuição da miséria e das escandalosas injustiças que produzem o Menor e todos os demais marginalizados. Mas o processo utilizado com o Menor tem demonstrado a falência da atual política do "bem-estar do Menor", pois, não conseguindo "ajustá-lo", contribui, o mais das vezes, através da repressão, para torná-lo delinqüente e até de alta periculosidade social.

CPI SOBRE O MENOR

36. Em 1975, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o Menor revelava a existência de nada menos que 13.542.508 menores carentes no Brasil. E esta CPI acrescentava: *é importante esclarecer que estes números se referem à carência e ao abandono visíveis, percebidos pelos prefeitos informantes. Mas alguns indicadores sócio-econômicos, principalmente o que fixa em até dois salários-mínimos o rendimento mensal de 2/3 da população assalariada, autorizam-nos a avaliar em 25 milhões a população de menores carentes e abandonados (2).*

O PERIGO DO MENOR

37. A mesma CPI, assustada, alertava ainda: *Se não forem tomadas medidas preventivas e de recuperação dos menores infratores, a vida se tornará insuportável para todos nas grandes cidades brasileiras (3).* Estavam em questão, portanto, não o Menor em si, os interesses e os direitos do Menor e, sim, as conveniências e a tranquilidade da sociedade.

A SITUAÇÃO HOJE

38. Hoje, passados doze anos, a situação ficou pior do que naquela época, devido aos inúmeros problemas sócio-econômico políticos e culturais que o Brasil enfrentou de 1975 para cá, acumulando uma dívida social de incalculável monta. No próximo capítulo, analisaremos com alguns pormenores estes problemas.

QUANTOS MENORES HOJE?

39. Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1981 a população de brasileiros de 19 anos para baixo era estimada em 58.286.961. Dessa população, 55%, ou seja 32.100.565 eram caren-

(2) Câmara dos Deputados, A Realidade Brasileira, CPI do Menor, Brasília 1976, pp. 25-26.

(3) Câmara dos Deputados, A Realidade Brasileira, 1976, pág. 29.

tes (4). Hoje há publicações sérias estimando em 36 milhões o número de menores que sobrevivem empobrecidos, explorados e marginalizados dos quais sete milhões estão abandonados por seus pais e parentes perambulando pelas estradas e ruas. É crescente ano a ano o número dos assim chamados menores delinquentes ou infratores.



40. Mas quais as verdadeiras causas que geram e marginalizam tantas crianças, adolescentes e jovens neste imenso, rico e tão religioso Brasil? Que dizem de si, de suas famílias, do mundo e de Deus estes menores empobrecidos? O que desejam?

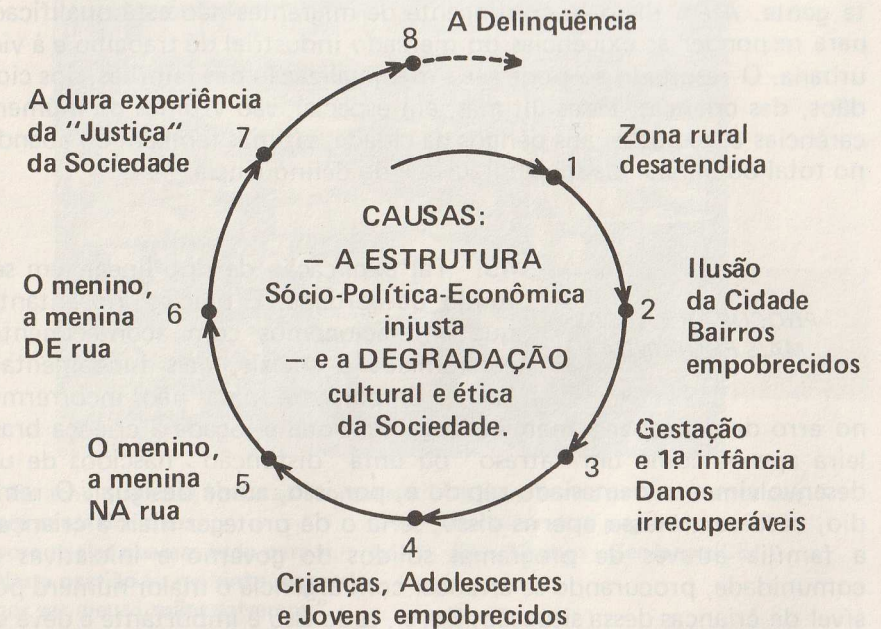
41. APROFUNDAMENTO

- a) Atualize os dados sobre a situação do Menor no Brasil.
- b) Em que condições vivem (sobrevivem) os Menores de sua região?
- c) Como a Igreja, em sua região, vem atuando em relação ao Menor?
- d) Como as instituições do estado procedem em relação ao Menor em sua Região?
- e) Como a sociedade local se posiciona em relação ao Menor?

(4) FUNABEM, *A Questão do Menor*, p. 5, 1983

1.2 – O CICLO DE MARGINALIZAÇÃO DO MENOR

42. O gráfico é indicativo e não esgota todas as alternativas e possibilidades. A partir de cada situação ou estágio, o Menor pode assumir rumos diferentes dos apontados aqui. Seguimos a trajetória mais representativa e que traz maiores conseqüências.



1.2.1 – As Causas

DESIGUALDADE
ECONÔMICA
DECADÊNCIA MORAL

43. O Menor marginalizado não surge por acaso, nem nasce mau. Ele é fruto de um estado de injustiça social crônica, que gera e agrava o pauperismo em que sobrevive a maior parte da população. Na medida em que a desigualdade econômica e a decadência moral foram crescendo nestes últimos anos, aumentou cada vez mais o índice de menores empobrecidos,

RÁPIDAS
TRANSFORMAÇÕES
SOCIAIS

44. Onde está a explicação de tudo isso? Em geral se diz, e com razão, que a explicação reside nas rápidas transformações que se dão por causa da industrialização e da urbanização do país. Tal processo provoca um impacto sobre a economia, a organização social e a cultura do mundo rural. Entre outras coisas, surge o êxodo rural com o conseqüente "inchaço" das cidades brasileiras, para as quais ocorre um número imenso de famílias em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A capacidade de atendimento social da infra-estrutura urbana é demasiado pequena para receber esta demanda. Não há como dar trabalho, moradia, escola, alimento, assistência médico-hospitalar para tanta gente. Além disso, o contingente de migrantes não está qualificado para responder às exigências do mercado industrial de trabalho e à vida urbana. O resultado só pode ser a marginalização das famílias, dos cidadãos, das crianças. Essas últimas, em especial, são vítimas de inúmeras carências e, expostas aos perigos da cidade, vítimas também do abandono total ou parcial, da malandragem e da delinqüência.

PROCURAR CAUSAS
MAIS PROFUNDAS

45. Tal explicação de tipo linear tem seu fundo de verdade. É preciso, no entanto, que a relacionemos com acontecimentos econômicos e sociais mais fundamentais. Isso é importante para não incorreremos no erro de conceber a marginalização em que é jogada a criança brasileira apenas como um "atraso" ou uma "disfunção" nascidos de um desenvolvimento demasiado rápido e, por isso, ainda desigual. O remédio, caso se tratasse apenas disso, seria o de proteger mais a criança e a família através de programas sólidos do governo e iniciativas da comunidade, procurando-se arrancar com urgência o maior número possível de crianças dessa situação. Em si, tudo isso é importante e deve ser feito. Contudo, não atingiria a raiz do problema, embora amenizasse a dor e o abandono de muitas crianças.

O MODELO ECONÔMICO
VIGENTE É "INIQUO"

46. É necessário que se pergunte, portanto, qual é a causa real deste fenômeno doloroso. Por que é que, tendo a economia brasileira crescido tanto nestes últimos decênios, continua tão elevado o número de carentes e de miseráveis em nossa sociedade? Donde vem a crescente pauperização da população brasileira? A resposta, que em si é complexa, talvez possa ser resumida em uma única frase: **vem do próprio modelo econômico.** É sobre ele que se assenta o inegável crescimento de nossa produção industrial e agrícola. Só que este modelo gera para uns poucos

uma acumulação crescente de riqueza e a renda fica desigualmente distribuída. Além disso, os grandes recursos de investimento que entram no país (boa parte da dívida externa e os capitais nacionais) são aplicados dentro dos objetivos de expansão, produção, consumo e fabricação de armas. Ignoram-se os despossuídos, os 50% da população que não tem, nem nunca tiveram, participação nos benefícios e no produto do trabalho que sacrificadamente realizam. A riqueza brasileira é uma das mais mal distribuídas do mundo. enquanto os indicadores econômicos colocam o Brasil em 8º lugar no mundo, os indicadores sociais situam-no em 52º lugar, abaixo das Filipinas e da Tailândia, não muito acima da Nigéria. (5)



"Eu acho que estas coisas só acontecem por causa dos ricos, porque eles querem tudo para si. Nesta ocasião eu me sinto magoada por ver meus irmãos sofrerem." (S. - 11 anos - Mourão - CE)

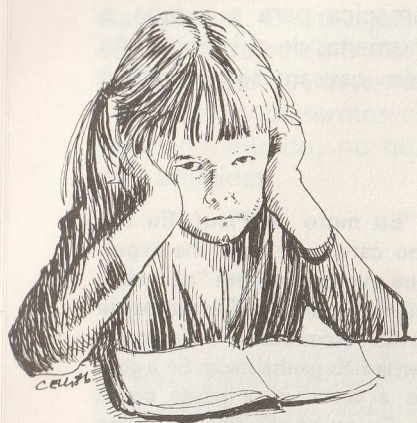
"Quem enrica os ricos somos nós trabalhando e pagando meia." (N. - 12 anos - Genipapo/CE)

TRABALHO
E CAPITAL

47. Como disse tão claramente o Papa João Paulo II, em Puebla: "se há ricos cada vez mais ricos", isso se dá "às custas de pobres cada vez mais pobres" (Puebla 30). O Santo Padre está falando aqui não só de pessoas, de indivíduos, mas também de classes. E isso é retomado na

(5) Um estudo realizado pelo IBGE com UNICEF e OPAS em 1986 mostra a iniquidade sócio-econômica do Brasil. Apenas 10% da população economicamente ativa concentra 47,6% da renda nacional, enquanto 90% da mesma população só podem apropriar-se de 52,3% desse rendimento. Uma minoria numérica inexpressiva não permite que uma imensa maioria tenha o suficiente para alimentar-se com decência. No Brasil de hoje 20% da população está na pobreza absoluta. Cf. tb. Jaguaribe, H. Brasil 2.000, Ed. Paz e Terra, Rio, 1986.

da folha da cana, cujo fio corta como navalha e do seu carvão que deixa a pele enegrecida. Nestas condições, não há como usufruir da infância.



51. Não há acesso à escola, seja por não existir no lugar, seja porque o ano letivo não corresponde ao ritmo rural. Os conteúdos e metodologias não atendem às necessidades rurais de um ensino escolar-agrícola adaptado à situação climática local e à cultura do povo ali existente.

"Já ouvi muito falar nos direitos da criança e eu queria que a gente tivesse direito à escola!"
(R. - 13 anos - Teresina/PI)

52. A migração no Brasil atinge a família toda e de modo especial a criança e o Menor, ocasionando graves problemas: separação do casal, quase sempre ficando a mulher com as crianças, enquanto o marido migra em busca de trabalho, freqüentemente constituindo outra família. As famílias migrantes não encontram o mínimo de infra-estrutura de apoio onde se implantam. E normalmente são numerosas, tendo acima de cinco filhos.

"A gente morava no interior, mas não estava dando, aí meu pai vendeu o pedaço de terra que tinha e foi pra Teresina. E agora a gente está lutando!"
(A.R.M. - 13 anos - Piauí).

53. Surge então a figura do Menor migrante "boia-fria" que vive na mais deprimente situação: barracões precários construídos pelas usinas ou pensões em completa promiscuidade. Aos poucos, acontece a perda das raízes culturais e das tradições.

"Eu tinha 20 irmãos, mas agora só tenho 10. Eu tenho pai e mãe. Minha mãe é nervosa e meu pai é aposentado pelo INPS por causa de uma perna. Com 9 anos saí de casa pra trabalhar."
(A. -13 anos - Nordeste)

AS MENINAS DE FAMÍLIAS MIGRANTES

54. As meninas destas famílias migrantes e empobrecidas, assumem muito cedo o cuidado dos irmãos menores para que os pais possam trabalhar. Logo que atingem a puberdade, muitas se empregam como do-

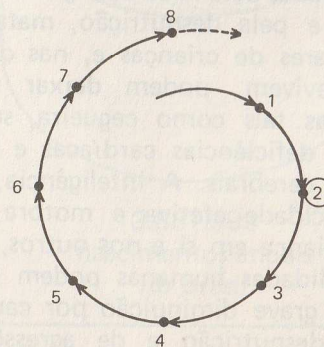
mésticas. Despreparadas para a nova situação de vida, sem o apoio da família que as recebe, carentes afetivamente, são desrespeitadas em todos os seus direitos. Muitas, enganadas, caem no relacionamento sexual. Se acontece a gravidez, entram no dilema: assumir o filho, doá-lo ou abortar. Na primeira hipótese, correm o risco não só de perder o emprego mas de, conservando-o, não terem recursos suficientes para si e a criança. Na segunda, há os traumas da separação mãe e filho. Na terceira acontecem as terríveis conseqüências psicossomáticas e éticas do aborto. Este contexto favorece o recurso à prostituição.



PROSTITUIÇÃO

55. Nas regiões de maior fluxo migratório, a prostituição de Menores atinge índices impressionantes. Ressaltam-se em especial as áreas de mineração, extração de madeira e centros de cidade.

"Em Rio Branco, são as mães que levam as filhas a se prostituírem com os peões que vão pra lá explorar ouro. Ou as vendem aos caminhoneiros que vêm para o Sul, certas de que, aqui, elas encontrarão uma vida melhor. Recente levantamento do governo do Pará apontou que, só na capital há 30 mil meninas entre 11 e 15 anos vivendo da prostituição."
(em JB, 27/10/1985).



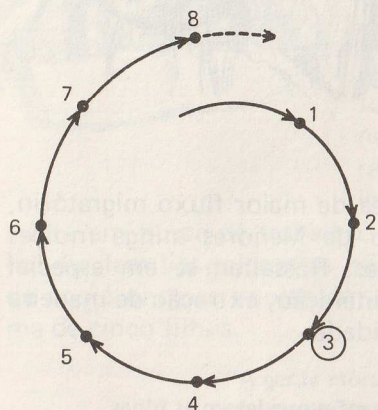
1.2.3 — A Cidade (2ª fase)

56. Raramente a cidade é solução. Alguns, apesar de muitas dificuldades, conseguem uma inserção na estrutura produtiva e comercial urbana. A maioria,

porém, se fixa no subemprego, no desemprego, no biscate; um sofrimento contínuo e inventável, que gera insegurança, instabilidade, desentendimentos e dificuldades tão grandes em nível familiar, moral, social e religioso, que acabam desestruturando ainda mais a família. E, como conseqüência, as CRIANÇAS ficam desamparadas e marcadas para o resto da vida por estes problemas.



“Na nova Constituição eu queria que colocasse que os meninos não trabalhassem e que falasse no trabalho dos pais, que os pais tivessem trabalho.”
(R. - 13 anos/PI)



1.2.4 — Gestação e Primeira Infância (3ª fase)

57. Há um assassinato silencioso de crianças brasileiras, provocado por uma soma de carências: miséria, infecção e desinformação. Várias doenças infantis são ainda agravadas pela falta de higiene básica e pela desnutrição, matam milhares de crianças e, nas que sobrevivem, podem deixar seqüelas tais como cegueira, surdez, deficiências cardíacas e lesões cerebrais. A inteligência, a capacidade afetiva e motora, a confiança em si e nos outros, as habilidades humanas podem sofrer grave diminuição por causa da desnutrição e de agressões

ASSASSINATO SILENCIOSO



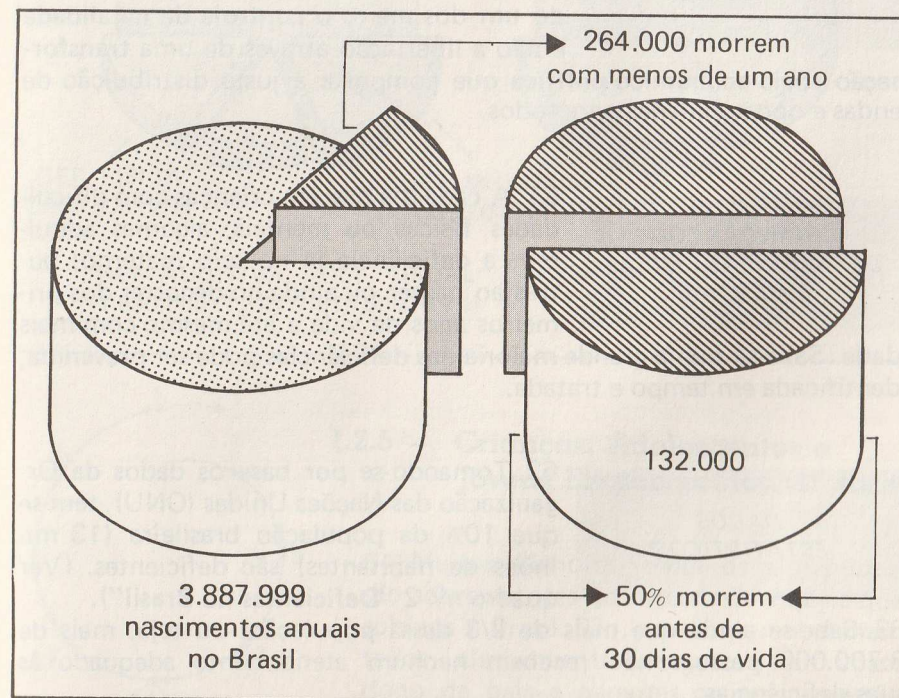
DANOS IRREPARÁVEIS

que a criança recebe durante a gestação, o parto, nas primeiras semanas e anos de vida. E dois terços das mortes de crianças com menos de 5 anos no Brasil são por causas cujo controle é conhecido e possível de ser superadas. Duzentas e onze mil sobre trezentas e vinte mil crianças não teriam morrido se a desnutrição, as doenças respiratórias, as diarreias, as pré-natais e as preveníveis por vacinação, tivessem sido tratadas em tempo. A diarreia é a causa principal dos óbitos infantis no Nordeste (mais de 30%). (Ver quadro nº 1: “Mortalidade Infantil”).

MORTALIDADE INFANTIL

58. Em 1985 nasceram 3.887.999 crianças e morreram aproximadamente 320.000 entre 0 e 4 anos. O mais lamentável é que 246.000 crianças (84,4%) morreram com menos de 1 ano e dessas, a metade antes de completar trinta dias de vida. Para cada 10 crianças que morrem na América Latina, 5 são brasileiras. O Nordeste, com 1/3 de nascimentos nacionais, é responsável por 50% da mortalidade infantil em nosso País.

QUADRO nº 1 — “MORTALIDADE INFANTIL”

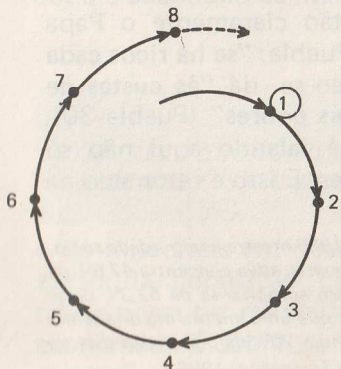


“Laborem Exercens”, sua encíclica sobre o trabalho, onde deixa mais claro ainda as relações injustas que existem, entre o trabalho e o capital (cf. L. Ex. Cap. III). O egoísmo pessoal se estrutura em nível social e ocasiona uma tão grande desorganização nas relações entre as pessoas e as classes que umas passam a dominar sobre as outras, a oprimí-las e escravizá-las. E este egoísmo se torna ainda mais cruel quando é rodeado pelos ídolos do poder, do dinheiro, do prazer e do saber opressores. É neste nível que devemos buscar soluções iniciativas adequadas à nossa realidade, se quisermos chegar à raiz verdadeira e última do problema social do mundo, no qual a criança empobrecida é uma das vítimas mais atingidas.

“O que nossos pais sofrem,
nós sofremos também.”
(L. - 13 anos - Timbaúba/CE)

RAZÕES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL

48. A ingente dívida social tem raízes históricas em nossa estrutura social. A apenas um ano da celebração do centenário da chamada “Abolição da Escravatura”, deve-se reconhecer que a miséria em que vive hoje metade da população brasileira tem a ver com a formação inicial do nosso povo. A desigualdade de hoje é expressão e resultado de um processo histórico injusto que, desde os primórdios, desconhecia direitos fundamentais do homem, reduzindo-o a objeto de compra e venda. Não é sem razão que, em qualquer favela, e em qualquer estabelecimento de reeducação no Brasil, predominam os brasileiros de raça negra. O mesmo se dá entre os desempregados ou entre os analfabetos. É porque foi sempre em cima de seu suor e de seu trabalho que se construiu a riqueza nacional, a partir de uma estrutura sócio-econômica, política e cultural que nunca lhes permitiu ocupar outro espaço. Também aqui se fazem necessárias mudanças profundas como condição para uma solução definitiva do problema do Menor que, portanto, é de natureza social e política.



1.2.2 — Zona Rural (1ª fase)

49. Constata-se na zona rural a mesma rápida penetração de grandes capitais destinados a aumentar a produção de bens exportáveis. A agricultura e a pecuária experimentam notáveis avanços, com atividades

mecanizadas e de larga escala. Só que, de novo, os lavradores são atropelados por esse processo. São acuados, submetidos à exploração e desrespeitados em seus direitos fundamentais. Na situação injusta da distribuição das terras, no modelo de trabalho e produção, nas parcerias injustas, na grilagem da terra, na escravidão branca é que encontramos as razões e as raízes profundas da migração maciça para a cidade, à procura de vida melhor e de condições mais humanas de existência. As calamidades naturais (secas, enchentes) também causam sofrimento e forçam as migrações (6).



“Eu moro no Piauí. Eu trabalhava no carvão. O dono me expulsou porque queria que fosse “de meia”. Nós sofríamos muito. Tínhamos de fazer carvão escondido. E fazer de meia a gente não ganha nada. Se a gente tivesse a terra, aí a gente podia trabalhar. Eu tenho 11 anos, já sinto a falta da terra pra trabalhar.

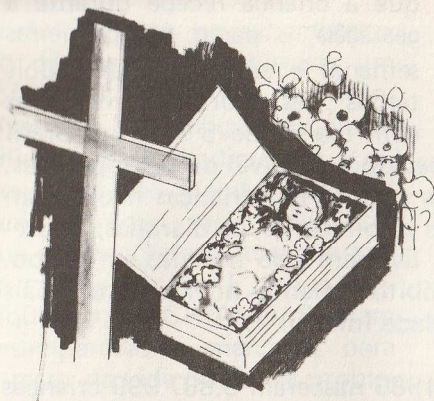
Agora eu estou trabalhando de horta, mas sinto a mesma dificuldade de não ter terra. Na horta eu não ganho muito dinheiro porque a monitora não entende muito da horta e a terra não é boa. Eu ganho 10, 20, 30 por semana e dou o dinheiro pra minha mãe. Meu pai morreu faz 6 anos. Comecei a trabalhar com 5 anos.

Eu espero que os meninos ricos fiquem sabendo que nós somos pobres, estamos trabalhando e que todo menino deve tomar consciência do trabalho” (J.C. - 11 anos - Teresina/PI).

OS MENORES TRABALHADORES NA ZONA RURAL

50. Os menores da zona rural são obrigados, desde tenra idade, a trabalhar para ajuda econômica à família. Muitas vezes, devem trabalhar longe de casa, para terceiros. Em geral são trabalhos acima das condições físicas do Menor, com remuneração irrisória e sem a mínima proteção legal. Em São Paulo, nas regiões da cana, por exemplo, ganham por produção, chegando a cortar cinco toneladas por dia. As meninas cobrem-se deixando apenas os olhos à vista, para se protegerem

(6) Cf CNBB, *Terra de Deus, terra de Irmãos*. CF - 86, *Texto-base*.



59. A **causa mortis** principal da nossa infância é, a **desnutrição**, que deixa nos sobreviventes conseqüências irreparáveis, reduzindo o potencial físico e mental e diminuindo a resistência às enfermidades. Este imenso problema começa com as mães desnutridas e desinformadas e conseqüentemente com o desmame precoce. Sabe-se que o leite materno é alimento, estímulo e remédio. A desnutrição das mães é gerada pela escassez salarial que produz carência alimentar e impede condições mínimas de moradia, higiene e saúde nas famílias empobrecidas. Devem ser destacadas ainda as péssimas condições pré-natais vividas pelas mulheres desses ambientes e a fácil irritabilidade que leva a frequentes agressões dos pais em relação aos filhos.

impede condições mínimas de moradia, higiene e saúde nas famílias empobrecidas. Devem ser destacadas ainda as péssimas condições pré-natais vividas pelas mulheres desses ambientes e a fácil irritabilidade que leva a frequentes agressões dos pais em relação aos filhos.

QUAL A SOLUÇÃO?

60. Diante desse quadro crescem infelizmente, a teoria e a prática de uma solução baseada na eliminação dos miseráveis, sendo um dos meios o **controle de natalidade** e não a libertação através de uma **transformação sócio-econômico-política** que comporta a justa distribuição de rendas e oportunidades para todos.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E MENTAIS

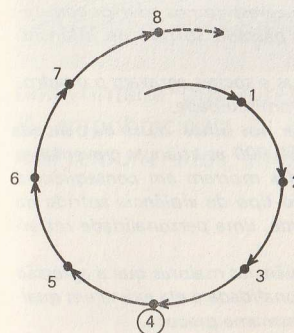
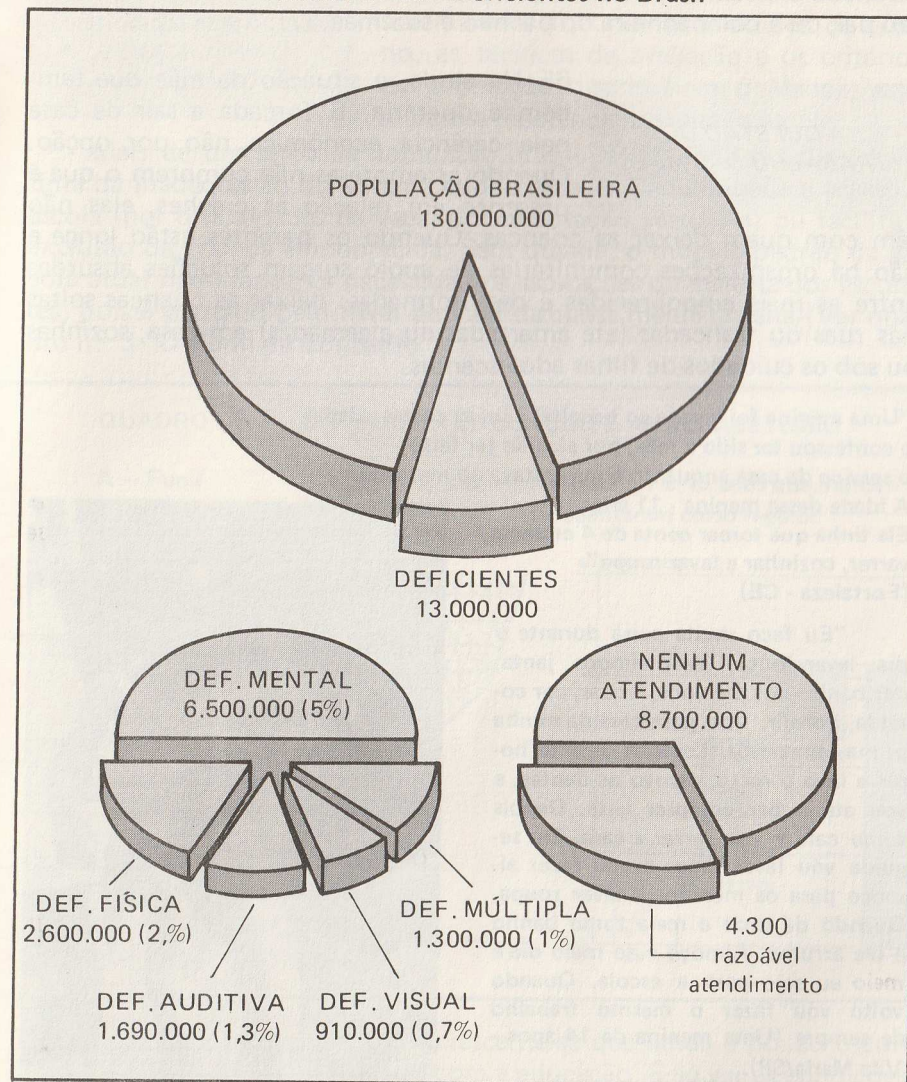
61. A cada dia nascem crianças com dificuldades físicas ou mentais; algumas adquirem a deficiência já no seio materno; outras ao nascer ou ainda no decorrer dos primeiros anos de vida e até mesmo com mais idade. Sabe-se que a grande maioria das deficiências pode ser prevenida, identificada em tempo e tratada.

DADOS ESTATÍSTICOS

62. Tomando-se por base os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), tem-se que 10% da população brasileira (13 milhões de habitantes) são deficientes. (Ver quadro nº 2 "Deficientes no Brasil").

63. Sabe-se ainda que mais de 2/3 dessa população, ou seja, mais de 8.700.000 pessoas não recebem nenhum atendimento adequado às suas deficiências.

Quadro nº 2: "Deficientes no Brasil"



1.2.5 - Crianças, Adolescentes e Jovens Empobrecidos (4ª fase)

64. Muitos Menores, meninos e meninas, são sobreviventes do círculo de miséria que subjuga o Brasil. São, portanto, mal alimentados, afetivamente inseguros pelo abandono de pais e parentes ou pela agressão

instalada na família, onde o companheiro da mãe comumente não é seu pai, ou a companheira do pai não é sua mãe. (7).

A QUESTÃO DO TRABALHO DAS MÃES

65. Há ainda, a situação da mãe que também é operária. É forçada a sair de casa pela carência econômica, não por opção. Quando as empresas não cumprem o que é prescrito em relação às creches, elas não têm com quem deixar as crianças. Quando os parentes estão longe e não há organizações comunitárias de apoio surgem soluções absurdas entre as mais empobrecidas e desinformadas: deixar as crianças soltas nas ruas ou trancadas (até amarradas ou algemadas) em casa, sozinhas ou sob os cuidados de filhas adolescentes.

“Uma menina foi levada ao hospital com as costas raladas e confessou ter sido a mãe, por ela não ter feito o serviço da casa enquanto a mãe estava no mercado.

A idade dessa menina - 11 anos.

Ela tinha que tomar conta de 4 crianças, varrer, cozinhar e lavar roupa” (Fortaleza - CE)

“Eu faço muita coisa durante o dia: lavar louça, fazer almoço, jantar, dar banho nos meninos, trocar, dar comida, dormir. Vou para casa da minha prima, conversar. Levanto às sete horas e lavo o rosto, escovo os dentes, e vou até o bar comprar leite. Depois tomo café e vou varrer a casa. Em seguida vou lavar louça e vou fazer almoço para os meninos e lavar roupa. Quando dá onze e meia tomo banho e me arrumo. Almoço e ao meio dia e meio eu saio para a escola. Quando volto vou fazer o mesmo trabalho de sempre (Uma menina de 14 anos - Vila Maria/SP).



(7) Múltiplos são os fatores que podem gerar um comportamento agressivo nos adultos com relação às crianças: alcoolismo, neurose, desajustes familiares, passado sofrido na infância, pressões econômicas como fome e desemprego.

Naturalmente, nas famílias mais pobres, as pressões econômicas e sociais agravam o quadro, quadro onde sobressai a incidência de abuso sexual devido à promiscuidade.

Embora famílias de certa cultura resistam mais à idéia de bater nos filhos, o uso da pancada ocorre em todas as camadas sociais. Estima-se em cerca de 150.000 as crianças gravemente espancadas cada ano no país, sendo que cerca de 2.000 delas morrem em consequência disso. Sabe-se que a criança pagará caro, no futuro, por todo tipo de violência sofrida na infância. As marcas ficam indelévels, podendo gerar, mais tarde, uma personalidade retraída, insegura e medrosa, ou agressiva e violenta.

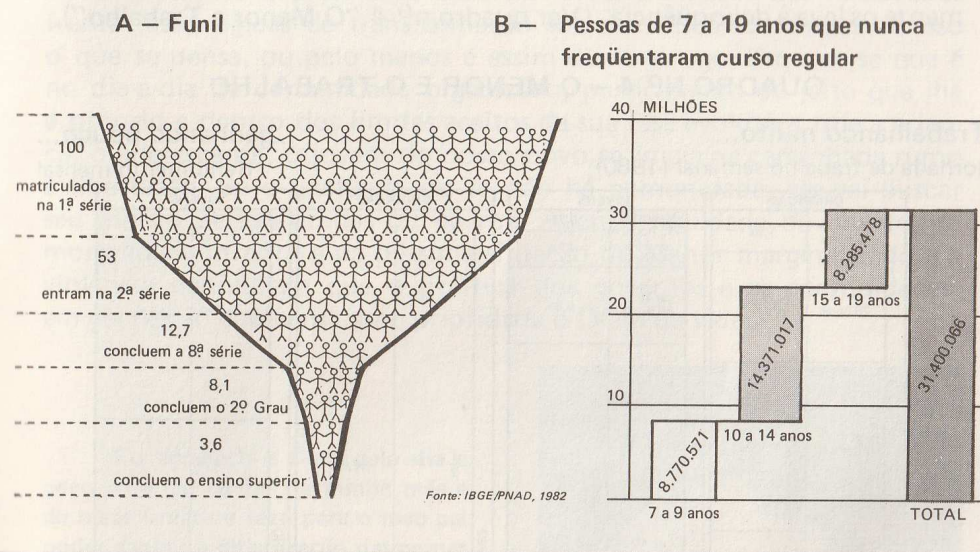
O desprezo, a frieza, a ausência dos pais podem trazer consequências maiores que a agressão física. A desnutrição afetiva deixa seqüelas desastrosas na personalidade e ela existe em qualquer classe social. A primeira agressão após o nascimento é o desmame precoce.

O SISTEMA EDUCACIONAL VIOLENTO

66. As crianças são eliminadas também do sistema escolar, onde os métodos de ensino, as técnicas de avaliação e os critérios de promoção discriminam o Menor, estimulam a repetência e a evasão escolar.

Mais de um terço da população brasileira, em idade escolar, é vítima da inadequação do sistema educacional que, ou impede o acesso à escola (por dificuldades de vaga, documentação, vestuário) ou facilita a exclusão da criança empobrecida. Sem dúvida, o modelo-padrão da escola atual não atende às necessidade e aspirações da maioria dos escolares, pois é pautado pelo nível de vida da classe média urbana (Ver quadro nº 3 “O Funil da Educação”).

QUADRO Nº 3 – O FUNIL DA EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO



PÉSSIMAS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

67. Acrescente-se que ainda é pouco o cuidado com a educação. É só ver as condições ambientais de certas escolas em bairros populares, a falta de recursos para a manutenção, que fica por conta das APMs e da boa-vontade dos diretores; o material escolar que onera as famílias já empobrecidas; o despreparo e descontentamento dos professores mal remunerados, embora responsáveis por tão importante missão.

“No meu colégio, a gente não aprende não. A gente paga uma taxa escolar muito cara. Se eu for sem farda não entro na escola” (R. 13 anos - Teresina/PI.)

O MENOR NO TRABALHO

68. A necessidade de trabalhar tem contribuído também bastante para a evasão escolar. No setor formal de trabalho encontramos o Menor empobrecido: ora como ajuda indispensável ao insuficiente trabalho dos pais; ora como grande recurso para o empresariado de certas indústrias; e ainda como fator disciplinar e punitivo. O Menor mais empobrecido e marginalizado nem sempre se apresenta como mão-de-obra nas organizações formais de trabalho ou produção. Ele próprio cria seu espaço e organiza em vista da sua sobrevivência. A realidade o mostra nas ruas e praças, nas estações e estacionamentos, nas lojas, nos semáforos. Fazem de tudo: vendem balas, flores, santinhos e bugigangas, engraxam sapatos, lavam carros e até assumem trabalhos acima de suas condições em fábricas, canaviais, cafezais, algodoais. E, como último recurso, recorrem a pequenos furtos, início de um processo que facilmente os leva à delinqüência. (Ver quadro nº 4 "O Menor e Trabalho").

QUADRO Nº 4 – O MENOR E O TRABALHO

Trabalhando muito...

...ganhando pouco...

Jornada de trabalho semanal (1980)

Rendimento mensal

CRIANÇAS		JOVENS		CRIANÇAS		JOVENS		
HORAS SEMANAIS DE TRABALHO	Menos de 15 horas	1,5%	Menos de 15 horas	0,7%	SALÁRIO MÍNIMO			
	de 15 a 29 horas	14,7%	de 15 a 29 horas	4,2%				
	de 30 a 39 horas	21,1%	de 30 a 39 horas	9,8%				
	de 40 a 48 horas	41,2%	de 40 a 48 horas	58,0%				
	49 horas ou mais	18,7%	49 horas ou mais	25,4%				
					Mais de $\frac{1}{2}$ Salário	66,6%	Mais de $\frac{1}{2}$ Salário	26,7%
					Mais de $\frac{1}{2}$ Salário	23,4%	Mais de $\frac{1}{2}$ Salário	34,6%
					Mais de $\frac{1}{2}$ a 1	9,2%	Mais de 1 a 2	32,9%
					Mais de 1 a 2		Mais de 2 a 3	4,1%
					Mais de 2 a 3		Mais de 3	1,7%
					Mais de 3	0,5%		
					Mais de 3	0,3%		

In Retrato do Brasil

Mais de 2 a 3 Mais de 3 0,5% 0,3%

IGREJA OMISSA

69. Até nas Igrejas, o Menor é geralmente esquecido e desconsiderado. São poucas as comunidades paroquiais e dioceses que se interessam por crianças empobrecidas numa dimensão preventiva, e menos ainda quando se trata de crianças abandonadas, em situação de risco e conduta anti-social.

A NÃO VALORIZAÇÃO DA CRIANÇA

70. Os "menores", no sentido radical do termo, continuam sendo aqueles que não podem contribuir politicamente para as mudanças, que não pagam dívidas, só trazem gastos, não dão votos. Cuidar de crianças não é prioridade e desvia forças e atenção das verdadeiras frentes estratégicas de transformação sócio-político-econômica. É isso o que se pensa, ou pelo menos é assim como se age. Esquece-se que é no dia-a-dia da comunidade organizada, participando do jeito que lhe é próprio e dentro dos limites aceitos da sua fase evolutiva, que a criança, o adolescente, o jovem do nosso povo, se inicia na caminhada rumo à libertação. Se o excluem, ou se não há comunidade, ele vai buscar seu espaço pelas estradas ou na rua. A cruel realidade do aborto, da mortalidade infantil e da péssima situação do Menor marginalizado e a violência denunciam que a política dos governos e as comunidades, em geral, não colocam como prioridade o DOM da vida.

"Eu agradeço a Deus pelo dia e peço para ele cuidar da minha mãe e de meus irmãos e rezo para o meu pai poder ganhar a indenização das pernas que ele perdeu num acidente de trem quando estava bêbado. Meu pai é muito brabo, mas é bom quando não bebe. Tem dia em que a minha mãe tem que pedir comida. Meu irmão e eu catamos papelão para ajudar em casa. Deus é meu pai. Já é nosso! Se não fosse Deus, a gente não estava neste mundo. Deus pôs a gente no mundo para ser homem e não para ser ladrão. Estamos roubando com sentimento de Deus. Como a gente está passando fome, então tem de roubar." (L. e A. irmãos - SP - dormiam na Pça. da Sé).

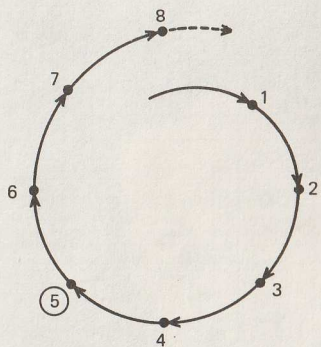


O PROBLEMA
DOS "INTERNATOS"

71. Às vezes, os pais, pensando tratar-se de melhor alternativa, procuram para seus filhos menores uma "internação". No entanto, a prática tem comprovado que o afastamento do Menor de sua família e comunidade, para ser tratado dentro de instituições, cuja pedagogia e formação humana estão distantes da realidade que ele deverá enfrentar, resultam, muitas vezes, em jovens inadaptados e até revoltados. Sempre que distante de uma mística e de um idealismo seguros, bem como de competência comprovada, esta solução torna-se menos humana, pois massifica, uniformiza, prejudica o senso crítico, a iniciativa e a criatividade, distância da realidade, tornando o Menor incapaz de conviver com o mundo. Pode ajudar também os pais a se acomodarem, a perderem a responsabilidade sobre seus filhos. O recurso a modelos institucionais deve ser utilizado com muito critério e visto como uma das últimas soluções (vide na 3ª Parte - "Internatos").

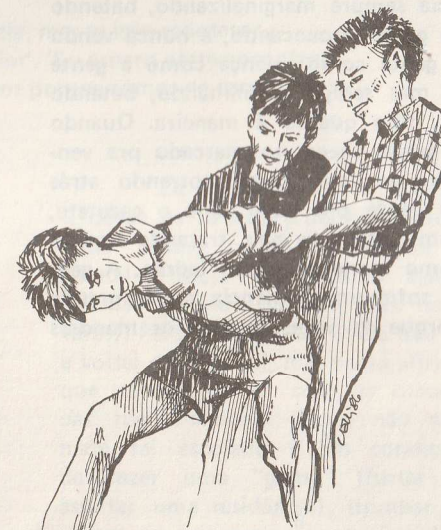


1.2.6 — O Menino e a Menina NA Rua (5ª fase)



72. Uns menores, mais dotados, com pequenos biscates ou com um trabalho explorado e mesmo mal pago, tornam-se ajuda ou até sustento para a própria família. Com isso, são obrigados a renunciar, quase sempre, ao estudo e à própria infância e à adolescência. Outros perambulam, pedem esmola, praticam pequenos furtos para sobreviver. E, na medida em que também a rua os repele, (direta ou simplesmente não oferecendo condições mínimas de vida e sobrevivência), acabam intro-

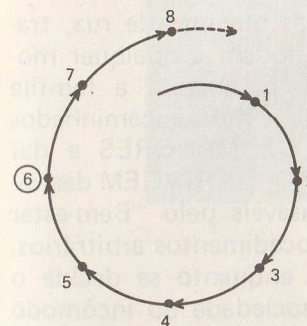
jetando mais um processo de rejeição que aumenta o medo e a angústia da sobrevivência e o sentimento de revolta. Na tentativa de superar esta nova situação, acrescida em insegurança, estes menores ou se agregam a grupos já formados, ou constituem novos grupos, escolhendo, aos poucos, líderes e normas próprias para garantir melhor a a própria defesa e sobrevivência. Nestes grupos uns mais fortes ou violentos assumem comportamentos mais ousados contra a sociedade, determinando assim, freqüentemente, os rumos do grupo ou até se colocam numa situação de dominação e violência diante dos outros companheiros.



"Se eu me encontrasse com o Presidente eu pedia um trabalho pra mim e pros meninos que estão na rua! Eu sei que a criança não é pra trabalhar, mas a gente se acostuma. Eu comecei a trabalhar com 9 anos!" (R. 13 anos - Teresina/PI).

73. Quase todos ainda voltam para casa, trazendo a contribuição de um dia de trabalho. Mas, por fatores já apontados, muitas vezes são agredidos pelos pais, que acham insuficiente o que os filhos trazem. Essa triste expectativa os apavora e o medo, bem como o não valer a pena voltar, os forçam a permanecer na rua.

1.2.7 — O Menino e a Menina DE Rua (6ª fase)



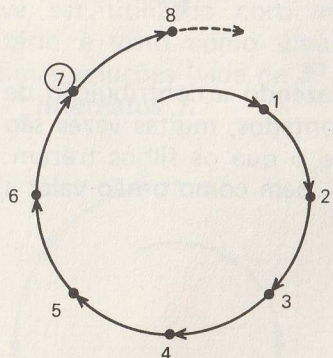
74. A este ponto, a rua passa a ser seu habitat comum e talvez o único. Agem em bandos precários, para se defender ou simplesmente satisfazer necessidades fundamentais e irrenunciáveis da vida, como comer e brincar. Por causa de suas atitudes já são considerados de conduta anti-social pela sociedade, que os julga de acordo com os seus pró-

prios valores. A sociedade não possibilita sua educação, mas cobra deles boa educação e bom comportamento, conforme padrões próprios. Hostilizado, o Menor vive desconfiado de tudo e de todos.

“Nossos problemas são com a polícia sempre marginalizando, batendo na gente, espancando, e nunca vendo a gente como criança como a gente é, mas sempre humilhando, batendo de tudo quanto é maneira. Quando a gente chega no mercado pra vender, os caras ficam correndo atrás da gente pra bater com o cacete, com pedaço de pau, tratando a gente como marginal, como ladrão. A gente sofre uma violência muito grande porque às vezes quando os menores

vão vender nas ruas são espancados pela polícia. Eles não têm tom de voz, e impedem a gente de falar a verdade eles dizem que vão levar a gente preso e às vezes até matam. Já aconteceu casos em Castanhal que marcaram muito, como um irmão do meu amigo. Ele morreu porque os soldados obrigaram ele a roubar. Como ele disse que não ia, deram três balas no peito dele.

(V. - 14 anos - Castanhal/PA).



1.2.8 — A Dura Experiência da “JUSTIÇA” da Sociedade (7ª fase)

75. Os meninos e as meninas de rua, trabalhando ou não, podem a qualquer momento, ser presos. E, quando a família não é encontrada, são encaminhados para o JUIZADO DE MENORES e daí entregues para um dos CENTROS DE SELEÇÃO E TRIAGEM das várias Instituições Estaduais e Nacionais responsáveis pelo “Bem-estar do Menor”. São muitas vezes submetidos a procedimentos arbitrários, independentemente de qualquer condenação, enquanto se decide o seu “caso”, o que ocorre mais para livrar a sociedade do incômodo que ele representa do que para dar ao Menor uma solução verdadeira. Aí, contrariamente ao que exige a Justiça, e longe de ser tutelado pela lei, o Menor é considerado culpado até prova em contrário.

A “VIA SACRA” DO MENOR APRISIONADO

ESCOLA DO CRIME

76. A prisão pela polícia é traumatizante em todos os sentidos, especialmente quando é arbitrária ou quando se trata da primeira experiência.

— Nunca sofri da polícia, mas se isso acontecer, Deus que olhe para mim’. ‘Eu espero neste encontro que dê apoio pro menor porque somos de carne e osso’’. (A. 13 ANOS — GO).

— Eu frequentava a avenida I. desde os 13 anos e dei muita trombada. Minha turma era mesmo da pesada e hoje todos estão agindo na mão grande (assaltam com revólveres). Perdi a conta das vezes que fui e voltei da FEBEM, mas posso afirmar que aprendi muito com os camaradas nas unidades. Quem não sabe nada sai escolado e em condições de fazer uma “goma” (furtar ou assaltar uma residência), trombar no centro ou arrancar correntes e pulseiras de ouro. (C.T., 18 anos - SP).

Há o camburão, as acusações mal compreendidas por eles diante do Juizado. Segue-se a prisão, que é demorada e penosa. Com todas as violências físicas e psicológicas e o contato com infratores de alta periculosidade, ali se inicia sua primeira escola do crime.



A FRUSTRAÇÃO

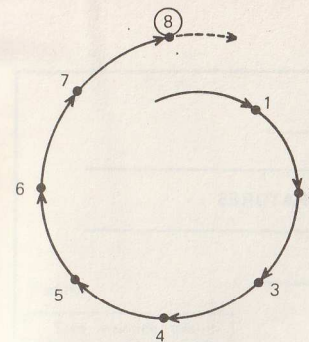
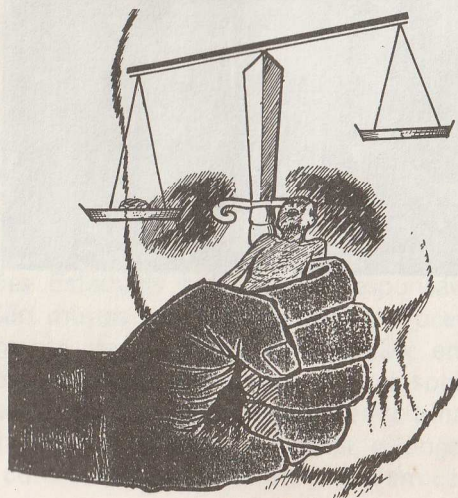
77. Tudo isso é percebido pelo Menor como mais uma condenação violenta repetida pela sociedade. Condenação injusta e revoltante, pois baseada em exigências que nada significam para ele. Isto traz à tona e, muitas vezes de forma angustiante, o baixo auto-conceito que tem de si mesmo e que faz aumentar sua frustração e desanimar de uma possível participação nesta mesma sociedade. Ninguém é obrigado a fazer o que é impossível, diziam os antigos romanos no seu senso de Justiça, que passou também para o Código Brasileiro. Ninguém, portanto, pode ser condenado por leis que não tem condições de respeitar.



— Mamãe, eu estou aqui na FEBEM. Já fiz quinze anos e não aguento mais. Estou aqui por uma coisa que não fiz. Sabe mãe, a senhora é a única pessoa que eu posso confiar... Rezo todas as noites para a senhora ter bastante forças e anos de vida. Me ajude, mãe, e a senhora não se arrependerá. (Carta de uma Menina, internada da FEBEM - SP).

A REVOLTA

78. A "Justiça" acaba se tornando a pior das injustiças. E então, a revolta dos menores vai-se aprofundando cada vez mais. Muitos procuram defender-se da internação dissimulando o comportamento. Adolescência e juventude deverão ser passadas dentro de uma instituição que amedronta e não vai lhe proporcionar o que mais necessita na vida: o calor da família, o sentido de ser compreendido e amado pelo que é, como é. E por causa do constante remanejamento de pessoas, o internato não possibilita sequer a amizade, pois não permite a criação de vínculo afetivo.



1.2.9 — A Delinquência (8ª fase)

INTROJEÇÃO DO DESAMOR

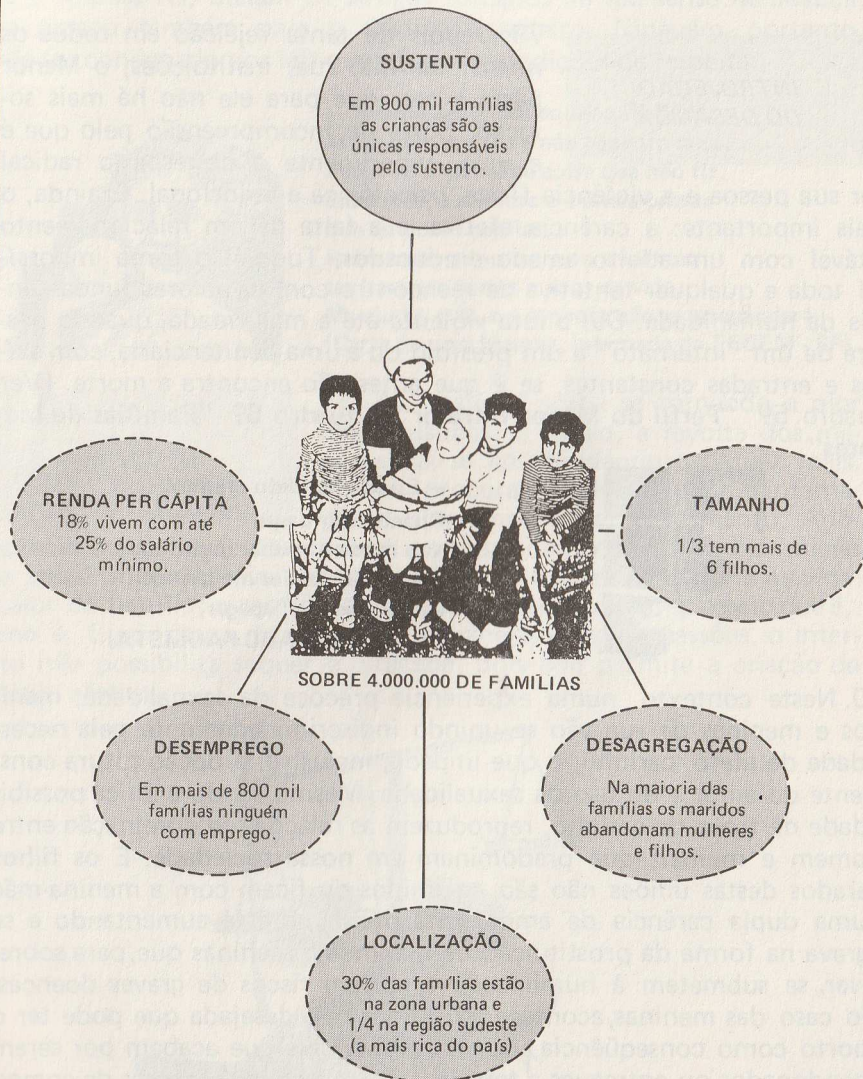
79. Depois de tanta rejeição em todos os níveis: família, rua, instituições, o Menor passa a crer que para ele não há mais solução. Sofre de incompreensão pelo que é e vive, experimenta o desrespeito radical por sua pessoa e a violência física, psicológica e emocional. E ainda, o mais importante: a carência afetiva e a falta de um relacionamento estável com um adulto amado e educador. Tudo isso torna impossível toda e qualquer tentativa de reencontro com os valores fundamentais da humanidade. Daí a luta violenta até a maioridade, quando passará de um "internato" a um presídio ou a uma penitenciária, com saídas e entradas constantes, se é que antes não encontra a morte. (Ver quadro 5º "Perfil do Menor Infrator" e quadro 6º "Famílias de Menores").



— Eu sou bandido mesmo!
Quando sair daqui
vou matar e roubar muito mais
e se a polícia vier me prender,
vai ter que me "apagar"
(R. 12 anos, - ABC PAULISTA)

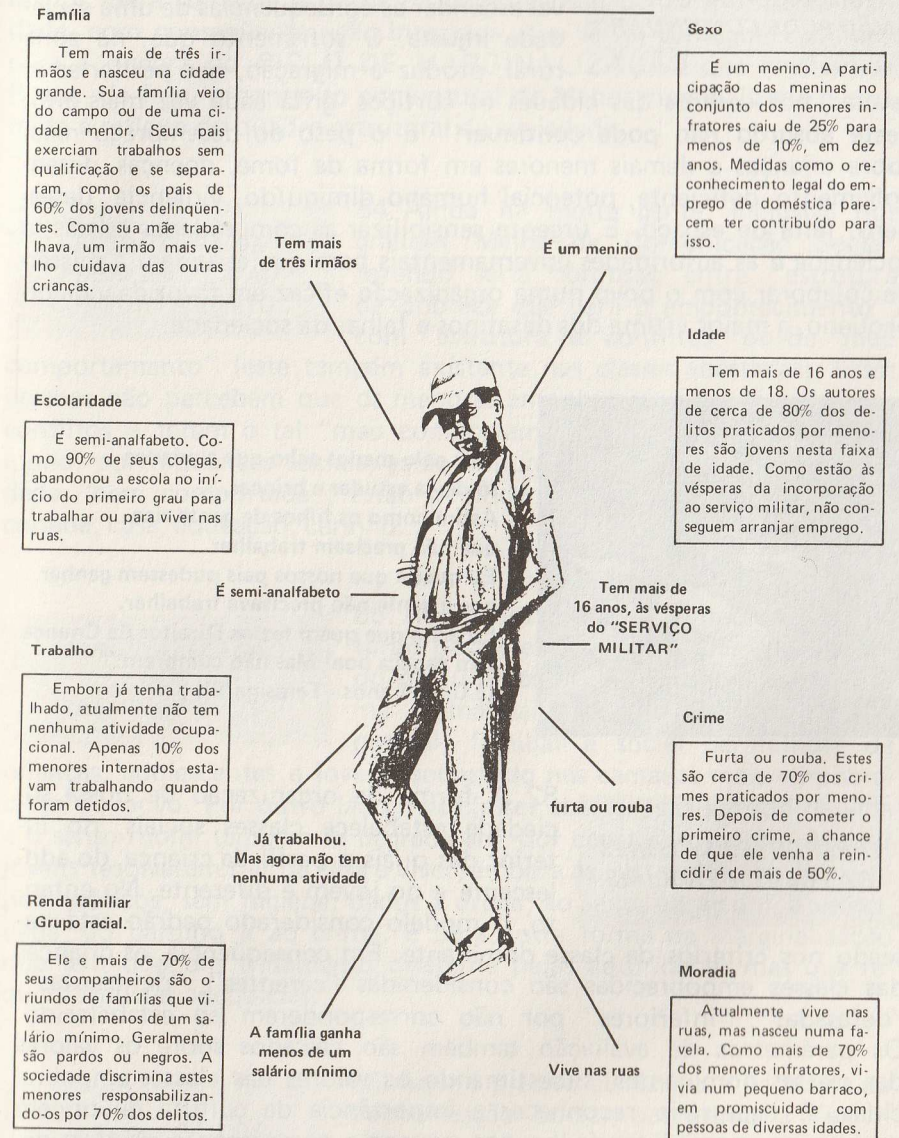
80. Neste contexto, numa experiência precoce da sexualidade, meninos e meninas de rua vão se unindo indiscriminadamente pela necessidade de afeto, carinho, o que impede, inclusive, a opção futura consciente do amor e do uso da sexualidade. Mesmo sendo a única possibilidade de troca de carinho, reproduzem as relações de dominação entre homem e mulher, que predominam em nossa sociedade. E os filhos gerados destas uniões não são assumidos ou ficam com a menina-mãe, numa dupla carência de amor. Este problema está aumentando e se agrava na forma da prostituição de meninos e meninas que, para sobreviver, se submetem à humilhação e correm riscos de graves doenças. No caso das meninas, acontece a gravidez não desejada que pode ter o aborto como consequência, ou novos menores que acabam por serem abandonados ou entregues a terceiros, entre os quais, agentes de comercialização de crianças para "adoção". Encontramos alguns casos de meninas que acolheram heroicamente o filho, ajudadas, às vezes, por alguns educadores de rua.

QUADRO Nº 5 – FAMÍLIAS DE MENORES INFRATORES



in Retrato do Brasil, nº 26

QUADRO Nº 6:
PERFIL DO MENOR INFRATOR



In Retrato do Brasil, nº 26.

1.3 – ESTE ABSURDO NÃO PODE CONTINUAR

UM ABSURDO QUE NÃO PODE CONTINUAR

81. Hoje a cidade grande tem um rosto empobrecido e caótico. Não é mais possível esconder as conseqüências de uma sociedade injusta. O sofrimento que, na zona rural, produz a migração, nas periferias as favelas, nos centros das cidades os cortiços, grita cada vez mais alto: "este absurdo não pode continuar!" E o peso do desemprego recai sobre crianças e demais menores em forma de fome, doenças, desenvolvimento deficiente, potencial humano diminuído, violência, desespero, falta de espaço. É urgente sensibilizar as comunidades cristãs, a sociedade e as autoridades governamentais para que assumam a missão de colaborar com o povo numa organização eficaz em favor da vida do pequeno, a maior vítima dos desastros e falhas da sociedade.



"Eu pelo menos acho que a criança só devia estudar e brincar. Assim como os filhos de gente rica que não precisam trabalhar. Eu queria que nossos pais pudessem ganhar que a gente não precisava trabalhar. Eu acho que quem fez os Direitos da Criança tem cabeça boa! Mas não cumprem."
(J.C. - 11 anos - Teresina/PI)

DIFERENTES VALORES DAS CLASSES SOCIAIS

82. A forma de organização de nossa sociedade estabelece classes sociais, no interior das quais o perfil da criança, do adolescente e do jovem é diferente. No entanto, o modelo considerado padrão está baseado nos critérios da classe dominante. Em conseqüência, as crianças das classes empobrecidas são consideradas "carentes", "deficientes", "defasadas", "inferiores" por não corresponderem ao estabelecido. Os parâmetros de avaliação também são calcados sobre os valores das classes dominantes, subestimando os valores das classes empobrecidas. É necessário reconhecer a importância da cultura de origem da criança, possibilitando-lhe aos poucos a compreensão da dominação que sofre e o acesso gradativo a outros valores. Terá assim instrumentos para atuar nessa sociedade desigual, injusta, competitiva, que a torna carente.

CONTEXTO ESTRUTURAL E QUADRO CONJUNTURAL

83. Há muita gente revoltada com a proliferação de menores abandonados e marginalizados, sobretudo nas cidades. Revoltada, sim, mas por comodismo e medo. E, neste estado psicológico, atira-se sobre o Menor todo tipo de acusação e culpa de muitos males que estão acontecendo na sociedade. Só que não é possível julgar isoladamente a situação do Menor. Será somente a partir da compreensão do alcance dessa realidade, com conseqüente ação integrada, que se vai conseguir caminhos para a quebra do CICLO DE MARGINALIZAÇÃO que analisamos. É que, de fato, o contexto conjuntural do Menor marginalizado e oprimido é reflexo do quadro estrutural da sociedade.

ESTRUTURA DE POBREZA X "MAU COMPORTAMENTO"

84. Ainda há muita gente, inclusive nos grandes Meios de Comunicação Social, fazendo séria confusão entre "estrutura de pobreza que gera o empobrecimento", com "estrutura de conflitos" ou de "mau comportamento" (este também existente nas classes abastadas). Essas pessoas não percebem que os menores empobrecidos, ao viverem seus conflitos e terem o tal "mau comportamento" estão gritando, a seu modo, por mudanças sociais, estão denunciando a falsidade da sociedade "bem comportada"; estão pedindo chance, voz, vez, trabalho, comida, casa, educação, carinho...

MARGINALIZAÇÃO DOS "BEM-NASCIDOS"

85. As opções políticas, econômicas e culturais postas em curso no Brasil e no mundo nas últimas décadas, agravaram de forma dramática o processo de degradação pessoal, familiar e social de milhões de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo nas camadas mais empobrecidas do povo. Por outro lado, nas classes abastadas, o sentido da vida e o senso moral também se degradaram, por causa do egoísmo. Muitos jovens resolveram sair de casa e viver, embora às custas dos pais, em grupos exóticos, sem higiene, dados à droga, ao sexo, ao álcool, à velocidade, ao barulho e ao crime. É uma outra forma de marginalização que tem tido um tratamento diferente pelas autoridades mas que requer respostas adequadas.

INTROJEÇÃO DE FALSOS VALORES

86. Aqui é preciso alertar para os Meios de Comunicação Social, sobretudo a Televisão. Som e imagem invadem os lares sem pedir licença. E introjetam nos telespectadores toda sorte de falsos valores, sobretudo

do dos ídolos do século XX, poder, dinheiro, prazer. Para isso usam de mediações imorais como violência, exploração do erotismo, mentira, ilusão e falcatruas.

*CIVILIZAÇÃO
HIPÓCRITA E
DECADENTE*

87. É óbvio que todo ser humano erra. Mas a sociedade, em sua hipocrisia, dá imunidade a certos cidadãos que usam e abusam do poder econômico e político e não pune o criminoso de "colarinho branco".

Com a maior leviandade descarrega sobre o pobre, a mulher, o negro e o Menor, uma cadeia de ira e violência social. Vivemos numa civilização decadente onde a vida, a honra, a virtude, os valores humanos e transcendentais são cada vez mais ridicularizados e relegados ao descaso. Esta visão desvirtua o modo de encarar a verdadeira realidade do Menor: sua problemática, as causas que o geram e as soluções exigidas.

*O CLAMOR DO
MENOR É OUVIDO*

88. Os menores chamam a atenção da sociedade por causa de condutas que a agriem e a assustam. No entanto, uma parte da população mais consciente e sensibilizada já se indigna contra a condição de des-

respeito que a criança e os jovens empobrecidos estão sofrendo no mundo de hoje. Conseguem captar em crianças de conduta desajustada, esquisita, anti-social, um pedido de ajuda, de socorro. Abertas aos valores cristãos, há muitas pessoas que conseguem ouvir o clamor do Menor e nele perceber a voz do próprio Deus.

*SUPERAÇÃO DO CICLO
DE MARGINALIZAÇÃO*

89. Analisando a situação do Menor e buscando com ele saídas, estas pessoas descobrem que é possível romper o **ciclo da marginalização** em qualquer fase. Entretanto, elas têm claro que a superação efetiva do

mesmo se dará na medida em que as estruturas de pecado forem sendo abolidas através da conversão e da ação organizada da maioria da população e de um voltar-se do governo para os verdadeiros interesses do povo. E, de fato, quando a comunidade toma consciência do problema e se organiza, tentando atender as necessidades dos menores, grande número deles consegue libertar-se desse ciclo de morte.

*A UTOPIA DO REINO
ILUMINA E DÁ FORÇA
À BUSCA DE SOLUÇÕES*

90. A nova sociedade, possível na história, é descrita de modo utópico por Isaías 11,11.5-9. Almejava ele para a época do Rei Ezequias, uma sociedade

de paz, governada pela justiça. Nela seriam vividas situações tão paradoxais como a convivência pacífica entre "lobo e cordeiro", "leopardo" e "cabrito", "leão e boi". Nela a criança passaria a ser vista como esperança e garantia do futuro do povo, e seria respeitada e valorizada. Isaías como que antecipa a mensagem de Cristo: "quem não se tornar como criança não entrará no Reino dos Céus" (Mt. 18,2).



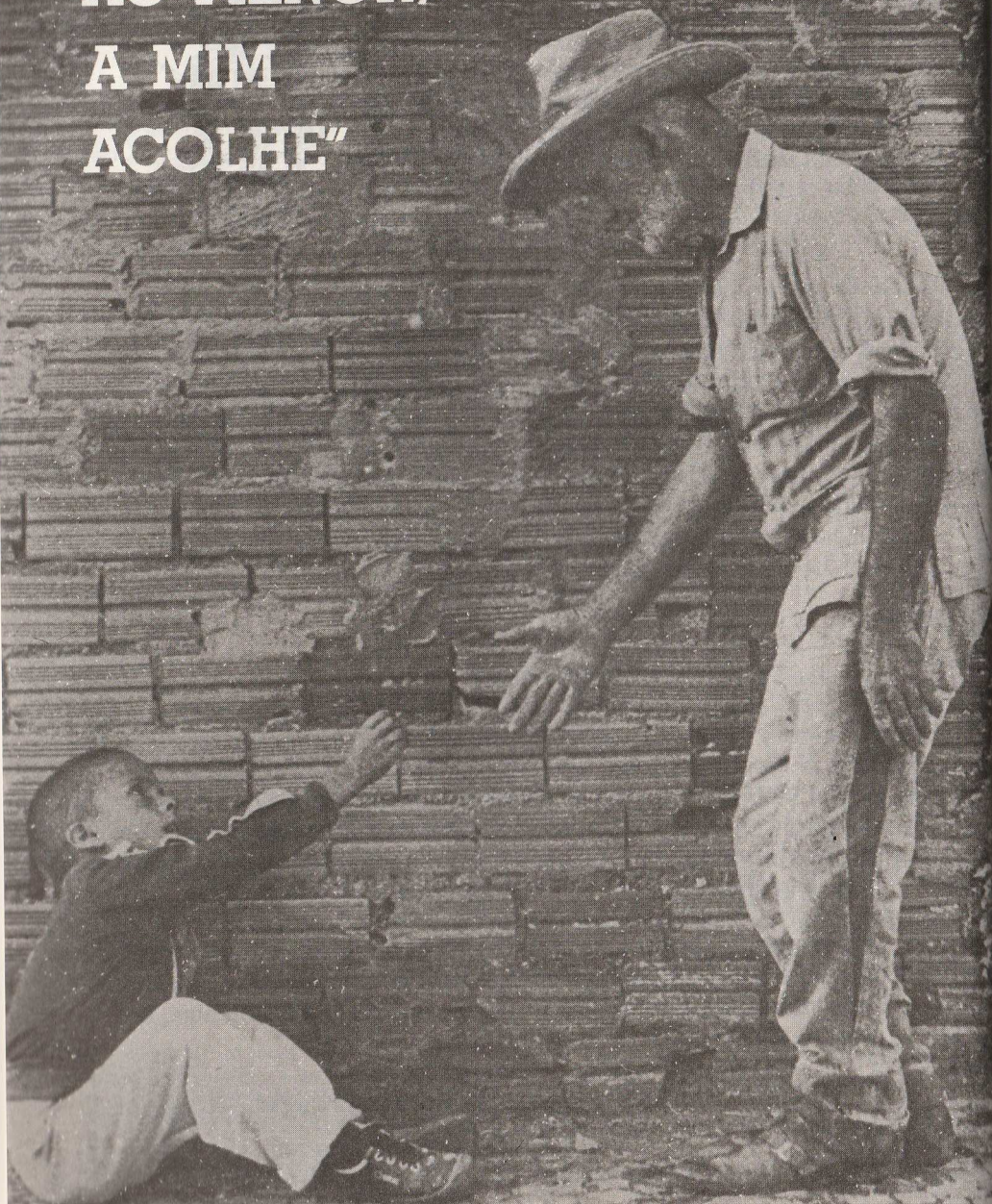
91. Nesta nova sociedade, por assim dizer "conduzida por um menino", haverá abundância para os pobres com quem Deus concluirá uma nova e duradoura aliança" (Cf. Is 11,6 e 55, 1-5).

**"Permiti, Senhor,
que em nossas casas
e praças as crianças
sorrindo brinquem
na Paz!"**

92. APROFUNDAMENTO

- a. Situe os Menores, com os quais você convive, no Ciclo da Marginalização acima descrito ou experimente construir outros gráficos, representando os diversos grupos de crianças a partir de sua realidade.
- b. Cada comunidade procure, no contato direto com os Menores nas diversas idades e situações, captar a visão que têm da vida, do mundo, da família, do trabalho, da escola, da violência, do amor e de Deus.
- c. É possível o surgimento de Menores marginalizados fora do esquema do Ciclo? Exemplifique.

"QUEM ACOLHE AO MENOR, A MIM ACOLHE"



Introdução

O QUE A REALIDADE REVELA

93. A situação do Menor, apenas esboçada na primeira parte deste trabalho, permite adivinhar como sua realidade é cruel. Aponta sobretudo para duas direções: para as causas sociais que produzem estes Menores e segundo, para o despertar, nas pessoas de boa vontade, da indignação ética e para a busca de soluções.

RESPOSTA DE DEUS NA REVELAÇÃO E NA CONSCIÊNCIA ÉTICA

94. Frente a essa realidade, o homem de fé discerne uma situação de pecado a exigir dele uma atitude de conversão. Querendo cultivá-la nesse período de Quaresma e depois, pela vida toda, lança mão da Bíblia, buscando os dados da revelação que iluminem a realidade e expressem a vontade de Deus sobre o Menor. A palavra da Bíblia foi vivenciada sempre de novo no decorrer da história pelo ensinamento da Igreja e pelo exemplo de cristãos que são modelos para nós.

95. Mas não é só a nós, cristãos, que a realidade do Menor nos interpela. Basta sermos humanos para reconhecermos que não deve ser assim. A consciência ética não se cala frente a esse desafio. Nela é também Deus que nos fala.

2.1 — A SITUAÇÃO DO MENOR À LUZ DA BÍBLIA

2.1.1 — No Antigo Testamento

96. Há na Bíblia situações sociais análogas às que vivem os menores hoje e que mostram, a partir da palavra de Deus, qual é a sua vontade diante dessa realidade. No Antigo Testamento, era o *órfão* quem vivia semelhantes situação. A sociedade era patriarcal, estruturada em torno da figura do pai de família ou chefe do clã (o patriarca).



"O FILHO É SINAL
E PENHOR DO FUTURO
FELIZ DO POVO"

97. Nessa estrutura, a terra e o filho são a manifestação do compromisso de Deus em formar para si um Povo e assegurar-lhe vida longa. O filho é sinal e penhor do futuro feliz do povo (Cf. Gn 15 e 18). A eliminação dos filhos dos trabalhadores é o sinal da destruição do povo, como fez o Faraó, temeroso de que os hebreus se tornassem numerosos e se organizassem como povo forte e livre (Cf. Ex 1 e 2).

O ÓRFÃO NA
SOCIEDADE ISRAELITA

98. Nesta mesma estrutura patriarcal, porém, ser viúva e ser órfão significa ficar desamparado, não ter lugar na sociedade. No caso do órfão, é verdade que os parentes podiam cuidar dele. Mas isso constituía um peso para as famílias. A situação do órfão era, pois, um problema **estrutural** na sociedade de então, tal como a do Menor empobrecido e marginalizado hoje.

DEUS,
PROTETOR DO ÓRFÃO

99. Juntamente com as viúvas (também sem apoio na estrutura de uma sociedade patriarcal), os órfãos aparecem frequentemente como objeto do amor preferencial de Deus. É título de honra para Deus ser o protetor dos órfãos: *Javé, vosso Deus, é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores, o Deus grande, o valente, o terrível que não faz acepção de pessoas e não aceita subornos; o que faz justiça ao órfão e à viúva, e ama o estrangeiro, dando-lhes pão e roupa* (Dt. 10,18). A prova de que Deus não faz acepção de pessoas é sua atenção ao órfão. Deus se mostra o defensor e "padrinho" dos pobres e oprimidos, do órfão, candidato a morrer de fome ou a tornar-se esmoler ou até escravo.

O ÓRFÃO NA
LEGISLAÇÃO DO AT

100. O amor de Deus para com o órfão se traduz na legislação de Israel. Esta não consistia simplesmente em leis que pretendiam ser razoáveis e justas. Era a própria vontade de Deus com relação a seu Povo,



expressão da aliança que unia Deus a este povo de forma singular. Nessa legislação, o órfão, entre outros pobres (a viúva, o estrangeiro e, mais tarde, o levita) era privilegiado.

PROTEÇÃO AO POVO
NO CÓDIGO DA
ALIANÇA

101. O Código de Aliança (Ex 20,22-23,33), espécie de Constituição do Povo de Deus no AT, data dos primeiros tempos da instalação do povo em Canaã, a terra prometida. Proíbe afligir o órfão: *"Se o afligires e ele clamar a mim, escutarei o seu clamor"* (Ex 22,22), pois Deus ouve o clamor do oprimido (Cf. Ex 3,7).

A "Lei", portanto, foi feita por Deus para defesa e libertação do marginalizado e oprimido, do órfão, da viúva e do estrangeiro e para assegurar assim a vida do Povo.

OS DIREITOS DO
ÓRFÃO SEGUNDO A
LEI DO DEUTERONÔMICO

102. Mais tarde, já no tempo da **monarquia**, a legislação sobre os órfãos se concretiza, talvez porque seu direito é ainda mais espezinhado. É o **Código Deuteronomico**. No tempo da colheita deixa-se que sobre algo para que o órfão, a viúva e o estrangeiro, que não têm onde plantar e colher, possam tirar desse resto seu sustento (cf. Dt 24,19-21). Por sua vez, o dízimo da colheita, cada três anos, em vez de ir para o templo, é destinado aos órfãos e a outros marginalizados do processo econômico (cf. Dt 14,28s; 26,12s). Põe-se, pois, a ajuda ao órfão como substitutivo da ajuda ao templo. Sua pessoa é tão sagrada como o templo.

FUNDAMENTAÇÃO

103. Em termos mais gerais, Deus ordena a defesa do direito dos órfãos: *Não perverterás o direito do estrangeiro e do órfão* (Dt 24,17). *Quem o fizer, é maldito* (cf. Dt 27,19). A fundamentação desse respeito consiste em lembrar a escravidão do Egito e a libertação do povo por Javé. Quem foi libertado por Javé de uma situação opressiva, não pode criar escravidão, explorando os desamparados (cf. Dt 24,18 e 22). Por isso, também o órfão participará das festas do Povo de Deus e nelas se alegrará (cf. Dt 16,11), o que supõe que seja integrado na comunidade e tirado da marginalização.



A DEFESA DOS ÓRFÃOS PELOS PROFETAS

104. Os profetas renovarão as advertências contra a opressão dos órfãos. Os que saqueiam o órfão estão sob a repreensão de Deus, juntamente com outros opressores dos indefesos (cf. Is 10,2). O verdadeiro sacrifício agradável a Deus supõe conversão: *Cessai de praticar o mal, aprendei a fazer o bem! Buscai o direito, corrigi o opressor! Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva* (Is 1,16-17). Jeremias admoesta contra a falsa segurança dos que pensam estar protegidos pelo templo de Javé. Não estão. O que dá certeza de que permanecerão na posse da terra prometida, é a prática do direito e da justiça. E descendo ao concreto: não oprimir o órfão e outros desvalidos (cf. Jr 7,3-7). Também para o rei vale a mesma advertência (cf. Jr 22,3).

105. Os filhos dos profetas trazem nomes simbólicos e que têm a ver com a vida do Povo (Os. 1) e que são sinais do julgamento de Deus (Is 7-8). O futuro do Povo está no Menino cujo nome é o sinal da Presença de Deus conosco: Emanuel (Is 7,10-14) e vai restabelecer o direito e a justiça (Is 9,1-7). E a criança é o sinal de um mundo que superou a violência, a discórdia e a lógica da morte (Is 11,1-9).

EXÍLIO E VOLTA DO EXÍLIO

106. O Povo não faz caso do aviso dos profetas, não pratica o direito e a justiça (em relação aos órfãos, cf. Is 1,23; Jr 5,28; Ez 22,7). Quem cria a opressão interna, acaba vítima da opressão externa. Babilônia toma e destrói Jerusalém, aumentando o sofrimento dos órfãos: *pelos ruas da cidade desfalecem meninos e crianças de peito* (Lm 2,11). O Povo passa setenta anos no exílio. Quando volta para reconstruir a pátria, segundo os princípios de Javé, novamente precisa ouvir a advertência dos profetas em defesa do direito dos órfãos (cf. Zc 7,10; Ml 3,5).



O ÓRFÃO NÃO É PROTEGIDO

107. Apesar da Legislação e das denúncias dos profetas e apesar da insistência da Sabedoria em educar na justiça e na liberdade, a Bíblia atesta o fracasso na proteção ao órfão (cf. Is 1,23; Jr 5,28; Jo 22,9; 24,3-9; 29,12; 31,17; Prov 10,1-15; 11-1; Sl 94(93),6). Deus, no entanto, não esquece esses pobres mais pobres, porque deles é defensor e padrinho (cf. Prov. 22,10; Jó 19,25). Nele o órfão encontra misericórdia (cf. Os 14,3).

O CUIDADO DO ÓRFÃO NO NT

108. Toda essa teologia do órfão é retomada no NT numa afirmação muito forte: *A religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso Pai, consiste nisso: visitar os órfãos e as viúvas em suas tribulações e guardar-se livre da corrupção do mundo* (Tg 1,27). Não se poderia dizer mais: O VERDADEIRO CULTO A DEUS É DAR ATENÇÃO AO MENOR EMPOBRECIDO E MARGINALIZADO!

A PROMESSA ESCATOLÓGICA

109. Por isso mesmo os profetas, ao anunciarem o "novo céu e a nova terra" a serem iniciados já aqui na história, falam da ausência de choros e de dor, de que não haverá mais crianças que vivam pouco tempo e nem pessoas idosas que não levem a pleno termo os seus dias (cf. Is 65,17.20). Na Nova Jerusalém as pessoas *não se fatigarão inutilmente, nem gerarão filhos para a desgraça* (Is 65,23). Velhos e velhas se sentarão nas praças que se encherão de meninos e meninas a brincarem (Zc. 8,4-5). É o sinal da presença de Javé, da salvação reinante numa cidade sem violência nem injustiça, sem fome nem hipocrisia. É o anúncio do mundo novo, do Reino proclamado por Jesus e antecipado em suas ações de solidariedade com os desprezados e marginalizados, entre os quais as crianças.

A CRIANÇA NO MUNDO ANTIGO

110. Quando hoje falamos de criança, pensamos espontaneamente em sua graça, beleza, inocência. A criança (pelo menos a bem nutrida, limpinha, bem educada) é bastante valorizada, acolhida com sorrisos. No mundo antigo não era assim. Considerava-se a criança como um animalzinho que era preciso domar: *Um cavalo não domado torna-se intratável; um filho entregue a si mesmo torna-se atrevido* (Eclo 30,8). A Ingenuidade da criança, sua inteligência ainda pouco desenvolvida e incapacidade de compreender as coisas precisam exigir uma educação repressiva. A Bíblia mesma testemunha esse gênero de educação (Pr 12,24, 23,13-14; 29,15.17; Eclo 30,1-12).

2.1.2 — No Novo Testamento

A PALAVRA DE JESUS EM SEU CONTEXTO

111. O lema da CF 87 inspira-se em Mc 9,37. Esta palavra de Jesus, com outras semelhantes (Mc 10,13-16; Mt 18,1-5; Lc 9, 46-48; Mt 19,13-15; Lc 18, 15-17), por sua vez, deve ser posta no contexto da época para poder ser entendida em toda sua profundidade e em sua relação com a situação atual do Menor.

A CRIANÇA NO TEMPO DE JESUS

112. No tempo de Jesus, as crianças pertenciam à categoria sócio-religiosa mais inferior na sociedade (juntamente com as mulheres, os escravos e os pagãos). Estão no último degrau da hierarquia social. Quando Jesus toma as crianças nos braços (Mc 9,36), as abraça e abençoa (Mc 10,16), está acolhendo os últimos da sociedade de então. Nessas representações pictóricas não manifestam isso. A acolhida às crianças está na lógica da prática de Jesus, de andar com os desprezados e mostrar-lhes o amor do Pai que os outros lhes negam.

O REINO É DAS CRIANÇAS PORQUE É DOS POBRES

113. Ao prometer o Reino de Deus às crianças, Jesus não nos está apenas apresentando as crianças como modelos de inocência, pureza ou ingenuidade, mas expressando o grande princípio do Reino: ele começa quando os últimos encontram lugar e a eles lhes é dada preferência. Jesus promete o Reino às crianças porque elas em seu tempo são objetivamente pobres, marginalizadas na sociedade religiosa, com todas as implicações sociais daí provenientes. O amor de Jesus pelas crianças é parte do amor de Jesus pelos pobres e marginalizados. E este tem seu fundamento no amor gratuito de Deus (cf. Puebla 1142).



ACOLHER O MENOR É CONSTRUIR O POVO

114. Novamente se torna claro o que isto significa hoje frente à problemática que envolve o Menor. Ele é uma crítica à organização social construída na mentira, na injustiça, na dominação e na morte. O Menor revela a situação do "não povo". Acolher o Menor é construir o povo, reafirmar a esperança e manifestar sinais do Reino, porque através deste gesto se ajuda a restabelecer a justiça e a misericórdia.

ACOLHIDA AO MENOR

115. A acolhida é concretizada na parábola do Juízo Final (Mt 25,31-46): trata-se de alimentar o **faminto**, dessedentar o **sedento**, acolher o **desabrigado**, vestir o **desprovido de roupa**, visitar o **prisioneiro**, confortar o **enfermo**. Obras, pelas quais os melhores cristãos sempre se distinguiram e que hoje precisam ser realizadas não só a nível pessoal e ocasional, mas a nível social e estrutural. A micro-caridade é boa e urgente, mas junto com a macro-caridade que é ainda melhor e mais eficaz (8).

116. Jesus não só acolheu as crianças, que na época ocupavam lugar ínfimo na hierarquia social, mas ele mesmo foi criança pobre. Sendo a Palavra do Pai, não só sua pregação, mas também sua Pessoa, iluminam nossa vida e realidade. Por isso é importante a notícia com que Lucas resume a fase infantil da vida de Jesus: *e o menino crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e dos homens* (Lc 2,52).

JESUS E OS POBRES

117. Como protótipo, Jesus revela o homem ao homem. E por seu crescimento anuncia aquilo que deve acontecer com toda pessoa e denuncia os milhões de seres humanos sem chances de crescerem em sabedoria, estatura e graça diante de Deus e dos homens. E para os responsáveis por este hediondo crime Ele não tem outra alternativa que a condenação: *afastai-vos de mim, malditos, porque me vendo faminto, sedento, desabrigado, nu, prisioneiro e enfermo não me socorrestes* (Cf. Mt 25, 40-46).

(8) "Há momentos em que é necessário socorrer de imediato o irmão necessitado: é a *caridade assistencial*. Essa caridade se torna mais eficiente, porém, quando se procura promover a pessoa, criando condições para que ela mesma satisfaça às suas necessidades: é a *caridade promocional*. Mas numa situação como a nossa, onde as estruturas são de pecado, torna-se necessária também, respeitar as exigências da justiça e uma caridade que leva a mudança das estruturas, através da organização dos oprimidos e injustiçados e dos que lhe são solidários: é a *caridade libertadora*." (CNBB, TB CF-86 nº 163)

A MENSAGEM
LIBERTADORA
DE JESUS

118. A mensagem mais profunda e libertadora que Jesus traz em relação à mudança das pessoas e das relações interpessoais e conseqüentemente da própria estruturação social é a que se refere a Deus como

Pai. A "paternidade de Deus" é diferente daquela do patriarcado romano que cria entre pais e filhos uma distância aterrorizadora. E é diferente também da paternidade entre os judeus, em cujo contexto cultural a criança era vista pouco mais que um simples animal. Deus como PAI é aquele que se preocupa com seus filhos, que está sempre disposto a abrir os braços para recebê-los (Cf. Lc 15, 20-24).

A PATERNIDADE
DE DEUS

119. Jesus, ao revelar a Paternidade de Deus, supera a alusão ao pai desta terra, que pode faltar a muitos menores e estabelece uma relação direta com sua filiação divina: "Meu Pai e vosso Pai! (Jo 20,17).

Mesmo os que não conhecem o pai na terra, aprendem na força da palavra de Jesus que são amados pelo Pai de Jesus. Passar a relacionar-se com Deus como ABBA "paizinho" (Cf. Mt 6,9 e Gal 4-6) é uma contribuição-chave que Jesus traz para o "conhecimento" de Deus e as mudanças comportamentais dos homens. Uma sociedade que incorpora no seu mundo de valores e no seu comportamento o que significa essa visão de paternidade, assume o verdadeiro sentido de fraternidade, de justiça, do mandamento novo e NÃO VAI ABANDONAR O MENOR. Mais que isso, vai lhe revelar através de Jesus e de sua Comunidade o rosto paterno e materno de Deus.



2.2 — A SITUAÇÃO DO MENOR À LUZ DA PALAVRA E DA AÇÃO DA IGREJA

2.2.1 — A Palavra dos Santos Padres da Igreja

A IGREJA SEGUE
O EXEMPLO DE JESUS

120. O ensinamento sobre o cuidado pelos órfãos e a palavra e exemplo de Jesus foram desde cedo assumidos pela Igreja. Em vários escritos do séc. II — portanto logo no início da Igreja — inclui-se o zelo pelos órfãos

entre as ações a serem realizadas pelos cristãos.

121. A Epístola de Barnabé (séc. II) ensina sobre os dois caminhos: um leva à vida, outro à perdição. Entre as características do segundo está o não ter cuidado com as viúvas e os órfãos (Cf. Ep. Barn. 20,2).

CUIDADO DOS ÓRFÃOS
NA VIDA CRISTÃ

122. O Pastor de Hermas (séc. II) volta várias vezes ao tema dos órfãos. Visitá-los é conseqüência da fé, do temor do Senhor, da caridade, da concórdia, da palavra de justiça, da verdade, da resignação. *Não há nada melhor que isso na vida humana* (Cf. Herm. mand. VIII, 10). Recordando que o cristão não é cidadão deste mundo, mas do céu, o Pastor admoesta a que não se tenham *campos, instalações custosas, edifícios, moradias inúteis. Em lugar de comprar campos, gastai com as pessoas necessitadas, segundo a medida de vossos meios, e visitai as viúvas e os órfãos* (Cf. Herm. Sim. I,8). Mais adiante explica como um cristão jejuia. Leva em conta a caridade: *"No dia em que jejuares, não tomarás nada, a não ser pão e água, e calcularás o preço dos alimentos que terias podido comer nesse dia e porás de lado para dar a uma viúva, a um órfão ou a um indigente, e assim te farás humilde, para que, graças a essa humildade, quem recebe a esmola sacie sua vida e peça ao Senhor por ti"* (Herm. Sim. V,3,7).

A TAREFA DOS
MINISTROS DA IGREJA

123. A atenção aos órfãos estava entre as funções dos ministros da Igreja. O Pastor de Hermas o menciona como função do diácono (Cf. Herm. Sim. IX, 26,2). A Epístola de Policarpo (séc. II) põe como tarefa dos presbíteros e expressão de sua misericórdia e de seu espírito compassivo para com todos e, em especial, o cuidado dos órfãos (Cf. Pol. VI,1).

O SENTIDO DA "ESMOLA"

124. No séc. III **Tertuliano** fala do destino dado aos bens da comunidade: *para o sustento e o enterro dos pobres, para meninos e meninas que não têm dinheiro e perderam seus pais, para escravos envelhecidos, para náufragos ou para aqueles que sofrem trabalhos forçados nas montanhas, nas ilhas ou nas prisões* (Tertuliano: Apolog. 39,6). A prática da comunhão de bens não resistiu muito tempo. Foi sendo substituída pela **esmola**. A ESMOLA, NO ENTANTO, FOI SEMPRE VISTA NÃO COMO UM ATO DE MISERICÓRDIA, MAS COMO UMA FORMA DE RECONSTRUIR A JUSTIÇA E ASSIM REDISTRIBUIR O INJUSTAMENTE ACUMULADO.

FIDELIDADE DA IGREJA AOS POBRES

125. Socorrer as viúvas, criar condições para o crescimento de "meninos e meninas que não têm dinheiro e perderam seus pais", ajudar os pobres, os atribulados, os prisioneiros, os famintos, são manifestações de solidariedade que não desapareceram nem mesmo quando o cristianismo se tornou religião oficial, já que eram atitudes que integravam o próprio ser e viver da Igreja.

AÇÃO PROFÉTICA DOS SANTOS PADRES

126. A fé em Cristo coloca os cristãos junto aos "pequenos". Justamente esta união entre fé e solidariedade para com os pobres fez com que os Padres da Igreja, no contato direto com sua gente, desenvolvessem uma particular sensibilidade para o aspecto econômico e o social, como o testemunha **São João Crisóstomo**: *"A regra do cristianismo mais perfeito, a definição mais exata, seu ponto mais elevado, consiste em procurar o bem comum"* (Homilia sobre a 1Cor). Os escritos dos Santos Padres conservam uma denúncia vigorosa ao sistema de injustiça: *"Por acaso vocês estão orgulhosos do tamanho de seus palácios?... Vocês revestem suas paredes e despem os homens. As pedras do seu anel teriam podido salvar as vidas de toda uma população"* (Sto. Ambrósio, Livro sobre Nabot de Jezrael, ML 14, 784). Denunciam mecanismos injustos nas relações sociais, de modo especial quando estas contradições se introduzem na comunidade eclesial.

OS MALES SOCIAIS NÃO SÃO OBRA DE DEUS

127. Por aí fica claro que aos poucos vai crescendo entre os cristãos a consciência de que os males sociais não são obra de Deus, mas sim, frutos da opressão tirânica de uns sobre os outros: — *Quem é ladrão? O que tira dos outros aquilo que não lhe pertence. É considerado ladrão, o que tira a roupa de quem está vestido; e merece outro*

nome aquele que não veste aquele que está nu, se puder fazê-lo? Pertence ao faminto o pão que você retém e ao nu o manto que guarda em arcas, assim como ao que está descalço o sapato que apodrece em sua casa. Em resumo, você agrava todos aqueles a quem pode socorrer (São Basílio, Homilia sobre o texto "Destruirei meus Celeiros", MG 31, 267-68).

NOVAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS

128. Com o objetivo de estabelecer na sociedade relações mais justas, os cristãos vão introduzindo novas práticas e desenvolvendo uma verdadeira pedagogia que se ocupa com a situação das crianças e dos jovens (Cf. a obra de **S. João Crisóstomo**: *a vanglória e a educação dos filhos e ainda a de Sto. Agostinho*: *De Catechizandis Rudibus*). A sua prática ia além de aliviar os sofrimentos das vítimas da injustiça. A voz profética dos pastores denunciava a injustiça e ensinava a acolher a Cristo nos pequeninos deste mundo.

2.2.2 — A Palavra do Magistério

A IGREJA DEFENSORA DOS POBRES

129. A história mostra como a Igreja sempre manifestou predileção pelos pequenos e excluídos da sociedade. O Magistério eclesial, neste último século, tem denunciado as múltiplas formas de injustiças que pesam sobre os pobres. No específico caso das crianças e dos jovens, que nos ocupa neste documento, citemos alguns dados:

LEÃO XIII "O MENOR E O TRABALHO"

130. **Leão XIII**, na *Rerum Novarum* (1891) adverte ... *é um dever da autoridade pública subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores que abusam, sem nenhuma discrição, das pessoas como das coisas. Especialmente a infância — e isto deve ser estritamente observado: não deve entrar na oficina de trabalho senão quando a sua idade tenha suficientemente desenvolvida nela as forças físicas, intelectuais e morais. Do contrário, como uma planta ainda tenra, ver-se-á murchar com um trabalho demasiado precoce, e dar-se-á cabo da sua educação* (R.N., nº 28).

CONCÍLIO VATICANO II

131. O **Concílio Vaticano II** no decreto *Apostolicam Actuositatem* inclui entre as obras do apostolado familiar o *adotar como filhos crianças abandonadas* (Ap. Act. nº 11). O Concílio "exorta veemen-

temente os Pastores da Igreja, bem como a todos os fiéis a que não meçam nenhum esforço (diz a declaração *Gravissimum Educationis* nº 9 ao falar da escola) para que cuidem sobretudo das necessidades daqueles que são desprovidos de bens temporais ou se sentem privados do auxílio e do afeto da família ou ainda se mantêm alheios ao dom da fé (G.E. nº 9). Mas é sobretudo na Constituição Pastoral "*Gaudium et Spes*" que o Concílio denuncia as violências e injustiças ao tratar do tema "*respeito para com a pessoa humana..*" (nº 27) onde inclui a situação da infância e da juventude marginalizada, objetos de **escravidão, deportação e mercado** e até mesmo de **assassinato** (aborto, torturas etc).

PAULO VI:
CRIANÇAS E JOVENS
VÍTIMAS DA MISÉRIA

132. Paulo VI, em *Octogésima Advenians* (1971) após descrever a terrível situação do crescimento desordenado das cidades, sobretudo das periferias, escreve: "*são os mais fracos, que se tornam as vítimas das condições de vida desumanas degradantes para as consciências e perniciosas para a instituição familiar. A promiscuidade nos alojamentos populares torna impossível um mínimo de intimidade. Os lares jovens esperam em vão por uma habitação decente e a preço acessível, desmoralizando-se a pouco e pouco, de modo que a sua unidade pode mesmo chegar a achar-se comprometida. Os jovens, por sua vez, fogem de um lar demasiado exíguo e procuram na rua compensações e companhias que escapam a qualquer vigilância*" (Oct. Adv. nº 11).

JOÃO PAULO II

133. João Paulo II, por diversas vezes, adverte contra a estrutura injusta da sociedade moderna que vem causando os maiores desafios que até agora a humanidade conheceu. É suficiente citar aqui, com relação ao tema que nos ocupa, entre as inúmeras referências que ele faz às crianças, por quem demonstra especial predileção, estas importantes reflexões:



DIREITO DAS
CRIANÇAS E DAS
MAIS FRACAS

134. a) Da exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, de 22/11/81, o nº 26 que se refere aos DIREITOS DA CRIANÇA: "*Na família, comunidade de pessoas, deve reservar-se uma especialíssima atenção à criança, desenvolvendo uma estima profunda pela sua dignidade pessoal como também um grande respeito e um generoso serviço pelos seus di-*

reitos. Isto vale para cada criança, mas adquire uma urgência singular quanto mais pequena e desprovida, doente, sofredora ou diminuída for a criança. Solicitando e vivendo um cuidado terno e forte a cada criança que vem a esse mundo, a Igreja cumpre uma missão fundamental: revelar e repetir na história o exemplo e o mandamento de Cristo, que quis pôr a criança em destaque no Reino de Deus: "*Deixai vir a Mim os pequeninos e não os impeçais, pois deles é o reino de Deus*" (Mt 19,14).

135. b) Do seu *Discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas*, em 02/10/79, registremos aquilo que se refere à importância das novas gerações para o futuro da humanidade:

IMPORTÂNCIA
DAS CRIANÇAS PARA
A HUMANIDADE

"*Desejo exprimir a felicidade que para cada um de nós constituem as crianças, primavera da vida, antecipação da história futura de cada pátria terrestre. Nenhum país do mundo, nenhum sistema político pode pensar no seu futuro senão através da imagem destas novas gerações que assumirão dos pais o múltiplo patrimônio dos valores, dos deveres e das aspirações da nação à qual pertencem, e o de toda a família humana. A solicitude pela criança ainda antes do nascimento, desde o primeiro momento da concepção e, depois, nos anos da infância e da adolescência, é a primeira e fundamental prova da relação do homem com o homem. E, portanto, que mais se poderá augurar a cada nação e a toda a humanidade, a todas as crianças do mundo senão aquele futuro melhor no qual o respeito dos direitos do homem se torne plena realidade no aproximar-se do ano dois mil?*

OS CRISTÃOS
E AS CRIANÇAS

O acolhimento, o amor, a estima, o serviço múltiplo e unitário — material, afetivo, educativo, espiritual — a cada criança que vem a este mundo deverão constituir sempre uma nota distinta irrenunciável dos cristãos, em particular das famílias cristãs. Deste modo, as crianças, ao poderem crescer "em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens", darão a sua preciosa contribuição à edificação da comunidade familiar e à santificação dos pais."

ENSINAMENTOS
DO
EVANGELHO

136. É importante também sugerir uma atenta leitura do capítulo 4 sobre a "Parábola do Filho Pródigo", da Encíclica *Dives in Misericordia* de 30/11/80 e de toda a carta apostólica *Aos jovens e às jovens do mundo*, por ocasião do Ano Internacional da Juventude (31/03/85) que trata da situação da juventude no mundo de hoje, à luz do texto evangélico que apresenta o diálogo entre Jesus e o jovem rico (cf. Mc 10,17-22; Mt 19,16-22; Lc 18,18-23).

CELAM:
MEDELLIN
PUEBLA

137. Por sua vez, **O Episcopado Latinoamericano**, em *Medellin e Puebla*, descreve o absurdo da estrutura social pecaminosa que comanda a América Latina, ocasionando o escândalo da crescente miséria da maioria do povo e o enriquecimento de uma minoria (Cf. *Med. Pobreza na Igreja*, nº 2; *Puebla: Visão sócio-cultural da realidade latinoamericana*, nºs 27-31).



O ROSTO DE CRISTO
NAS FEIÇÕES DAS
CRIANÇAS E DOS
JOVENS

“Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e interpela) entre as quais: feições de crianças golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família (Puebla nºs 31 e 32); feições de jovens desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidade de capacitação e de ocupação” (Puebla, 33).

SÍNODO DE 1971

138. A luta da Igreja contra a injustiça e sua incansável busca de uma sociedade melhor faz parte de sua coerência com sua vocação e missão: *É dever de todos — e especialmente dos cristãos — afirmar o Sínodo sobre Justiça no Mundo, nº 15 — trabalhar energeticamente para ser instaurada a fraternidade universal, base indispensável de uma justiça autêntica e condição de paz duradoura. Não podemos invocar a Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens criados à sua imagem. De tal maneira estão ligadas a relação do homem para com Deus Pai e a sua relação para com os outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: “quem não ama, não conhece a Deus”* (IJo 4,8; Cf. *Nostra Aetate*, nº 5).

2.2.3 — O Testemunho dos Cristãos

OS SANTOS E O MUNDO
DOS POBRES

139. É importante nesta chamada de atenção sobre o que a Igreja diz e fala em relação à criança e ao jovem, especialmente em situação de marginalização, recuperar a memória de alguns cristãos que dedicaram suas vidas e de modo heróico, à busca de soluções concretas, criando instituições, congregações religiosas, processos pedagógicos e até mesmo envolvendo a comunidade nesta tarefa de atender aos pequeninos desamparados.

CONGREGAÇÕES
DEDICADAS AO MENOR

140. O espaço deste documento é pequeno para um resumo da vida e ação de cada um dos que aqui elencamos, o que fica como tarefa das Comunidades. Eis entre outros exemplos: **Santa Angela de Medici** (1474-1504: fundadora da Congregação das Irmãs Ursulinas); **São Jerônimo Emiliano** (leigo, 1486-1537: fundador do Padres Somascos); **São Filipe Neri** (1515-1595: fundador dos Padres do Oratório); **São José Calazans** (1557-1648: fundador da Ordem das Escolas Pias — Escolápios); **São João Batista de La Salle** (1651-1719: fundador dos Irmãos das Escolas Cristãs ou Lassalistas); **Beato Pe. Marcelino Champagnat** (1789-1840: fundador dos Irmãos Maristas); **Pe. Adolfo Kolping** (1813-1865: fundador da Obra Kolping); **São João Bosco** (1815-1888: fundador dos Padres Salesianos) e **Santa Maria Domingas Mazzarello** (1837-1881: fundadora das Filhas de Maria Auxiliadora); **São Leonardo de Murialdo** (1828-1900: fundador da Congregação de São José ou Padres Josefinos de Murialdo); **Beato Luis Orione**, (1872-1940: fundador da Pequena Obra da Divina Providência, com duas congregações: Filhos da Divina Providência e Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade); **Cônego Afonso Maria Fusco** (1839-1910: fundador das Irmãs Batistinas do Nazareno); **Padre Raimundo dos Anjos Beirão e Irmã Clara do Menino Jesus** (Em 1876 fun-



daram as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição); Pe. José Maria Ibiapina (1804-1882: fundador das Casas de Caridade no Nordeste Brasileiro); Madre Bárbara Maix (Irmã Maria da Santíssima Trindade), fundou em 1849 a Congregação Brasileira do Imaculado Coração de Maria.

**RENOVAÇÃO
DAS CONGREGAÇÕES
RELIGIOSAS**

141. Hoje, as Congregações Religiosas, revendo a intuição primeira de seus fundadores, analisando a realidade de nosso país, procuram com visão crítica, atender aos fins para as quais foram criadas, atingindo de forma renovada, não só as conseqüências, mas também as causas geradoras do empobrecimento do nosso povo, das quais são vítimas especialmente as crianças empobrecidas, os menores marginalizados.

142. APROFUNDAMENTO

- a. Pesquisar sobre o tema "Deus, defensor do pobre, da viúva, do órfão e do estrangeiro" (Bíblia, livros, artigos...)
- b. Há outros Padres da Igreja que DENUNCIAM a estruturação injusta da sociedade: Quem são? O que dizem?
- c. Que outros documentos do Magistério refletem sobre a injustiça social e também sobre as crianças e os jovens, sobretudo empobrecidos?
- d. Completar o capítulo relativo à "Ação dos Cristãos" — outros Santos, outras Congregações Religiosas, organizações de leigos, dedicados à infância e à juventude empobrecidas, desamparadas. Confrontar o hoje com os começos.
- e. O que hoje a Igreja está fazendo, sobretudo em sentido de Pastoral orgânica, para buscar solução duradoura para a questão do Menor?

TERCEIRA PARTE

**CAMINHOS DE LIBERTAÇÃO
DO MENOR**



Introdução

PECADO E GRAÇA

143. A visão e análise da realidade do Menor, iluminadas pelos princípios éticos, pela Palavra de Deus, da Igreja e pela ação dos cristãos e outros, revelam a situação de pecado na qual a humanidade está mergulhada. Todo este contexto, a seu modo, manifesta também o zelo infinito de Deus que, sendo defensor e libertador do pobre, da viúva e do órfão, condena as obras do pecador, mas está sempre disposto a perdoar os que desejam mudar de vida.

CONVERSÃO

144. Diante do Senhor e da realidade do pecado, a Igreja deseja que aconteça e se fortaleça a CONVERSÃO de cada pessoa, de cada comunidade, de toda a sociedade e dela mesma. É a graça da conversão que mobiliza a caridade e a torna libertadora.

TOMADA DE POSIÇÃO

145. O tema O MENOR escolhido para 1987, pela amostra que tivemos na primeira e na segunda parte deste Texto-Base, exige CONVERSÃO e AÇÃO, tanto em nível pessoal, como especialmente em nível comunitário e estrutural. Há aspectos que forcem tomadas de posição imediatas em prol do Menor, porque inadiáveis. Isso, porém, não impede, antes provoca, a busca de soluções mais longas e ao mesmo tempo difíceis, mas que são necessárias em qualidade e durabilidade, porque ligadas à erradicação das causas dessas situações inaceitáveis.

TRANSFORMAÇÃO EVANGÉLICA DA SOCIEDADE

146. Esta terceira parte do Texto-Base apresenta as **grandes metas** a serem atingidas para a transformação social, bem como **algumas grandes e pequenas ações** em função da libertação do Menor, que é vítima da sociedade como hoje está organizada. Estas grandes metas são vistas a partir de alguns **critérios evangélicos de ação** e de orientações sobre o porquê optar pelo Menor e com ele se associar para desencadear as mudanças desejadas.

PASTORAL DE CONJUNTO

147. Para agir, a Comunidade precisa se organizar e articular os trabalhos das diversas pastorais e dos seus agentes ao redor de um IDEAL COMUM, fruto de uma ESPIRITUALIDADE PROFÉTICA. Esta organização torna mais criativa e eficaz a ação pastoral.

3.1 — AS GRANDES METAS DA AÇÃO TRANSFORMADORA EM FAVOR DO MENOR

O MENOR VÍTIMA DA SOCIEDADE

148. A criança que nasce é a esperança do povo e certeza da presença de Deus no seu meio. A criança, o adolescente e o jovem empobrecidos têm sido, entretanto, a grande vítima da desestruturação social. É injusta e criminosa a posição daqueles que praticam o extermínio de adolescentes e jovens empobrecidos como forma de impedir o crescimento de futuros marginais ou que optam pelo aborto como resposta ao que chamam de "excesso de população". Ao contrário,

3.1.1 — Apoiamos como aspirações justas

ASPIRAÇÕES JUSTAS

149. — Que a VIDA das crianças do nosso povo seja a prioridade máxima da Nação.
- Que toda criança possa conviver com seus pais.
 - Que toda criança tenha uma família onde seja amada e respeitada.
 - Que os filhos sejam planejados pelos pais com liberdade e no pleno respeito aos valores éticos.
 - Que toda criança tenha garantidos os seus direitos de segurança afetiva — alimentação — saúde — educação, inclusive religiosa — lazer e preparação para o trabalho.
 - Que seus pais possam ter preservada e respeitada a própria imagem, com oportunidade de melhoria em suas condições humanas.
 - Que as mulheres sejam respeitadas.
 - Que as Mães gestantes e nutrizes tenham prioridade em todos os lugares.

3.1.2 — Denunciamos

A DENÚNCIA

150. — as migrações forçadas que desintegram as famílias;
- o sofrimento das crianças indígenas sem terra e sempre ameaçadas nas suas raízes e na sua cultura;

(9) Recomendamos o estudo da DECLARAÇÃO PASTORAL: POR UMA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL, CNBB-1986 - nº 51 - 81/134,148.

- o genocídio infantil;
- o abandono das crianças consideradas “filhas de ninguém”;
- o comércio de crianças;
- a discriminação racial;
- a discriminação entre “Menores” e “crianças, adolescentes e jovens”;
- a prostituição de meninas e meninos;
- o trabalho precoce forçado, a exploração do Menor como mão-de-obra barata;
- o sofrimento da “criança bóia-fria” e dos pequenos trabalhadores das olarias e fábricas de vidro;
- a violência em todas as suas formas na família, nas escolas, nas instituições, nas ruas;
- as prisões chamadas “casas de reeducação”;
- as instituições que distanciam as crianças da vida;
- o arbítrio da polícia civil e militar — assumindo a sua função de proteção e segurança do povo em relação ao Menor e não de educação;
- a omissão dos que administram a Justiça de Menores.

3.1.3 — Queremos corajosas transformações estruturais

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS

151. . Primazia do **trabalho** sobre o capital, favorecendo o desaparecimento da **disparidade** entre altíssimas e baixíssimas faixas de renda.

- . Política nacional que **favoreça** as minorias e os segmentos oprimidos em geral: índios, negros, mulheres, menores.
- . Liberdade de **organização política** independente do poder econômico.
- . Fortalecimento dos **Estados e Municípios**.
- . Reconhecimento e apoio às **instituições sociais** intermediárias.
- . **Soberania nacional** na política econômica e conseqüente rompimento da **submissão do País** as ingerências alheias, com o equacionamento da questão da **dívida externa** a partir dos interesses do povo brasileiro.
- . Defesa das **riquezas nacionais** e do **meio ambiente**.
- . Propriedade e uso da **terra rural e urbana** submetida à sua função social: reforma agrária e reforma urbana, com política adequada.
- . Política nacional da habitação e saneamento, voltados para as classes populares.
- . Garantia de **alimentação** popular; subsídio a alimentos básicos; medidas para vencer a fome a partir da garantia de **emprego** e **salário real** e **seguro desemprego**, atingindo a todos os desempregados.

- . Política de **transporte** que dê prioridade aos operários e aos pequenos produtores.
- . Democratização **para acesso de todos** aos meios de comunicação social.
- . Política nacional que favoreça os interesses de toda a população no que diz respeito à **Educação** - à **Saúde** - à **Cultura** - ao **Trabalho**, gerando **NOVA POLÍTICA DO BEM-ESTAR DO MENOR**, inserida numa política de re-estruturação da Nação, *onde a criança seja efetivamente a prioridade.*

3.2 — CRITÉRIOS EVANGÉLICOS PARA UMA AÇÃO TRANSFORMADORA

NECESSIDADE DE CRITÉRIOS

152. A busca de soluções duradouras para atingir as metas e propostas em vista de uma sociedade justa e fraterna exige critérios evangélicos de ação, que levem em conta a realidade social e política do país e a realidade da própria Igreja hoje. Estes critérios são aplicados também à ação libertadora do Menor, situado num contexto maior de Igreja e de Brasil.

3.2.1 — Critérios Teológicos

153. Atendam pois, as Comunidades, sobretudo, a estes três grandes **critérios teológicos**:

a) **Conversão sincera e radical ao Senhor**, que se revela na Bíblia, na sua Igreja, na história, nos acontecimentos ou “sinais” dos tempos e, de modo privilegiado, no rosto dos pobres e pequenos. Esta conversão deve redimensionar o relacionamento de cada pessoa e de cada Comunidade com o Pai, pelo Filho, no Espírito Santo.

b) **Conversão sincera e radical à fraternidade libertadora**. O “outro” é a imagem visível da presença de Deus. É necessário passar pelo “outro” para se chegar a Deus. Segundo a Revelação Divina, máxima em Jesus, Deus privilegia sua presença, no empobrecido, no pequeno. Neste sentido, nosso compromisso libertador é plenamente bíblico e se enquadra no projeto de salvação do Pai;

c) **Conversão sincera e radical à dimensão comunitária da vida e da fé**. Senhor nos quer povo, seu povo. Ele nos fez interdependentes

e complementares. Em seu projeto salvífico incluiu a referência à sua dimensão trinitária, portanto comunitária, para que sejamos à sua imagem e semelhança. E Jesus orou, dizendo: "Pai, que todos sejam um, como tu e eu somos um"... (cf. Jo 17,21).

3.2.2 — Critérios Pastorais

154. As Comunidades devem estar atentas também a estes **critérios pastorais**:

a) **Consciência crítica**, que situe a ação pastoral junto ao Menor empobrecido e marginalizado dentro de um contexto mais amplo, sócio-econômico-político e religioso;

b) ação **libertadora** que coloque o Menor como pessoa, membro ativo de um povo e sujeito da história;

c) ação **participativa** que envolva a todos nas decisões e realizações;

d) ação **dinâmica** de "processo" e não de "episódios",

e) ação **comunitária** que modifique as relações, criando laços de solidariedade, fraternidade e comunhão;

f) ação sensível aos valores da **cultura popular**;

g) ação **não institucionalizadora**, mobilizando as comunidades e as famílias para que assumam sua missão e não descarreguem em "instituições", responsabilidade que lhes são incompatíveis, especialmente, as ligadas ao afeto dos pais, irmãos e familiares;

h) ação **organizada** através da constante revisão: ação-reflexão-ação-revisão-ação, o que evita a rotina da burocracia;

i) ação **integrada** à Pastoral de Conjunto e às forças transformadoras da História, somando esforços e iniciativas, superando ações isoladas, paralelas, personalísticas;

j) ação **política**, com clara opção pelos empobrecidos, porém não condicionada, a injunções ideológicas ou partidárias;

l) ação **comprometida** com o ser humano em sua dignidade, visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sinal do Reino Definitivo.

3.2.3 — As Dimensões da Ação Pastoral

155. Ainda nesta linha de critérios, convém levar em conta que toda **AÇÃO PASTORAL LIBERTADORA** assume, e todas juntas, as **seis dimensões da ação pastoral**, conforme o Documento nº 28 da CNBB (Diretrizes Gerais), algumas já presentes nas orientações acima elencadas:

1. **Comunitário-participativa**, 2. **Missionária**; 3. **Catequética**; 4. **Litúrgica**; 5. **Ecumênica e de Diálogo Religioso**; 6. **Profético-transformadora** (cf. Doc. da CNBB nº 28 Ed. Paulinas, 1983).

3.3 — IGREJA E OPÇÃO PELO MENOR

QUE É OPTAR
PELO MENOR?



156. Sob o influxo do Concílio Vaticano II, de Medellín, de Puebla e da visão crítica da realidade social, a Igreja na América Latina e no Brasil, renovando-se em sua missão evangelizadora, faz uma opção preferencial, não exclusiva nem excludente, pelos pobres. Com este amor evangélico preferencial ela passou a ver sob nova ótica a trama da história e da estrutura social. Conseqüentemente, teve de reorganizar sua ação pastoral. A Campanha da Fraternidade, em conformidade com esta ótica, vem escolhendo temas que ajudem a desencadear ou reforçar o processo libertador dos empobrecidos tendo em vista uma justa e fraterna estruturação social. A opção pelo Menor (a criança, o adolescente e o jovem empobrecido), se enquadra no amor preferencial da Igreja pelos pobres e em sua luta por um mundo novo. Só que lhe acrescenta uma especial novidade: o Menor marginalizado é um dos **mais pobres entre os empobrecidos**.

157. **Optar pelo Menor**, numa sociedade em conflito, é optar pelo fraco, onde se valoriza o forte; pelo pequeno, onde se valoriza o grande; pelo despossuído, onde se valoriza o que tem. É estar ao lado dos excluídos, dos que não contam, dos que não produzem, não dão lucro: é **escolher e celebrar a VIDA em uma sociedade de MORTE**. É defender a VIDA onde ela se apresenta desprezada e ameaçada.

158. Optar pelo Menor é lutar por uma **nova ordem social, política e econômica**, incluindo soluções para a questão da Terra e do Trabalho; é contribuir, com humildade, em uma ação histórica de transformação estrutural e pessoal, vencendo ideologias de dominação que fabricam os marginalizados.

159. É dispor-se a **trabalhar em comunidade** com o povo e abdicar de privilégios pessoais e grupais; é ter a coragem de descobrir, com o Menor, novos caminhos e partilhar com ele a construção da nova sociedade.

160. O importante está em identificar no Menor a força desencadeadora de todo um processo de reorganização social. ESCOLHENDO A PESSOA HUMANA MAIS EMPOBRECIDA E NECESSITADA COMO PRIORIDADE, ESTAREMOS COLOCANDO NO CENTRO DA HIERARQUIA DE VALORES A VIDA, A PRÓPRIA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELO QUE É, E NÃO PELO QUE TEM E PRODUZ.

161. É seguir Jesus de Nazaré que acolheu as crianças, comeu com os pescadores, andou com os mendigos, perdoou as prostitutas, curou os doentes e leprosos e saiu em busca da ovelha perdida. Optar pelo Menor é acreditar no Deus da vida "que derruba os poderosos de seus tronos e despede os ricos sem nada." (Lc 1,52).

3.4 — PROPOSTAS DE AÇÃO CONCRETA EM RELAÇÃO AO MENOR

Introdução

ABRINDO PISTAS

162. Pessoas de boa vontade e agentes de Pastoral, em várias regiões do país, já descobriram algumas pistas de ação concreta, envolvendo os próprios menores e mobilizando forças vivas da Comunidade. As iniciativas aqui mencionadas são importantes e significativas, se a ação tiver como perspectiva a transformação da sociedade em relação às grandes metas a que nos referimos no item 3.1.

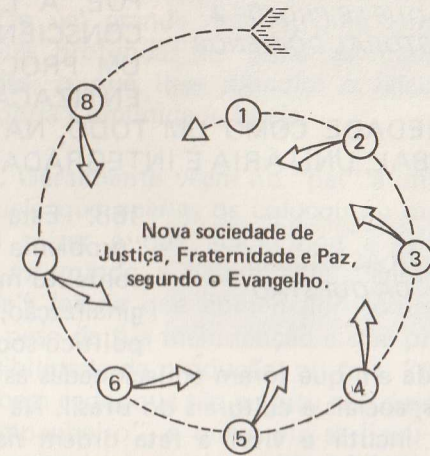
163. Estas ações, mesmo que sejam conjunturais e circunstanciadas, visam atingir as causas reais que provocam tantas injustiças, entre as quais a situação do Menor. Se vivêssemos em outro tipo de sociedade, certas iniciativas não seriam necessárias. Surgem para suprir lacunas geradas pelo modelo de organização das estruturas sociais que privilegiam alguns em detrimento de muitos outros.

ROMPER O CICLO DE MARGINALIZAÇÃO

164. As pistas de ação concreta aqui sugeridas podem ser reportadas ao CICLO DE MARGINALIZAÇÃO (10). Ficam assim melhor visualizadas e sobretudo revelam como, cada uma a seu modo, e todas juntas, chegam a quebrar esse ciclo, se endereçados, porém, não apenas ao Menor mas também a toda a estrutura social injusta.

(10) Cf. "Ciclo de Marginalização" à página 15, nº 42 deste Texto-base.

É possível romper o Ciclo de Marginalização (ver p. 15) em qualquer fase (ver pág. 18ss.). Esta ruptura vai na direção da construção de uma nova sociedade.



SINAIS DE ESPERANÇA

165. É necessário salientar também que as respostas aqui assinaladas são apenas alguns sinais de esperança neste imenso mar de desafios que é o trabalho com o Menor. Há algumas situações que se tornam insolúveis e sem explicação, mesmo diante de ações pedagógicas bem organizadas. O imprevisível está sempre presente neste trabalho e, por vezes desafia dolorosamente o educador. É por isto que o agir do cristão deve estar sempre marcado pela esperança e principalmente pela perseverança que leva, pacientemente, a recomeçar sempre de novo, na proposta de ação junto aos menores.

3.4.1 — UMA PASTORAL ESPECÍFICA PARA O MENOR

3.4.1.A — Pastoral do Menor

SURGE A PASTORAL DO MENOR

166. A progressiva encarnação da Igreja na realidade brasileira, sobretudo nestes últimos anos foi-lhe revelando situações desumanas nas quais sobrevive a grande maioria da população. Provam isso os temas da CF que, nestes dez últimos anos, foram-se sucedendo: trabalho, ecologia, migração, saúde, educação, violência, vida, fome, terra..., bem como os documentos da CNBB e de outros organismos da Igreja. É evidente que a situação do Menor foi sendo logo percebida. A partir de 1977 surgiu, em algumas dioceses, uma Pastoral em favor da criança, do adolescente e dos jovens marginalizados, como um processo novo em relação ao que a Igreja vinha realizando por eles.

A QUE SE PROPÕE A PASTORAL DO MENOR

167. A PASTORAL DO MENOR SE PROPÕE, À LUZ DO EVANGELHO E DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA, ESTIMULAR UM PROCESSO QUE VISA A CONSCIENTIZAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE COMO UM TODO, NA BUSCA DE UMA RESPOSTA GLOBAL, UNITÁRIA E INTEGRADA À SITUAÇÃO DO MENOR.

IR ÀS CAUSAS DA QUESTÃO

168. Esta visão extrapola o chamado "problema do Menor". Ela o situa num contexto mais amplo, causador da sua marginalização, sendo visto como uma questão político-social. A solução acontecerá na medida em que forem equacionadas as grandes questões morais, econômicas, sociais e culturais do Brasil. Na medida também em que se procurar incutir e viver a reta ordem na sociedade, na qual a política é subordinada à ética, e a economia ao social. Ora, isso requer uma **nova atitude** face aos problemas sociais, que também a Igreja deve assumir e ajudar a fazer acontecer.

ATENDER A PROBLEMAS INADIÁVEIS

169. É evidente que os Agentes da Pastoral do Menor realizam também obras concretas e procuram algumas respostas imediatas a problemas inadiáveis. Mas nestas iniciativas, e a partir delas, procura-se ajudar na criação de um espírito que mova as pessoas e instituições a assumirem, cada uma, segundo seu nível e condição, mas em comunhão, a parte que lhes cabe frente à realidade do Menor.

O SONHO DA IGREJA

170. A Igreja, como servidora do mundo, se encontrará recompensada através da sua ação pastoral nesse campo, no momento em que ela mesma acolher o Menor e induzir um processo em que a Família passe a assumir com mais amor os filhos, a Comunidade, os menores e a Sociedade toda respeite, valorize, promova e coloque efetivamente como prioridade a Criança, bênção de Deus e garantia de vida longa para o povo.

3.4.1.B – Catequese com o Menor

EXIGÊNCIAS DA CATEQUESE COM MENORES

171. O anúncio e o aprofundamento da mensagem evangélica para crianças, adolescentes e jovens marginalizados, devido às condições especiais em que se encontram, exigem dos agentes cristãos uma apropriada proposta metodológica, pedagógica e pastoral.

OS DESAFIOS

172. Os Menores, em geral, vivenciam situações que constituem para o educador cristão um grande desafio, pois carregam marcas profundas de todas as marginalizações, o que lhes dificulta o relacionamento com Deus e o acesso à própria Comunidade Igreja.

A AUSÊNCIA DA FAMÍLIA E OS VALORES RELIGIOSOS

173. Geralmente vêm no "pai" a imagem daquele que apenas os colocou no mundo para sofrer e que abandonou a família, não assumindo a paternidade. Pensam na "mãe" (ainda que com maior compreensão), como alguém que sente o peso da sua manutenção e que precisa usufruir muito cedo de sua possibilidade de produção, ou seja, "trazer dinheiro para casa". Percebem, bem cedo, que são o fruto não desejado da união da mãe com um "companheiro", a quem ela se ligou nem sempre por amor, mas por necessidade de apoio e sobrevivência dos filhos. Vêm também os irmãos e "os outros", em geral, como aqueles com quem vai competir na mesa da fome ou àqueles com os quais se deve repartir tudo na luta pela vida. São desafiados pelo milagre de sobreviver e de se afirmar segundo uma ética toda própria, na qual se encontram inúmeros valores mas que, por outro lado, tem uma grande força em direção a gestos anti-sociais.

PROPOSTAS DE EVANGELIZAÇÃO BÁSICA

174. Os Menores precisam de uma evangelização inicial e básica:

- a. que lhes devolva a **crença na própria dignidade, no próprio valor como pessoa humana;**



- b. que lhes fundamente de modo crítico e construtivo a **consciência**, já mais ou menos presente, da **exploração** a que estão submetidos pela sociedade;
- c. que abra pistas para **respostas às suas necessidades** mais urgentes e que nem sempre são as mais importantes sob o ponto de vista do educador-adulto;
- d. que ajude a **canalizar a sua esperteza e inteligência** e a capacidade de **solidariedade** para busca de autênticas soluções e não para a marginalidade;
- e. que os ajude a acreditar **serem eles importantes por si mesmos**, por sua dignidade e valor como gente e importantes para seus colegas, familiares e para a luta por um mundo justo e solidário.

**TESTEMUNHO
E PALAVRA**

175. Esta evangelização inicial, básica, realiza-se, porém, não tanto com palavras e ensinamentos. Ela se faz, sobretudo, com um processo de acolhida e apoio por parte da comunidade e com a experiência direta de vida comunitária dos menores que, juntos e sob orientação de educadores, procuram alcançar estes elementos que acabamos de relacionar.

**O QUE SE PROPOR
NA CATEQUESE
COM MENORES**

176. Neste sentido, a Comunidade e os educadores, no trabalho de evangelização e catequese com os menores, necessitam de:
- a. ajudá-los a caminhar e crescer juntos para somar forças e descobrirem o sentido de **comunidade**, a importância da **solidariedade**, a força da **união**;
 - b. evitar ação paternalista ou de liberdade sem limites. Realizar com eles ação educativa que expresse **amor gratuito**, compreensivo e exigente. Que saibam que são amados;
 - c. **evitar também, atitude de pena** ou de compaixão. Muito menos, ainda, ações de violência ou de proselitismo. Vivenciar, sim, atitudes que lhes resgatem o potencial humano, a sua cidadania e a imagem de Deus que neles estão atrofiados;
 - d. apontar-lhes **esperanças**, sobretudo nas horas difíceis, ajudando-os a se organizarem e sendo sua voz, falando por eles e com eles, até que possam falar por si próprios.

**A ESPERANÇA
DOS RESULTADOS**

177. É um trabalho difícil, sem prazos e sem frutos imediatos. Os **resultados**, porém, brotam inesperadamente e a partir de gestos **concretos**, sobretudo se a ação evangelizadora for realizada em comunidade, a partir da Bíblia e em confronto com a realidade que os Menores

vivenciam. Eles se entusiasma com a pessoa de Jesus, com Ele se identificam e então descobrem:

- a. a **filiação divina**: "*Quando vocês rezarem digam: Pai Nosso...*" (Mt 6,9); (11)
- b. a **autêntica fraternidade**: "*Amai-vos uns aos outros como eu vos ameí*" (Jo 15,12);
- c. o **perdão**: "*Se te lembras que teu irmão tem alguma coisa contra ti, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão*" (Mt 5, 23,24); "*Amai vossos inimigos*" (Mt 5,44);
- d. a **predileção divina pelos oprimidos e a força libertadora da ação de Deus junto de seu povo**: "*O Espírito do Senhor me enviou para anunciar a boa-nova*" (Lc 4,18); "*Deus há de dirigir os nossos passos no caminho da paz*" (Lc 1,79).

**APOSTOLADO
DO MENOR**

178. Os educadores devem zelar para que os menores não esqueçam suas raízes, a ligação com seus irmãos marginalizados e possam se unir a toda caminhada de libertação. Encaminhem-nos, também, para o apostolado junto aos colegas. Teremos assim menores evangelizando menores que, por sua vez, evangelizam a própria Igreja.

3.4.1.C – Formação de Agentes de Pastoral do Menor

**O MUNDO
DO MENOR**

179. O mundo psico-somático-social e religioso do Menor tem suas características e exigências próprias, condicionada por diversos fatores, entre os quais a carência afetiva, a desnutrição, a internalização da rejeição e da violência, a desconfiança e a falta de sentido para a vida.

**EXIGE AGENTES
PREPARADOS E
EM FORMAÇÃO
PERMANENTE**

180. Trabalhar como Agente de Pastoral do Menor requer vocação, cercada por dons apropriados que o Senhor fornece a quem ele convoca e missiona. Mas o Agente sabe que precisa cultivar e desenvolver esses dons e a partir deles, conquistar outros. Daí a importância de uma **FORMAÇÃO PERMANENTE** unindo e interagindo sempre a "praxis" e a "teoria.., a "ação" e a "reflexão". Cada vez mais que o Agente se encarnar no mundo e na vida dos Menores, mais ele deverá

(11) Ver nº 118 e 119 orientações sobre o sentido de Deus como "Pai".

astuta e inteligentemente estudar os problemas sócio-econômico-político-psicológico-cultural-religioso-legislativos, pois sabe que precisa desses conhecimentos para defender os Direitos do Menor e ajudá-lo a se promover neste complexo mundo moderno, onde o saber é, em geral, opressor.

**COM
ESPIRITUALIDADE
PRÓPRIA**

181. Em sua formação permanente, deve ser incluída, com ênfase especial uma **ESPIRITUALIDADE PRÓPRIA** a serviço do Menor. Nela há de estar presente, entre outras características: o **ABANDONO NAS MÃOS DO ABSOLUTO DE DEUS, O ESPÍRITO E A PRÁTICA** da pobreza, da disponibilidade, da acolhida, da paciência, do serviço, do perdão e da caridade-político-libertadora. Alimentará esta espiritualidade uma profunda vida de oração, a partir da realidade confrontada com a palavra de Deus, numa intimidade confiante com Jesus Cristo Bom Pastor e Libertador e com Nossa Senhora, que cantou a libertação no seu Magnificat.



**EM ESPÍRITO
DE COMUNHÃO E
INTERCOMUNICAÇÃO**

182. Os agentes de pastoral que atuam no campo do Menor necessitam de integração e comunicação entre si, a fim de refletirem sobre a sua prática metodológica. Esses encontros que podem ser chamados de Semanas do Menor, Dias de Formação do Agente Pastoral, Reuniões Setoriais, Regionais ou Diocesanas, aprimoram a formação dos agentes. Oportunizam a troca de experiências e a animação, ao mesmo tempo que dão estímulo às diversas iniciativas existentes e à criação de outras. Além dessas reflexões sobre a prática, há o enriquecimento que provém do encontro entre pessoas que vivem o mesmo ideal, à luz da palavra de Deus, a quem servem na pessoa do Menor e de quem recebem força e coragem para não desanimar nas dificuldades.

3.4.2 — A FAMÍLIA E O MENOR

3.4.2.A — Pastoral da Família e Menor

O CICLO DA VIDA

183. A criança nasce da **FAMÍLIA** que acolhe como uma bênção de **DEUS**, um sinal de que Ele ama o Mundo. Para cumprirem sua missão, as famílias se organizam em **COMUNIDADES**. E as Comunidades se unem para garantirem que a organização da **SOCIEDADE** esteja em função da **VIDA** que renova o mundo. Assim-se configura **O CICLO DA VIDA**.

**O HOMEM NECESSITA
DA FAMÍLIA**

184. O ser humano é, de todas as criaturas, a que mais precisa da presença e do afeto de seus genitores. E por isso é impossível a busca de solução para a questão do Menor, sem tocar diretamente na "família". A Igreja, sobretudo neste último século, tem-se preocupado com a família. Além de pronunciamentos oficiais, movimentos e grupos de pastoral familiar foram-se multiplicando. Mas é forçoso reconhecer que a família empobrecida, desestruturada, incompleta, ainda não recebe suficiente atenção da Igreja.

**EXIGÊNCIAS DA
PASTORAL DA
FAMÍLIA DO MENOR**

185. É de fundamental importância levar em conta nesta Pastoral Familiar:

a) a **organização comunitárias das famílias** pobres, para juntas procurarem soluções ao seu alcance. Ajudam muito neste sentido as associações, os clubes de mães, as pequenas cooperativas. Mas, além disso, essa organização dá força para reivindicações junto a quem de direito, para outras soluções mais complexas tais como educação, saúde, moradia, transporte, emprego;

b) a orientação específica dos **casais** para a convivência a dois, para o planejamento familiar e para o amoroso cuidado dos filhos que geraram. Há grandes tarefas e pequenos detalhes que precisam de atenção apropriada dentro de uma família e, em muitos aspectos, para que a criança possa nascer e desenvolver-se sadiamente;

c) o apoio comunitário às **famílias incompletas**, onde há falta de um dos cônjuges ou desaparecimento de algum filho;

d) a atenção da comunidade aos **pais que se agridem** e a seus próprios filhos. Muitos assumem esta atitude por culpa própria. Outros, para extravasar, em cima dos filhos, uma vida de insuportável opressão e miséria. Pais e filhos sofrem muito com esta convivência de agressão.



5. QUANTO À VIOLÊNCIA E AO MACHISMO

e) Cuidado especial deve ter a Pastoral Familiar nos meios populares com as vítimas da sociedade machista e hedonista que produz a prostituição de meninos e meninas, de jovens e de mulheres das classes oprimidas. Muitas delas, além da humilhação, são obrigadas a recorrer ao aborto, são vítimas de violências e variadas doenças ou sofrem com a impossibilidade de bem-educarem os filhos que geram.

6. QUANTO ÀS FAMÍLIAS IRMÃS

f) O apoio e orientação à organização de **famílias irmãs**: uma família que apadrinha outra, geralmente mais pobre, partilhando entre si amizade, oração, ajuda e somando esforços para a transformação social. Podem ser incluídos aqui os "lares substitutos" e as "creches" sem os quais a criança ficaria na rua. Estes modos de atuação têm maior eficácia quando fazem parte de um processo comunitário (ver 3.4.2-E e 3.4.2.F).



— Eu e minha família moramos num barraco pequeno. Não tem repartição.

Eu tenho oito irmãos. Uma cama de casal para minha mãe, meu pai e minha irmã novinha, uma cama de casal para mim e duas irmãs, e uma beliche para o resto. É só meu pai para dar de comer para nós; não passamos fome, graças a Deus, mas o dinheiro que ele ganha não dá para comprar roupas, sapatos. Carregamos água na cabeça. Meu pai e minha mãe nos tratam bem; nos dão o estudo, a educação e nos ensinam a viver.

Eles vivem bem. Discutem, mas isso é de todo casal. E assim vivemos a vida feliz, não muito feliz porque moramos numa favela, mas meu pai faz esforço para sair, e eu peço a Deus que seja logo. (Uma menina de 12 anos, SP)

3.4.2.B — Pastoral da Criança de 0 a 6 anos

O POR QUE DA PASTORAL DA CRIANÇA

186. É uma iniciativa que envolve e prepara a comunidade para a valorização da Vida, dando apoio e orientação à mãe gestante, à mãe nutriz e, sobretudo, acompanhando a criança de 0 a 6 anos, período decisivo para a formação e desenvolvimento de suas potencialidades. Surgiu como reação da Igreja, com outras entidades, ao escândalo da altíssima taxa de mortalidade infantil (TMI), por doenças perfeitamente curáveis, assim como da constatação do grande número de crianças brasileiras, portadoras de deficiências várias. Esta Pastoral da Criança já vem sendo assumida por 110 Dioceses, que iniciaram este serviço com a meta de reduzir quanto antes a taxa de mortalidade infantil (12).



COMO REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

187. "Nos últimos dois anos, o relatório sobre a **SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA** vem chamando a atenção para técnicas muito simples e baratas que podem ser desenvolvidas por qualquer pessoa

e que reduzem à metade a taxa de mortalidade e podem salvar a vida de mais de vinte mil crianças por dia. Em resumo, tais técnicas são:

- acompanhamento do crescimento**, para ajudar as mães a prevenirem a maioria dos casos de desnutrição;
- a reidratação oral**, para salvar a maioria dos cinco milhões de crianças pequenas que morrem anualmente por desidratação;
- o aleitamento materno**, para assegurar aos recém-nascidos a melhor alimentação possível e um grau considerável de imunidade contra infecções comuns;
- a imunização**, para proteger a criança contra sarampo, difteria, coqueluche, tétano, tuberculose e poliomielite. Essas doenças, segundo estimativas, exterminam cerca de cinco milhões de crian-

(12) Ver dados sobre mortalidade infantil nos números 57 a 59

ças por ano, deixam outras cinco milhões incapacitadas e constituem a maior causa de desnutrição infantil" (13).

COMO FUNCIONA A PASTORAL DA CRIANÇA

188. A Pastoral da Criança realiza-se a partir da conscientização e organização da comunidade para o desenvolvimento da fraternidade cristã e da corresponsabilidade social, a fim de **proteger a vida** desde o ventre materno:

- a) interfere para evitar prejuízos irreparáveis no período de formação da criança;
- b) articula esforços para cuidar de:
 - . melhoria da nutrição da família;
 - . acompanhamento e apoio à gestante;
 - . aleitamento materno;
 - . imunizações;
 - . acompanhamento do peso e desenvolvimento infantil;
 - . reidratação oral nas diarreias e vômitos;
 - . identificação precoce da deficiência infantil para sua orientação e estimulação adequadas;
 - . espaçamento de partos por métodos naturais.



189. Diante desta realidade, torna-se urgente que todas as comunidades tomem e favoreçam iniciativas que diminuam o índice de mortalidade de nossas crianças e o desenvolvimento de suas potencialidades.

190. A mobilização da Comunidade que acontece a partir desse trabalho visa ainda: recuperar a dignidade das mães e das crianças; valorizar o saber popular, abafado pela sociedade de consumo; despertar para a cobrança do bom uso dos recursos públicos, em benefício da comunidade, nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer. Consegue-se, assim um eficiente apoio e retaguarda aos diversos projetos da Pastoral da Criança de 0 a 6 anos.

(13) Cf. "Infância 1985", parte I: "Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância" (UNICEF), Brasília, 1985. Cf. Pastoral da Criança, CNBB, 1986.

3.4.2.C – Adoção de Menores

O SENTIDO ESPIRITUAL DA ADOÇÃO

191. A adoção vem adquirindo a sua exata compreensão a partir do princípio evangélico de que todos nós somos filhos de Deus. Adotar uma criança faz-nos repetir, em nível humano, a bondade universal do Pai.

Pelo mesmo Espírito "geramos de novo" aquela criança que o pecado ou a morte, de alguma forma, nos colocou nos braços. Como "para Deus nada é impossível", no dizer do Anjo Gabriel a Maria, também para nós os riscos de uma adoção nunca serão maiores que a Fé, o Amor e a Esperança.



192. A Igreja vê a adoção como um gesto especial de amor. É dar uma resposta possível à grave condição de milhares de menores que não tendo conhecido a alegria de uma família podem-se tornar vítimas de uma situação desumana.

193. A adoção deixa de ser um problema tão complexo, quando pais adotantes e crianças adotadas adquirem a consciência de que pais, no seu verdadeiro sentido, são aqueles que amam, amparam, promovem e educam para a vida. Na filiação, há a dimensão biológica e a dimensão afetiva. Na paternidade e na maternidade adotivas, há a escolha livre e gratuita, por isso aptas a criar um profundo vínculo afetivo. Condena-se, entretanto, a adoção que tenha como objetivo apenas salvar um casamento ameaçado por falta de filhos, superar frustrações pessoais, ou para se ter, futuramente, uma pessoa a serviço.

EXIGÊNCIAS URGENTES

194. Torna-se necessário, com respeito à adoção que:

- . se estude o seu significado humano e cristão;
- . se reveja as questões jurídicas e processuais que a envolvem, inclusive o que diz respeito à adoção por casais de outros países;
- . se estimule uma linha de espiritualidade e de ação pastoral condizentes.

3.4.2.D – Pastoral com Deficientes Físicos e Mentais

A GRAVE QUESTÃO DOS DEFICIENTES

195. No contexto geral dos empobrecidos, as crianças e/ou jovens com deficiências são duplamente marginalizados e exigem de todos nós uma ação mais concreta e corajosa. A situação é grave porque faltam pessoal especializado, locais apropriados, recursos humanos, materiais e financeiros. O que há é pouco, não consegue atender à demanda e nem parece oferecer condições de buscar caminhos novos. Há, sem dúvida, algumas iniciativas já consagradas como APAE e PESTALOZZI assim como de comunidades que têm tido zelo e criatividade. Apesar dos poucos recursos, acolhem e atendem com muito carinho e competência a esses deficientes.

O QUE FAZER COM URGÊNCIA

196. São iniciativas urgentes a serem tomadas em favor dos deficientes:

- a) **divulgação**, a nível comunitário, das causas das deficiências, visando formar, na sociedade, agentes multiplicadores a respeito da prevenção e detecção das deficiências, bem como do encaminhamento adequado dos recursos disponíveis;
- b) **incentivo ao atendimento** à pessoa deficiente dentro de sua própria família e comunidade. Procurar evitar o mais possível internações. Providenciar, porém, ajuda psicológica, espiritual, médica e financeira para que essas famílias e comunidades possam cumprir bem essa difícil mas importantíssima missão;
- c) uma mobilização das comunidades para **exigir das autoridades** governamentais os recursos necessários para trabalho social tão necessário mas tão especializado também, e a execução de programas preventivos de caráter oficial;
- d) uma **legislação**, em nível Federal, Estadual e Municipal, obrigando as maternidades a detectarem possíveis deficiências em todas as crianças ali nascidas, realizando de imediato os encaminhamentos necessários;
- e) criação nas Universidades, e sobretudo nas Faculdades das áreas das Ciências Humanas, de uma Cadeira que proporcione aos alunos um preparo teórico e prático na prevenção, detecção e intervenção nas deficiências físicas e mentais;

3.4.2.E – Creches (complementação à família)

FINALIDADE

197. O trabalho em creches visa atender a uma nova necessidade do contexto social atual, decorrente sobretudo do trabalho da mulher fora de casa. No caso da família empobrecida, (cf § 65, pag, 26), a mulher necessita da creche para que a criança não fique na rua ou presa em casa. A obrigação de mantê-la é do Estado ou, sob supervisão do mesmo, das empresas junto às quais as mães prestam serviços.



EXIGÊNCIAS

198. A educação nas creches precisa levar em conta com muita seriedade e numa visão libertadora as reais necessidades do desenvolvimento infantil em todas as dimensões bio-psico-sociais, envolvendo a família das crianças. Para facilitar melhor atendimento individual com monitores, que poderão ser as próprias mães da Comunidade, as creches devem, o mais possível, trabalhar com pequenos grupos. Há as creches comunitárias em casas familiares – trabalho desempenhado por mães que têm condições de cuidar de seus filhos e mais alguns da vizinhança. Essas mães são escolhidas pelas que trabalham fora, para cuidar das crianças e são remuneradas por entidades de apoio ou pelas próprias mães, que se cotizam para isso. São auxiliadas nos serviços da casa, nos cuidados com as crianças e inclusive no lazer, por outros monitores da comunidade e supervisionadas por uma retaguarda técnica que inclusive periodicamente as capacitam.

IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E DE BONS EDUCADORES

199. Na orientação, é imprescindível pessoas bem preparadas para ministrar uma educação libertadora, com constante avaliação e atualização. E no contato direto com as crianças, deve haver pessoas que as amem profundamente.

3.4.2.F – Lares de Suplência

O QUE SÃO

200. A opção por grupos pequenos na modalidade de lares para a acolhida de crianças órfãs e abandonadas, formando núcleos independentes, com pais substitutos ou educadores realmente vocacionados para esta função, favorece o resgate do equilíbrio afetivo e o atendimento das necessidades individuais, propiciando um crescimento integral e harmônico. Pretende-se, com isso, dar condições ao Menor, para que esteja próximo de uma família onde ele, participando e trabalhando, se sinta sujeito e se realize como pessoa.

OS CRITÉRIOS

201. Os critérios de ação nestes Lares precisam incluir sobretudo:
- mentalização do pessoal que trabalha e dirige a obra sobre o valor do Menor, acima de outros valores;
 - aceitação e sincero amor à criança, a fim de evitar problemas de rejeição;
 - assumir o Menor e não entregá-lo às instituições, em caso de problemas físicos ou mentais;
 - não abandonar o Menor aos 18 anos, mas acompanhá-lo ao longo de toda a vida;
 - trabalhar com os familiares do Menor, para facilitar sua integração na sociedade.

202. Muito louvável é o trabalho de associações que se organizam para oferecer retaguarda a estes Lares, através da ação técnica e sobretudo de voluntários. Constituem, assim, uma família ampliada ou comunidade de apoio aos laristas. Desenvolvem um espírito cristão de gratuidade e serviço, sem impor a própria mentalidade, mas tornando laristas e crianças participantes das decisões.

3.4.2.G – Internato de Menores

O INTERNATO NA HISTÓRIA

203. Durante séculos, um dos meios considerados privilegiados para enfrentar a situação dos órfãos, das crianças e jovens abandonados era o internato. Muita gente viveu heroicamente numa incansável dedicação dentro dessas instituições. Hoje, diante de outras alternativas e das grandes mudanças sociais e culturais, o internato — já há consenso nisso — continua tendo sua validade, mas como opção extrema.

A CRIANÇA E O INTERNATO

204. A prática tem evidenciado que a criança não entende os motivos que a levam para o internato. Como efeito um profundo sentimento de rejeição vai crescendo à medida em que o tempo passa, sobretudo quando mãe ou pai se distancia a ponto de perder o contato definitivamente. Esse sentimento de rejeição é o responsável pela agressividade e revolta que, comumente, caracterizam o temperamento dessa criança e demais conseqüências que advêm disso, não obstante a extrema dedicação dos educadores.

OS PAIS E O INTERNATO

205. Os pais precisam ser esclarecidos quanto aos efeitos negativos que a sua ausência causa na vida da criança. A Instituição só a acolherá, esgotados todos os meios, pois apenas motivos muito graves desaconselham a permanência do filho com seus pais ou com um deles.

PRINCÍPIOS

206. É sabido como muitos dos educadores procuram vivenciar, apesar das dificuldades, em relação ao internato, os seguintes princípios básicos:
1. Salvar o mais possível os laços familiares do menor, mesmo que seja com um só parente e embora distante. Nesta questão, envolver os familiares no processo educativo do internato.
 2. Quando há irmãos a serem internados, cuidar para que fiquem juntos.
 3. Evitar o quanto possível mudança de internato, provocada quando se agrupam as crianças por faixa etária.
 4. Manter no internato somente os menores cuja história de vida não lhes permita ficar com a família e enquanto as circunstâncias não mudarem ou não se conseguir algum lar ou comunidade que os assumam.
 5. Motivar e preparar famílias da Comunidade para a adoção e outra modalidade de guarda de crianças que não forem assumidas pelos genitores. Proporcionar a esses lares acompanhamento sob a forma de grupos de apoio.
 6. Preparar, quando se aproxima a maioria, esquemas de desinternação gradada.



tiva sob a modalidade de pensionatos ou casas-lares para jovens.

7. Situar a instituição e seus educadores no **contexto** sócio-econômico e político para que os menores sejam educados como participantes do processo de transformação social.
8. Possibilitar a **frequência** das crianças do internato, juntamente com as outras crianças, às **instituições** da comunidade como parques, escolas, catequese paroquial.
9. **Comprometer a comunidade** local com a vida da instituição. A comunidade tem sua culpa pela existência do Menor marginalizado e precisa assumir a responsabilidade por sua libertação.



ORIENTAÇÕES SÓCIO-PEDAGÓGICAS

207. Na orientação sócio-pedagógica do Internato, os agentes nela envolvidos e que se têm dedicado a uma avaliação da caminhada, sugerem os seguintes pontos:

- a. Possibilitar às crianças, adolescentes e jovens a **participação** nas decisões e responsabilidades, dificuldades e alegrias da instituição (preços, conservação, melhorias, organização, celebrações...) Isso é fundamental para que se sintam **agentes e sujeitos**.
- b. Respeitar e fazer respeitadas as **diferenças individuais** e os **objetos da pessoa**, através de um clima de amizade, confiança e entreajuda. Com mais facilidade aprenderão a gostar do que têm, a cuidar do que é deles e a viver em solidariedade.
- c. Acompanhar o desenvolvimento de **laços afetivos** dos Menores com seus educadores e ocasionar-lhes uma certa **experiência de família**.
- d. Proporcionar equilibrada **ocupação do tempo** com programação variada que atenda às necessidades de cultura, lazer e trabalho, aproveitando-se aptidões naturais e orientando para futura profissão.
- e. Proporcionar **orientações em áreas especiais** como a afetivo-sexual, sobretudo na fase da adolescência, recorrendo para isso à colaboração da Comunidade, de professores, médicos, psicólogos e casais orientadores.

para isso à colaboração da Comunidade, de professores, médicos, psicólogos e casais orientadores.

- f. Valorizar a **criatividade**, a iniciativa, o espírito de trabalho e de colaboração, o **sentimento de perdão**, principalmente dos próprios genitores, no caso de abandono. Despertar o desejo de ajudar os que são ainda mais necessitados. Proporcionar meios efetivos de participação social.
- g. Oferecer oportunidade para a **educação** da dimensão **religiosa** dos menores, sem sobrecarregá-los com as devoções características dos adultos educadores. Aos que, neste campo já fizeram opção, dar-lhes chance de crescimento na fé explícita.



FICAR COM A FAMÍLIA

208. A META continua sendo, sempre, que a **FAMÍLIA** natural que gerou a criança tenha **condições** e **possa acolhê-la e educá-la**. Os que atuam em Internato estejam empenhados nisso. Enquanto essa realidade não

muda, os educadores, por vocação ou profissão, oferecem sua amizade, tempo e competência para garantir aos menores um mínimo de segurança e de perspectivas de futuro pessoal e social.

3.4.3 — AS COMUNIDADES, AS PARÓQUIAS E O MENOR

3.4.3.A — As CEBs e o Menor

O QUE AS CEBs FAZEM

209. Nas Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) — uma nova modalidade da Igreja ser — o povo percebe, através da interação "fé e vida", que os valores do Reino questionam a atual sociedade. A partir

dessa consciência, realiza-se uma ação integrada de movimentos populares, visando atingir as causas da situação de injustiça e ao mesmo tempo iniciando uma nova prática social. Um cuidado especial é dedicado à eliminação de todas as formas de opressão, para se chegar a um relacionamento humano fraterno e solidário, com profundas transformações na estruturação da sociedade.

*AS CEBs ACOLHEM
JOVENS E CRIANÇAS*

210. Muitas Comunidades, sensibilizadas pelas condições de extrema necessidade das famílias empobrecidas de seu bairro, começaram a atuar junto às instâncias governamentais e abriram suas dependências, construíram ambientes para acolher por algumas horas, e mesmo o dia todo, crianças e jovens, oferecendo-lhes oportunidades para uma convivência construtiva.

*ATENDIMENTO DAS
NECESSIDADES
BÁSICAS*

211. O reforço alimentar é uma das primeiras preocupações, pois sem satisfazer as necessidades básicas do Menor, não se pode obter êxito com qualquer outra atividade. Vem, a seguir, na programação do atendimento, a complementação escolar, as atividades manuais e o lazer.

*RELACIONAMENTO
AFETIVO*

212. A acolhida, a maneira de abordar o Menor, o diálogo, a escuta, o respeito pelas suas iniciativas, a ausência de castigos são a forma de pré-evangelização com que os monitores, Agentes de Pastoral, lhes revelam a gratuidade de Deus.

*COMPROMETER A
COMUNIDADE TODA*

213. Algumas pessoas assumem o trabalho direto om o Menor, mas o compromisso e a responsabilidade devem ser de toda a Comunidade, envolvendo, no processo especialmente os próprios pais e familiares do Menor. As CEBs, porém, têm missão imprescindível na luta pela transformação evangélica de toda a sociedade. Elas sabem que aí está uma das principais maneiras de libertar o Menor.



3.4.3.B — As Mães e o Menor

*IMPORTÂNCIA DA
UNIÃO DAS
MULHERES*

214. A união e organização das mulheres têm sido uma especial força de renovação da Igreja. Elas atuam nos conselhos pastorais comunitários, nos cursos bíblicos, nas equipes de liturgia, nos grupos de rua, de amizade, na Pastoral de Conjunto, na Pastoral do Menor, nas cozinhas comunitárias. Estão um pouco em todas as iniciativas pastorais.



PRESENÇA

215. As mulheres estão presentes também, e muitas vezes, à frente, dos movimentos populares. Sua influência se faz sentir ainda nas instituições ligadas ao bairro como: escolas, creches, postos de saúde, associação de moradores. Aos poucos atingem a política, a economia e a cultura.

*COMPROMISSO
COM O POVO*

216. A mulher, ao lutar ativamente pela igualdade de direitos, está contribuindo eficazmente para a formação da sociedade para que seja igualitária, justa e fraterna, pois é dotada de especial sensibilidade para com o ser humano.

CLUBE DAS MÃES

217. Uma das iniciativas das mulheres, que merece destaque, é o chamado **clube de mães**, principalmente nos bairros de periferia. Visa dar condições para que elas se reúnam e reflitam sobre sua situação de mulher: como esposa, mãe educadora e cidadã. A partir da análise de sua posição, procuram melhorias no relacionamento familiar e social e seus direitos no trabalho, na política e na Igreja.

*ALGUNS EFEITOS
DOS "CLUBES DE
MÃES"*

218. Os clubes de mães têm demonstrado a força de organização das mulheres que se engajam nos diversos movimentos populares, trazendo melhorias significativas pra seus bairros. Eles têm contribuído para a formação da mulher, através de cursos de alfabetização, artesanato, alimentação alternativa, cozinhas comunitárias e mobilização para reivindicações várias. E em relação ao Menor e à Menor, estes clubes exercem importante tarefa ajudando as mães na educação dos filhos e na busca, em comunidade, de soluções de problemas com eles relacionados.

3.4.3.C – As Cozinhas Comunitárias e o Menor

O QUE SÃO

219. Famílias do mesmo bairro se unem e decidem preparar em comum sua alimentação, numa cozinha central, cada uma levando para casa a porção que lhe corresponde.

*COMO SÃO
ORGANIZADOS*

220. Na Cozinha Comunitária, a organização e administração são da responsabilidade das associadas que, em reunião, decidem quanto à qualidade do alimento, sua compra, sua distribuição e todo o seu funcionamento.

*A DISTRIBUIÇÃO
DE TAREFAS*

221. As associadas revesam-se nas tarefas e então cada uma dá apenas um dia de trabalho por semana na cozinha. Com isso, há oportunidade de, nos dias livres, participar de outras iniciativas do grupo tais como: curso de alfabetização, de higiene, artesanato, alimentação alternativa, primeiros socorros, corte e costura, cursos bíblicos etc.

*VANTAGENS:
PARA MÃES E FILHOS*

222. Uma importante vantagem das Cozinhas Comunitárias, nos bairros carentes, é ainda a de proporcionar às mães, condições de estarem mais presentes à vida de seus filhos, evitando colocá-los, principalmente nos primeiros anos de vida, em instituições que os privariam do insubstituível afeto materno.

*PARA ENFRENTAR
A DESNUTRIÇÃO*

223. As famílias encontram na Cozinha Comunitária uma boa resposta para a desnutrição de seus filhos que, melhor alimentados, desenvolvem suas potencialidades físicas e intelectuais.

*PARA A
SOLIDARIEDADE
E ORGANIZAÇÃO
SOCIAL*

224. Além de melhorar o alimento da família e por um preço acessível, a Cozinha, por ser comunitária, incentiva a promoção da mulher, a solidariedade e a organização social em vista de melhores condições de vida para as famílias e o bairro.

3.4.3.D – A Paróquia e o Menor

*OS MENORES
DENUNCIAM
A PARÓQUIA*

225. A presença de crianças, adolescentes e jovens empobrecidos e marginalizados, dentro do limite paroquial, deve ser assunto de profunda meditação e inquietar a nossa consciencia cristã. Até que ponto participamos desse pecado social?

*OS MENORES
"EVANGELIZAM"
A PARÓQUIA*

226. As crianças sofredoras e lesadas nos seus direitos fundamentais, quando acolhidas na Comunidade, são um caminho para a própria Comunidade viver a fraternidade cristã pelo respeito, pelo zelo e pela partilha, resultados de uma fé verdadeira que nos faz experimentar a alegria de sermos todos filhos do mesmo Deus, que é Pai.

*A PARÓQUIA
SE ORGANIZA:
SERVIR O POVO*

227. Nenhuma criança, então, ficará sem os elementos básicos de sobrevivência: saúde, alimentação, escola, afeto, lazer. Para isso acontecer, todos os serviços da Comunidade devem ser conhecidos e usados, acionando-se sobretudo os recursos públicos, quer a nível municipal, estadual e federal, que devem cumprir a finalidade para a qual foram criados: **servir o povo.**



A CRIATIVIDADE PAROQUIAL

228. Nenhuma criança de nossa paróquia deveria estar sozinha enquanto seus pais vão para o trabalho. A organização pastoral poderia se mobilizar na busca de esquemas de ajuda entre famílias, creches e outras iniciativas para garantir-lhes atenção, carinho e outros cuidados necessários.

DISPONIBILIDADE

229. O espaço físico de nossa paróquia, muitas vezes ocioso, a liturgia, a catequese, as festas, os sacramentos, enfim, todos os seus serviços devem estar abertos, sobretudo para os empobrecidos. Com esta decisão, é certo que uma verdadeira renovação pascal acontecerá, porque a criança nos transforma.

3.4.3.E – Pastoral das “Famílias-Irmãs”

O QUE É

230. Trata-se de um programa desenvolvido por casais dispostos a levar uma experiência conjugal e familiar a outras famílias empobrecidas, cujos laços se encontram debilitados por múltiplas dificuldades. O objetivo principal é de evitar a desestruturação e a conseqüente marginalização das crianças. É um louvável trabalho preventivo.

COMO FUNCIONA

231. Os casais são preparados, sobretudo, para serem retaguarda junto às instituições que desinternam as crianças. Colaboram com famílias carentes, o mais das vezes incompletas, que aceitam retirar seus filhos das instituições. Com recursos da comunidade, a solidariedade fraterna e a orientação sócio-educativa, facilitam o retorno, a reintegração das crianças em seus lares e na sociedade.

ALGUNS EFEITOS

232. Através do acompanhamento, da amizade e da força da oração, os casais realizam com essas famílias, uma caminhada libertadora. Esta pastoral inicia ou reforça nas Comunidades um relacionamento mais empenhativo e compromissado com os empobrecidos. E isso é fonte de crescimento para os próprios casais e para a Comunidade.

3.4.4 – EDUCAÇÃO ALTERNATIVA E MENOR

3.4.4.A – A Escola Estatal e Particular

RENOVAR A ESCOLA PARA SERVIR AO POBRE

233. Antes de falar em educação alternativa é preciso recordar primeiramente a necessidade de renovar em profundidade a escola em si, quanto ao seu objetivo, conteúdo que transmite, pessoal docente e administrativo e envolvimento na escola por parte dos pais, dos alunos e da comunidade local. Esse processo de mudança deve atingir as **escolas estatais** para que atendam, como é seu prescípulo dever, os mais pobres. A gratuidade e obrigatoriedade do primeiro grau, exigência de lei para todo e qualquer cidadão, precisam ser asseguradas em primeiro lugar para todos os menores empobrecidos e marginalizados.

RENOVAR A ESCOLA PARTICULAR

234. Nesse processo de renovação incluem-se as escolas de **iniciativa particular**, especialmente as de caráter confessional e instituições para o serviço à comunidade. É necessário garantir por lei, os recursos por parte do Estado para que os mais pobres possam receber sua formação na escola que for mais adequada aos valores da família.

3.4.4.B – Escola Alternativa

BUSCAR METODOLOGIA APROPRIADA

235. As necessidades específicas dos menores que se encontram fora do sistema escolar têm feito surgir iniciativas pedagógicas que talvez possam colaborar na mudança da própria estrutura da escola. A metodologia aplicada em todas as iniciativas com o Menor deve levar o educador e o educando a perceberem seu espaço e direito à participação para a transformação desta sociedade. A crescerem em espírito crítico em relação às estruturas para que favoreçam o mundo justo e fraterno que queremos e que Deus quer.

ALGUMAS ALTERNATIVAS

236. É importante registrar o surgimento de escolas de rua, escolas abertas, escolas-oficinas, escolas-circo, escolas em vagão de trem, escolas em jardins e praças públicas. Já há também mudanças nos Cursos de Magistério planejados sob a ótica do Menor empobrecido, treinando os educandos, futuros educadores, para a realidade concreta do país.

Nesta perspectiva são mudados os Currículos e demais procedimentos em base à realidade do Menor empobrecido, de onde parte toda a atividade pedagógica. Secretarias Municipais, Estaduais e Conselhos de Educação, assim como órgãos federais, têm sido mobilizados para apoiarem tais iniciativas e para suscitarem experiências equivalentes.

3.4.4.C – Centros Educacionais Comunitários

O QUE SÃO

237. Cresce o consenso da falência da educação tradicional, muitas vezes rígida e burocrática junto às crianças pobres, não raro evadidas das escolas. Surgem, neste contexto, como uma das repostas significativas da Comunidade os CENTROS EDUCACIONAIS COMUNITÁRIOS. São espaços abertos na Comunidade, onde alguns membros acolhem o Menor e realizam com ele uma caminhada de libertação com metodologia participativa e crítica, levando-o a perceber-se como sujeito do processo educativo.

COMO FUNCIONA

238. O Centro Educacional Comunitário, realidade já cheia de frutos em muitas Comunidades e Paróquias, normalmente não substitui a escola. Funciona como um reforço e complementação escolar, oferecendo formação cristã, apoio, espaço de criatividade e muita afetividade aos menores. Neles as crianças aprendem a vivenciar valores de participação e espírito crítico indispensáveis em sua formação básica.

ALGUNS EFEITOS

239. A prática dos Centros Educacionais Comunitários, nova versão dos "oratórios" dominicais ou diários, está mostrando seu poder de converter a própria Comunidade. Ao voltar-se para os mais pequeninos e empobrecidos, a Comunidade percebe no aqui e agora, através do amor, sinais sensíveis do Reino de Deus, a Nova Cidade, onde não haverá oprimidos e marginalizados e onde todos terão a mesma oportunidade de participação na palavra e nos bens. E o Menor desempenha em relação à Comunidade a missão de ajudá-la a tomar consciência de suas falhas, ao mesmo tempo que lhe anuncia novos caminhos a seguir. Com o multiplicar-se das experiências, a rotina e a sistematização podem trazer o risco de burocratizar estes Centros cuja riqueza está na informalidade e na espontaneidade que devem coexistir com a requerida organização.

3.4.4.D – Educação pelo Trabalho

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

240. O melhor seria que o Menor não precisasse trabalhar e que sua família lhe garantisse a manutenção para poder estudar. Mas enquanto isso não acontece, os Agentes de Pastoral e as Comunidades, ao mesmo tempo que lutam para conseguir condições sociais adequadas para os menores, colocam-se presentes na vida deles. Apoiam iniciativas dos próprios menores que almejam organizar-se em cooperativas, associações de engraxates, de carregadores de feira, de picolezeiros, de guardadores de carro, de catadores de papel e papelão, de vendedores de rua. Incluem, evidentemente, mas junto com os menores trabalhadores, a defesa de seus direitos a um trabalho digno e a melhores condições de vida.

AÇÃO JUNTO AOS SINDICATOS

241. É necessário conscientizar os Sindicatos para que defendam em sua respectiva categoria os menores trabalhadores das Fábricas, Indústrias, Comércio e Zona Rural. São eles, muitas vezes, vítimas de inescrupulosos empregadores, que, não raro, até se dizem cristãos. Neste campo a Pastoral Operária tem importante tarefa a cumprir.

OFICINAS DE PRODUÇÃO

242. As nossas comunidades cristãs podem transformar-se em centros de acolhida onde os menores trabalhadores e os que procuram trabalho possam encontrar um grupo de apoio, de preparo e de acompanhamento neste campo. São importantes as iniciativas pós escolares, voltadas para o trabalho remunerado do Menor, na forma de oficinas de trabalho comunitário e outras. Atendem à expectativa que muitos têm de ajudar na renda de suas famílias, uma das razões da evasão escolar.

A FORÇA EDUCATIVA DO TRABALHO

243. Estas experiências têm propiciado a descoberta da força educativa do trabalho já que não têm o caráter de exploração e não ultrapassam os limites determinados pela idade da criança. Aprender trabalhando e educar-se aprendendo a trabalhar de forma produtiva e gerando renda, é uma importante descoberta dos educadores feita com os próprios menores.

ESCOLAS
PROFISSIONALIZANTES
E OUTRAS INICIATIVAS

244. A importância do trabalho na educação e a preparação específica para o trabalho, constituem carismas de congregações e instituições religiosas pioneiras neste campo. A riqueza de experiências e recursos acumulados diante das possibilidades tão limitadas dos adolescentes e jovens mais marginalizados que não preenchem os requisitos para uma profissionalização, segundo as exigências do mercado cada vez mais especializado, apresentam-se como um grande desafio. Provocam, porém, a criatividade para a busca de alternativas que possibilitam a nossos menores, seus pais e familiares, passar de desgastante ganha-pão ou de sub-emprego para um trabalho digno, ou organização autônoma, como têm feito já as comunidades Kolping e outras instituições e grupos comunitários.

3.4.4.E – Educação pelo Lazer

Colônias de Férias para Menores empobrecidos

O QUE SÃO

245. Uma louvável iniciativa que revela o alcance da sensibilidade por parte de seus organizadores é a **educação pelo lazer**, que se processa na experiência de "Colônias de Férias" para jovens empobrecidos, alguns dos quais com diversas passagens pela polícia, viciados, drogados e com poucas perspectivas de vida.



METODOLOGIA

246. A metodologia participativa envolve os jovens desde sua preparação. Em equipes, assessorados pelos organizadores, decidem sobre todas as atividades a serem desenvolvidas na Colônia: horário, animação, alimentação, esportes, celebrações religiosas, passeios, limpeza, cursos. A avaliação, ao longo da experiência, permite aos jovens reverem e reformularem alguns programas e auxilia no crescimento comunitário.

OS CONTEÚDOS

247. Nas orações comunitárias, alegres e participadas, são celebrados os acontecimentos do dia e a vida do grupo. Nelas, os jovens descobrem a fé em sua dimensão libertadora e passam a perceber o verdadei-

ro sentido da vida. Cursos rápidos de eletricidade, artesanato, primeiros socorros, cerâmica, madeira, sisal, crochê, arte culinária, são o início para cursos profissionalizantes, abrindo-lhes oportunidades no mundo do trabalho. O esporte ocupa um importante espaço no dia dos jovens e lhes permite extravasar suas energias, recuperar a dimensão lúdica do homem, aprender a ganhar ou perder e a experimentar a solidariedade e o auto-domínio.

ALGUNS EFEITOS

248. Muitos destes jovens, meninos e meninas, deixam o caminho da droga e da marginalização e encontram, a partir das colônias de férias, ingressando na Comunidade e nos Centros Juvenis, a continuidade para seu crescimento humano e cristão.

3.4.5 – PASTORAL COM MENINOS DE RUA E MENOR INFRATOR

3.4.5.A – Educadores de Rua

"EDUCADORES DE RUA"

249. Em muitas cidades, outra resposta significativa está sendo dada por pessoas comprometidas com os Meninos e Meninas de rua que, a partir do lugar e da realidade onde estão estes menores, procuram alternativas de educação e com eles buscam caminhos de libertação.



A METODOLOGIA

250. Entre os passos dados pelos "educadores de rua", citamos:
- estabelecer **laços de amizade** com menores que perambulam pelas ruas e/ou outros locais (feiras, praças, bares, mercados);
 - colaborar para que os **menores** possam ir-se reconhecendo como **pe-soas com direitos e deveres**, reconstruindo e assumindo sua história. Esta caminhada implica em acompanhá-los e orientá-los e a suas famílias, quando as têm;

- c) **agrupar os menores** para discutir problemas comuns e pensar juntos na organização do trabalho que desenvolvem;
- d) cultivar neles a consciência da **partilha** e da **fraternidade**, através de jogos, passeios, debates...

A MÍSTICA

251. Esta opção de ser "educador de rua" exige muita disponibilidade e paciência histórica para estabelecer laços efetivos fundamentais para se chegar à transformação. É necessário seguir o ritmo do menino e da menina. O ser presença, o ouvir, o estar junto, a lenta descoberta de caminhos novos de crescimento para o Menor é um agir pastoral, difícil de ser entendido num mundo que exige resultados imediatos e concretos.

ALGUMAS ATIVIDADES

252. Inúmeros grupos de Meninos e Meninas de Rua se organizam no Brasil a partir da ação dos Educadores de Rua, multiplicando atividades, segundo as possibilidades. Restaurantes comunitários, associações e cooperativas, república de trabalhadores, albergues noturnos, centros comunitários, são algumas das muitas iniciativas desses grupos com apoio de instituições oficiais e civis.

ORGANIZAÇÃO JÁ EM NÍVEL NACIONAL

253. Esse grupos de Meninos e Meninas de Rua já estão atingindo um nível de organização que se consolida até mesmo nacionalmente e possibilita voz e vez aos próprios menores. A presença do Agente de Pastoral, como fermento nestes Movimentos autônomos, pode propiciar um intercâmbio rico de frutos para os menores e para os Educadores de Rua.

3.4.5.B — Menor chamado "Infrator"

A LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA (LAC)

254. Através de sua ação pastoral e da atuação de cristãos comprometidos, a Igreja quer estar presente em toda e qualquer situação em que se encontre o Menor, sobretudo quando recai sobre ele o peso da "justiça". Particular atenção tem merecido o Menor egresso de instituições e com permissão para viver em Liberdade Condicional chamada pelo

Código de Menores de "Libertade Assistida": A iniciativa que passou a se denominar Liberdade Assistida Comunitária (L. A. C.), enquanto exercida pela Comunidade e não apenas pelos técnicos das instituições oficiais, congrega casais ou outros agentes que assumem acompanhar esses menores, indo às suas casas, para ajudar as famílias a participarem no processo de integração social desses adolescentes e jovens. Ajudam os pais a reassumirem o direito de educar os próprios filhos e os jovens a resolverem seus problemas de saúde, estudo, trabalho.

DE "INFRATOR" A FILHO

255. Estes casais, devidamente assessorados, credenciados pelo Juíz de Menores e sustentados pela força do Evangelho, sentem-se gratificados pelo trabalho com esses jovens e suas famílias. Tal compromisso fortifica a união entre os esposos, fá-los repensar a educação de seus próprios filhos e lhes dá uma experiência prática da realidade sócio-política e econômica, da qual esses jovens e suas famílias são vítimas. Os menores, rotulados como INFRATORES ou DELINQUENTES, em geral revelam uma grande dificuldade em aceitar a pessoa do próprio pai. Seja por ele não ter assumido a paternidade, ou por espancar a mãe e os filhos, por abandonar a família, ou gastar na bebida o que lhes serviria de sustento. Através da L. A. C. o Menor passa a ser comumente chamado pelos casais e agentes como "o meu menino", pois realmente é assumido como filho dentro da proposta do programa. As iniciativas dos agentes neste trabalho sócio-educativo e pastoral variam com uma surpreendente criatividade, conforme a fase do Ciclo do Marginalização em que o Menor se encontra ao ser assumido pela L. A. C. (ver o quadro nº 5)

O COMPROMISSO DA COMUNIDADE

256. Há Comunidades que se dispõem ao mesmo trabalho. Nelas, o Menor chamado "difícil" passa a ser acolhido e é educado para canalizar suas forças anárquicas de revolta em favor de atividades construtivas.

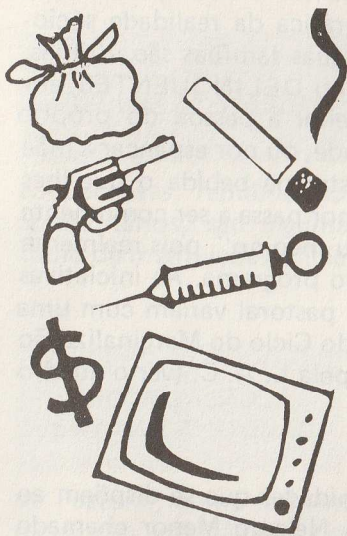
A RESPOSTA DOS MENORES

257. Embora haja uma perspectiva de gratuidade nesta ação pastoral, que não visa necessariamente resultados imediatos, podemos constatar que, dos meninos e meninas acompanhados no decorrer da sentença (que dura de 6 meses a um ano, prorrogáveis), 80 a 85% não reincidem em ações chamadas anti-sociais.

3.4.5.C – Menor Dependente de Tóxicos

O DESAFIO GIGANTESCO DA DROGA PARA O MENOR

258. A droga é, sem dúvida, um dos maiores problemas que, hoje, a sociedade enfrenta. Junto com o alcoolismo, os tóxicos contituem uma terrível praga que se alastra de modo assustador, principalmente entre os jovens. Os motivos são vários, entre os quais se destacam, por exemplo, a curiosidade, a coação do grupo de coetâneos, a pressão das quadrilhas de traficantes, problemas psico-somáticos e econômicos. Embora ilegal, a venda de drogas é um negócio grande e rentável. Em 1985, em todo o mundo, foram gastos cerca de quatrocentos milhões de dólares só em drogas pesadas.



259. O Menor empobrecido e de rua, depois de certo tempo de luta pela sobrevivência e por influência dos colegas, não consegue resistir aos apelos do mundo da droga. Vicia-se em tocos de cigarro, em álcool e mais comumente em cola de sapateiro. As exigências crescem e, então, o Menor vai atrás das drogas mais sofisticadas, agindo como traficante para ganhar dinheiro e para ter sua dose.

260. Os Educadores de Rua e todos os que atuam na promoção do Menor, ao descobrirem que ele já está na esfera dos tóxicos, sabem que estão diante de um terrível complicador que vai dificultar ainda mais o processo de atendimento e de busca de solução para aquele Menor. Se o trabalho com crianças, adolescentes e jovens empobrecidos e marginalizados já exige, por si mesmo, pessoas com especial capacidade de amor e forte mística, mais ainda o exige o trabalho com o Menor envolvido com tóxicos. É preciso movimentar uma vasta rede de recursos, mobilizando a comunidade e especialistas, junto com uma redobrada demonstração de amor e firmeza, com perspectivas de apoio, de trabalho e de sentido para a vida. A agressão e a violência pioram a situação, porque o Menor é vítima de uma dupla realidade insuportável que o empurra para a droga, a luta pela sobrevivência e a "gang" dos tóxicos.

3.4.6 – AS DIVERSAS PASTORAIS E O MENOR

3.4.6.A – Pastoral Orgânica e Menor

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PASTORAL

261. Desde 1962 a Igreja no Brasil procura realizar a Pastoral com o recurso à ciência do planejamento. Prioriza o sistema participativo e a Pastoral Orgânica. Mais que um conjunto de pastorais justapostas, enfatiza-se a organicidade das ações pastorais planejadas cada uma segundo sua especialidade, mas integradas profundamente por "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral" com um objetivo geral e a referência às seis dimensões da Ação Pastoral. Zela-se pelo testemunho de unidade.

A SENSIBILIDADE PASTORAL E O MENOR

262. No tocante à realidade do Menor, é preciso garantir que esteja presente em toda pastoral e, portanto, incluída na Pastoral Orgânica. Quando isso não acontece, pastores e fiéis deveriam refletir e se abrirem à voz de Deus no clamor dos menores, e perceberem o rosto de Cristo na face de crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, marginalizados e infratores.

O MENOR EM TODAS AS PASTORAIS

263. No decorrer desta 3ª parte, aludimos a várias pastorais que atuam diretamente sobre a questão do Menor. Precisáramos acrescentar algo? Sim. É necessário chamar a atenção para o fato de que todas e cada uma das pastorais na Igreja, têm relação com crianças, adolescentes e jovens, especialmente em situação de empobrecimento.

O SENTIDO EVANGÉLICO DA OPÇÃO PASTORAL PELOS POBRES

264. A opção pelos empobrecidos é que dá o verdadeiro sentido evangélico à oração, à liturgia, às devoções, novenas, terços, leituras da Bíblia, aos dons e carismas e a todas as pastorais. Afinal, de que nos adiantará a busca de íntima comunhão com Deus se não atendermos à voz do Senhor Jesus nos dizendo: "Estive com fome, sede, nu, sem-abrigo, enfermo, preso... e não me socorrestes!" (cf Mt 25, 31-46).

Será conveniente estabelecer, com clareza, a relação das diversas pastorais (Direitos Humanos, Migrante, Past. da Terra etc), com o que se deseja em prol do Menor. Citamos alguns exemplos a seguir.

3.4.6.B – Pastoral da Juventude (PJ) e Menor

A PJE O MENOR

265. Muitos jovens têm assumido colaborar com seus irmãos mais empobrecidos, ajudando-os na caminhada, como educadores, seja nas comunidades, seja na rua. Os menores encontram, assim, pouco a pouco, a acolhida na Igreja através dos jovens cristãos militantes.

IMPORTÂNCIA DA PJMP

266. A organização da Pastoral da Juventude de Meios Populares possibilita aos jovens etapas significativas de amizade, convivência, reflexão, consciência crítica, mobilização conjunta, educação afetiva e sexual e motivações para ideais sociais e religiosos. A PJMP ajuda o jovem a ser agente de pastoral dentro de sua família e para a sua família, ao mesmo tempo que o prepara para o futuro lar que vai constituir. A PJMP é, sem dúvida, um dos principais meios para o engajamento do jovem empobrecido.

3.4.6.C – Pastoral Operária e Menor

O MENOR ENRIQUECERÁ A PASTORAL OPERÁRIA

267. O mundo do trabalho que conseguiu tão grande organização neste século, capaz de impulsionar importantíssimas transformações sociais encontrará, sem dúvida, novo dinamismo se atender às exigências específicas dos menores trabalhadores. Eles trazem consigo significativa força de denúncia às injustiças existentes, ao mesmo tempo colaboração para as necessárias transformações.

SERVIÇO DA PASTORAL OPERÁRIA AO MENOR

268. A Juventude Operária Católica (JOC) e outros grupos similares podem prestar estimável serviço aos pequenos trabalhadores de rua ou de outras modalidades, abrindo-lhes gradativamente a porta para a participação em suas programações. Da acolhida, da amizade, passar-se-á, rapidamente, à busca de escolas profissionalizantes, trabalho e vida em comunidade.

DEFESA DOS DIREITOS DOS MENORES

269. É de fundamental importância que a Pastoral operária se coloque diretamente na luta pelos Direitos dos menores, todos eles, mas sobretudo os relacionados com as necessidades básicas e a proteção face à exploração de menores, especialmente no trabalho.

3.4.6.D – Pastoral da Saúde e Menor

A PASTORAL DA SAÚDE NA PREVENÇÃO DA DOENÇA

270. O mundo dos menores apresenta um imenso campo para a Pastoral da Saúde. As principais e maiores doenças deles são, indubitavelmente, a desnutrição e a falta de afeto. Associada com outras pastorais, há a dimensão da saúde preventiva a ser resolvida e que no Brasil é a menos cuidada. O Menor está exposto a todo tipo de enfermidade. A Pastoral da Saúde tem uma missão insubstituível de lutar pela transformação do modelo sócio-econômico-político iníquo que impera no Brasil se quiser, com seriedade, fazer medicina preventiva com os empobrecidos e com os menores.

A PASTORAL DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AO MENOR

271. Por outro lado, é imensa a tarefa para atender a estes milhões de meninos e meninas portadores das mais diversas doenças, adquiridas desde a gestação e agravadas pela falta de higiene e pelo convívio com a imundície das moradias precárias ou das ruas e com companheiros doentes. Isso sem se falar numa série de doenças emocionais, afetivas, psicológicas, mentais e espirituais provenientes da miséria, do abandono, das violências que são múltiplas expressões concretas do pecado.

3.4.6.E – Ecumenismo e Menor

272. Os menores se tornaram, aos poucos, um importante ponto de referência na busca da unidade entre os cristãos. Através deles, diversas denominações cristãs se sentem convocadas a se unirem num compromisso evangélico mais concreto em favor da vida do povo. É imensa a alegria que resulta do crescimento de um ecumenismo vivido por pessoas e comunidades dedicadas ao Menor. Uma das conquistas consolidadas é a Semana Ecumênica do Menor, já no sexto ano de realização. O tema de 1986 foi o do Menor Profeta que denuncia a injustiça e nos desperta para uma nova sociedade.

273. As várias igrejas cristãs conservam sua autonomia na maior parte dos projetos, mas em muitos deles, e sobretudo, no nível mais profundo dos princípios e critérios, a integração vem-se realizando de modo progressivo e seguro. Os encontros ecumênicos realizados por causa dos Menores constituem uma especial graça de Deus para as diversas confissões e para a libertação do Menor.

3.4.7 — PASTORAL COM ESTRUTURAS DE PODER E O MENOR

Introdução

O VOLUNTARIADO DA IGREJA

274. A maior parte das iniciativas elencadas neste documento visa à mobilização das imensas reservas de fé e doação dos membros da Igreja. É a arregimentação do voluntariado em nome do Evangelho para o atendimento direto do Menor empobrecido.

O MACRO-SISTEMA

275. Há, entretanto, todo um macro-sistema social que deve ser trabalhado em vista de uma transformação social, onde impere a justiça, a fraternidade, a solidariedade, o perdão, enfim os Direitos Humanos.

3.4.7.A — Declaração dos Direitos da Criança e Menor

276. Ao longo deste ano, certamente as comunidades vão reestudar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Assembléia das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959. Esta Declaração foi uma significativa conquista da humanidade, pois ajudou a definir e a consolidar a compreensão sobre as características próprias da infância e de sua importância especial como período propício para a formação e o desenvolvimento das personalidades do homem e da mulher. Apesar de estar em revisão, este texto goza de grande valor e deve ser levado em conta. As comunidades podem colaborar com sugestões endereçadas à UNICEF para a reformulação desta Declaração.



277. É certo que a Declaração dos Direitos da Criança permanece no papel para a grande maioria das crianças. Temos obrigação neste final de século XX, de investir decididamente na criança, sobretudo nas empobrecidas, se quisermos melhorar a qualidade de vida para o ano 2.000. Para isso é muito importante fazer cumprir a Declaração dos Direitos da Criança.

278. Estes Direitos da Criança não são, em grande parte, respeitados, porque simplesmente os pais não têm condições de satisfazer as necessidades mais elementares de seus filhos, por causa do crescente empobrecimento em que se encontram. Outras vezes o motivo é que os pais as consideram como propriedade privada e sobre elas crêem ter direito de vida e de morte e, portanto, dispor delas e educá-las como bem entenderem. O estado, por sua vez só muito lentamente vem incorporando em suas leis estes Direitos. Este Ano da Constituinte é uma oportunidade excepcional a ser aproveitada para fazer entrar no conteúdo da Carta Magna os grandes princípios da Declaração dos Direitos da Criança.

3.4.7.B — A Nova Constituição e o Menor

TAREFAS DA COMUNIDADE COM O MACRO-SISTEMA

279. As comunidades são convidadas a acompanhar, e do modo o mais direto possível, o processo de elaboração da nova Constituição do Brasil, interferindo junto aos Constituintes para reivindicar a presença dos grandes valores humanos e cristãos na Carta Magna. Para isso, é de grande utilidade o documento da CNBB "Por uma Nova Ordem Constitucional" e os grupos reunidos em mini-assembléias permanentes para acompanhamento, assessoria e cobrança junto aos Constituintes.

3.4.7.C — A Política de Bem-Estar do Menor

280. Outro campo de fundamental importância, na ação das Comunidades, se refere à reformulação da POLÍTICA DO BEM-ESTAR DO MENOR, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR e da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. Nesta mesma ordem de idéias há a necessidade de uma Jurisprudência especializada do bem-estar, como de todo um preparo específico de advogados, juízes, promotores, policiais e delegados, para a questão do Menor empobrecido, marginalizado, infrator. O Menor é um cidadão, e como tal deve ser acolhido e educado pela sociedade. Sem este resgate da cidadania a que tem direito por ser brasileiro, ele não terá vez, nem voz,

diante do arbítrio de pessoas e grupos que o consideram como "persona non grata" para a sociedade, quando na verdade é vítima.

281. Um estudo crítico do atual Código de Menores se faz necessário também a partir desta mobilização nacional provocada pela Campanha da Fraternidade de 1987. A Comunidade deve motivar juristas, educadores, assistentes sociais, policiais, agentes de pastoral e outros interessados para este estudo com publicação dos resultados e em vista de reformulação deste referido Código.

3.4.7.D – Serviço Militar e Menor

VANTAGENS DO SERVIÇO MILITAR

282. O serviço militar traz para o jovem a oportunidade de servir a sua Pátria e, ao mesmo tempo, de adquirir uma série de conhecimentos e preparação que lhe serão de grande utilidade no decorrer da vida.

Entretanto, este serviço pátrio traz consigo, infelizmente, grandes desvantagens a muitos jovens e até tem contribuído para agravar a marginalização do Menor.

SERVIÇO MILITAR E O DESEMPREGO

283. Uma das desvantagens situa-se no nível do trabalho. Uma significativa quantidade de empresas não oferece oportunidade de emprego aos jovens entre 16-18 anos. A empresa é obrigada, conforme a

Lei, a cumprir as seguintes exigências em relação ao candidato convocado ao serviço militar:

- a) depositar a porcentagem correspondente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, durante o período em que o jovem está servindo a Pátria;
- b) a readmiti-lo no retorno

A ESPERA DO ALISTAMENTO

284. Embora a quase totalidade dos menores empobrecidos que se inscrevem não seja convocada e entre na categoria de "excesso de contingente", a burocracia do serviço militar (ou outras razões desconhecidas) cria uma distância enorme de tempo entre o alistamento e a convocação ou a dispensa.

AS CONSEQUÊNCIAS

285. Estes fatos ensejam um longo período de desemprego, provocando entre os familiares irritação e hostilidade com os jovens com alegação de irresponsabilidade ou omissão. Entre os mais desfavorecidos

ocasiona, por estarem sem meios de obter renda, a prática de atos anti-sociais.

PROPOSTAS DE MUDANÇAS QUE FICAM NO PAPEL

286. Várias propostas existem para um re-estudo do sentido e da prática do serviço militar. Há, inclusive, uma sugestão que visa muito mais um serviço cívico-patriótico de prestação de serviço social,

sobretudo em favor dos mais necessitados, e que envolveria também jovens do sexo feminino.

UM "SERVIÇO CÍVICO?"

287. Um "serviço militar" renovado ou um "serviço cívico-social" bem articulado pode ser um caminho de saída para muitos rapazes e moças que teriam oportunidade de cursos, treinamentos, socialização, abertura de horizontes de vida e profissionalização. As Comunidades podem ajudar neste aumento, fomentando a reflexão e a realização de novas experiências neste campo do serviço à Pátria.

3.4.7.E – Meios de Comunicação e o Menor

INFLUÊNCIA INEGÁVEL DOS MCS

288. É por demais propalada a inegável influência dos Meios de Comunicação Social na formação da opinião pública. E, por sua vez, é por demais pequena a presença da família, da Igreja e do povo nestes Meios, especialmente os de grande circulação. Infelizmente, toda essa mediação está nas mãos de grupos poderosos e não sensíveis às reais necessidades da nação. Os Meios de Comunicação Social, em geral não estão a serviço dos interesses das classes emergentes e dos empobrecidos, mas dos grupos do dinheiro, da moda, do prazer e da política.

A AÇÃO DELETÉRIA DOS MCS

289. Nossas crianças e jovens sofrem os impactos violentos dos MCS que desrespeitam os valores e os direitos humanos, ensinam a violência, a amoralidade e a imoralidade e robotizam a mente e o comportamento. Tanto nas casas dos mais abastados como nas dos pobres, a TV, o rádio, as revistas, entram com toda a sua força. Os empobrecidos sofrem mais a agressão, por confrontarem as benesses da sociedade, exuberantemente oferecidos pelas propagandas, com a miséria em que se encontram.

*O POTENCIAL POSITIVO
QUE OS MCS TÊM*

DENÚNCIA, mostrando a realidade do Menor e suas causas. Mas há também outra, que é a de mobilizar o povo, o Estado e instituições intermediárias para a busca de soluções.

*O DESAFIO
ENFRENTADO POR PAIS
E EDUCADORES*

291. Pais e educadores estão aflitos diante dos grandes males que os MCS vêm produzindo nas crianças e jovens. Sabem que não é suficiente tentar a educação do senso crítico, face ao já produzido e em exibição, se não se descobrir ainda como influir efetivamente na fonte de produção e exibição. De todos os modos, é preciso reconhecer uma gravíssima omissão da sociedade, das Igrejas e do Estado ao deixar, tão passivamente, os MCS exercerem o papel preponderantemente negativo que hoje estão desempenhando. E, em consequência, é preciso dedicar mais recursos humanos e financeiros para iniciar um processo de mudança dos MCS, a fim de que se coloquem de fato a serviço do povo.

— APROFUNDAMENTO —

1. Quais dessas **AÇÕES e ATIVIDADES** descritas nesta terceira parte existem em funcionamento em sua região? Como estão e em que devem ser melhoradas? Como a Comunidade e os governos podem colaborar para maior eficácia delas?
2. Quais das **AÇÕES e ATIVIDADES** dessa terceira parte poderiam facilmente ser implantadas em sua região, porque prestariam um grande serviço? Como realizá-las?
3. Neste ano da Constituinte, elaborando a Carta Magna do Brasil, que mobilização devemos realizar para assessorar os Constituintes quanto aos principais tópicos propostos ao longo deste Texto-base CF-87?
4. Que **AÇÕES e ATIVIDADES** existem em prol do Menor em sua região que não foram mencionadas nesta terceira parte e que merecem ser divulgadas e mesmo implantadas em outras regiões?

CONCLUSÃO GERAL

*REVIGORAR
INICIATIVAS*

292. Centenas de iniciativas que visam diretamente a assistência, a promoção e a libertação do Menor certamente serão revigoradas ao se fazer em 1987 uma profunda releitura da questão do Menor, na sociedade brasileira. O destaque é, para este ano, o que se faz para e com o Menor empobrecido, marginalizado, oprimido e explorado.

*A VOLTA
AOS CARISMAS*

293. Em termos de Igreja, é natural que a sua ação seja reforçada. É natural também que todas as Congregações Religiosas e outros Grupos que têm como carisma trabalhar evangelicamente com a criança, o adolescente e o jovem empobrecidos, façam uma profunda revisão de vida para uma efetiva fidelidade a este carisma e dentro de uma ótica de intercâmbio e de libertação.

TRABALHAR AS CAUSAS

294. Entretanto, e isso já é ponto adquirido, não é mais possível trabalhar somente com as consequências. Ora, o Menor é uma consequência. É indispensável atuar e organizadamente sobre as causas. E elas dizem respeito ao pecado e à estruturação pecaminosa da sociedade.

*O MENOR COMO
DENÚNCIA E ANÚNCIO*

295. O Menor é denúncia e manifestação clara de uma sociedade doente em suas relações sócio-econômico-políticas, em sua escala de valores. Esta denúncia é profética, porque ao apontar para esta grande patologia da sociedade, anuncia ao mesmo tempo que a solução é dar prioridade efetiva às pessoas, aos seus direitos fundamentais, aos valores, especialmente à justiça e à fraternidade.

*O QUE
A IGREJA QUER*

296. A Igreja, em sua pedagogia de "Mãe" e "Mestra", mas simultaneamente em sua mística de "Aprendiz" e "Educanda", ao colocar para o ano de 1987, o Menor como TEMA GERADOR E PRINCIPAL, quer aprofundar a conscientização e firmar a mobilização das comunidades e do povo no sentido de transformar evangelicamente esta sociedade que

aí está, estruturada e mantida sob a lei maior do egoísmo e da injustiça, ou seja, do pecado pessoal, comunitário, social e estrutural. A Campanha da Fraternidade é, nas mãos da Igreja, um processo educativo comunitário, continuado e progressivo dos que, a cada ano e a partir da Quaresma, querem crescer na fé, na esperança e na caridade pela retomada da conversão e do compromisso libertador com o Senhor Jesus.

A MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA

297. Sabemos que uma sociedade que não cuida de suas crianças e de seus jovens é uma sociedade que escolhe o suicídio, abandona o seu futuro, perde a esperança, e portanto, a fé e o amor. Compete à Igreja, no cumprimento de sua missão, ser profética e dinamizadora de ações eficazes. E, neste sentido, sua ação evangelizadora se faz no conflito e se manifesta conflitiva. Ao lutar por um mundo justo e fraterno está-se opondo frontalmente às terríveis forças de pecado. Buscando um mundo de valorização da vida em todos os seus estágios, de defesa dos pequenos, de partilha justa da terra e demais bens e dons, ela enfrenta os que organizam, a qualquer preço, o mundo de forma contrária, porque assim lhes interessa.

A GRAÇA DO MARTÍRIO PASCAL

298. Nessa fidelidade ao Senhor, ao homem e a si mesma, a Igreja acolhe como graça e semente de sua renovação e de transformação do mundo, a perseguição e o martírio (sua quaresma), que desabrocha em sinais concretos e objetivos de fraternidade, justiça e paz, prenúncio e antecipação, já aqui no tempo, da Páscoa ansiosamente esperada, o Reino Definitivo.



ANEXOS

CRIANÇAS INDÍGENAS

Se nossa sociedade pudesse descobrir os valores da cultura indígena, com certeza constataria que os povos indígenas não são inferiores, mas "diferentes". São característicos na educação dos filhos o respeito pela personalidade da criança e o princípio de que seu desenvolvimento se processa de maneira livre, sem criar dependências.

O nascimento de uma criança é motivo de alegria, pois significa a continuidade de um povo e a estrutura tribal acolhe a criança que, em hipótese alguma, será um dia abandonada. A maneira de a mãe cuidar das crianças corresponde à melhor pedagogia hoje difundida: a criança até cinco ou seis meses alimenta-se só com o leite materno.

A mãe índia conserva o filho junto ao seio numa posição de conforto, de maneira que possa se alimentar, quando sente necessidade, o que contribui também para o seu desenvolvimento afetivo equilibrado.

Crianças e jovens participam dos problemas, das atividades e dos trabalhos dos adultos. Desde cedo aprendem a "brincar de trabalhar" ajudando os pais na lavoura, na pesca e nos afazeres domésticos. A repreensão, o castigo, o "bater em crianças" é atitude inexistente entre os índios. Apesar disso, as crianças sofrem as conseqüências das limitações a que seus pais, sua tribo, sua raça estão sujeitos, ainda, em nossa terra.

Depoimentos de crianças indígenas:

- Branco fala assim: índio não sabe nada. Por isso, índio Kaiowá tá estudando para aprender escrever. Escrevo essa carta pra branco saber que índio não é bobo. Me desculpe, mas quem não sabe nada de índio Kaiowá é o branco. Branco tirou toda a nossa terra, o branco pisou em nós por isso nós chamamos branco de roubador. Eu sou índia Kaiowá, do Posto Indígena de Caarapó (J. 16 anos)
- "Os brancos estão querendo acabar com nós de todo jeito. Os brancos soltam os venenos pelo rio e acabam com os peixes dos rios. Os brancos tiram índios das terras deles. Os brancos constróem as casas nas terras indígenas. Eles constróem a usina de álcool. Os brancos querem acabar com os índios. Então nós temos que defender nossa área. Os brancos acabam com a mata, espantam as caças dos índios. Aí os índios não vão comer nada de carne" (R., Tapirapé, 15 anos).

OS MENORES VIDREIROS

Trabalham sob uma temperatura de 1300 a 1500°C, e a grande maioria respira sílica, arsênico, óxido de ferro, sofre cortes e queimaduras na fabricação de vidro, através de métodos medievais. Há fábricas onde não se vê nenhum equipamento de proteção, logo, não há segurança contra acidentes ou cuidados com a saúde. Manipulam vidros incandescentes a poucos metros do forno; outros equilibram bolas de fogo ou sopram cânulas de ferro.

A sílica, presente no pó de vidro, é uma substância altamente tóxica que provoca, em 16% dos trabalhadores, a silicose, ou seja, o endurecimento das partes do pulmão, impedindo a ventilação e a filtragem do ar, de maneira irreversível.

A cânula é limpa com produtos cáusticos e seus resíduos provocam ulcerações bucais graves e muitas vezes o câncer.

Segundo informações do Serviço de Higiene e Medicina do Trabalho, o setor vidreiro é recorrente em infrações e os proprietários preferem pagar multas a garantir a segurança e a saúde de seus empregados.

Só em São Paulo há uma média de 22 mil vidreiros, dentre os quais 9 mil são adolescentes, sendo que muitos sequer estão registrados.

O PEQUENO CANOEIRO

"Sou pequeno canoeiro de Manaus. Eu, meus irmãos e o papai. Saímos às 19 horas. Trabalho a noite inteira. A gente não tem horário certo para chegar em casa.

Transporto pessoas e peixes da beira para o barco e para a beira de novo! Temos três canoas. Agora, eu queria que meu pai tivesse um bom emprego pra eu ter lazer e estudar, pra algum dia ser alguma coisa na minha vida, mas ele não é empregado, ganha uma mincharia, como nós.

Eu sou explorado pra trabalhar, porque só meu pai, trabalhando, não tem condições de sustentar lá em casa porque são 12 pessoas e 20 cruzados por noite, não dá não! Cobramos 20 cruzados, pra rodar a noite inteira, com uma pessoa. Depois que a gente faz o trabalho eles não pagam a gente direito. Falam que não tem dinheiro trocado e vão embora e a gente fica naquela de perdoar. A gente quer merendar e levar o dinheiro, qualquer mincharia pra casa, pra comprar pão de manhã. Eles não enganam o papai porque ele é de maior!

Meu pai sempre morou na cidade. Arranjou um emprego, mas o ladrão levou os documentos dele. Por isso, nós estamos nesta! Meu pai é amazense e minha mãe lá do Acre.

Moro em um bairro pobre. Agora, nesse tempo, a água está bem perto lá de casa.

Minha mãe não trabalha não! São 10 garotos de menos de 14 anos lá em casa. É preciso que ela faça tudo lá! A mãe fica em casa, sozinha, de

noite. Ela não dorme. É muito difícil ela dormir. Ela dorme mais durante o dia. À noite, ela passa acordada pensando em nós, porque a gente vai e não sabe se volta.

Um de meus colegas, um rapaz, morreu dentro da canoa trabalhando junto de nós. Os perigos que enfrento na canoa são: alaga a canoa, vira, fica tudo no fundo. Numa lancha, pode vir um ladrão e atacar a gente. As pessoas que usam a nossa canoa, não pagam.

São muitas as crianças canoieiras. Pequenas, até de 9 anos e que mal arrastam a canoa.

O pai às vezes trabalha em terra, mas o emprego não dá e o menor tem que trabalhar como canoeiro. Só tem canoeiro pequeno à noite. De dia é só para aqueles adultos que podem carregar peso dos barcos pra beira do rio. E de dia a gente tem que estudar. Tem trabalho em terra (pra nós) mas pagam uma mincharia (30 cruzados por semana).

Se eu falasse com o Presidente eu diria que ele arranjasse um meio, construísse alguma coisa pra nossos pais ganharem bem, e colocarem a gente na escola.

Estou na 3ª série. Já era pra eu estar na 4ª série, mas como sou explorado pra trabalhar, não me adianta muito nos estudos. Eu sinto vontade de estudar, mas eu passo à noite trabalhando e no dia seguinte eu perco a aula.

Pelo jeito, eu vou ser canoeiro a vida toda.

Agora a gente está se organizando como Meninos de Rua. Não estou com muita fé. Mas se a gente reagir, de novo a vida vai melhorar!

(J.B.C. — 12 anos — Manaus)



ÍNDICE

INTRODUÇÃO GERAL	1	3.4.1.C — Formação de Agentes de Pastoral do Menor	71
PRIMEIRA PARTE		3.4.2 — A FAMÍLIA E O MENOR	
— DESAFIOS DA REALIDADE DO MENOR		3.4.2.A — Pastoral da Família e Menor	73
Introdução	7	3.4.2.B — Pastoral da Criança de 0 a 6 anos	75
1.1 — O MENOR: UM GRANDE DESAFIO PARA A IGREJA, A SOCIEDADE E O ESTADO	8	3.4.2.C — Adoção de Menores	77
1.2 — O CICLO DE MARGINALIZAÇÃO DO MENOR	15	3.4.2.D — Pastoral com Deficientes Físicos e Mentais	78
1.2.1 — As Causas	15	3.4.2.E — Creches (complementação à família)	79
1.2.2 — Zona Rural (1ª fase)	18	3.4.2.F — Lares de Suplência	80
1.2.3 — A Cidade (2ª fase)	21	3.4.2.G — Internato de Menores	80
1.2.4 — Gestação e Primeira Infância (3ª fase)	22	3.4.3 — AS COMUNIDADES, AS PARÓQUIAS E O MENOR	
1.2.5 — Crianças, Adolescentes e Jovens Empobrecidos (4ª fase)	25	3.4.3.A — As CEBs e o Menor	83
1.2.6 — O Menino e a Menina NA Rua (5ª fase)	30	3.4.3.B — As Mães e o Menor	85
1.2.7 — O Menino e a Menina DE Rua (6ª fase)	31	3.4.3.C — As Cozinhas Comunitárias e o Menor	86
1.2.8 — A Dura Experiência da "JUSTIÇA" da Sociedade (7ª fase)	32	3.4.3.D — A Paróquia e o Menor	87
1.2.9 — A Delinquência (8ª fase)	35	3.4.3.E — Pastoral das "Famílias-Irmãs"	88
1.3 — ESTE ABSURDO NÃO PODE CONTINUAR	38	3.4.4 — EDUCAÇÃO ALTERNATIVA E MENOR	
SEGUNDA PARTE		3.4.4.A — A Escola Estatal e Particular	89
— "QUEM ACOLHE AO MENOR, A MIM ACOLHE"		3.4.4.B — Escola Alternativa	89
Introdução	31	3.4.4.C — Centros Educacionais Comunitários	90
2.1 — A SITUAÇÃO DO MENOR À LUZ DA BÍBLIA	43	3.4.4.D — Educação pelo Trabalho	91
2.1.1 — No Antigo Testamento	43	3.4.4.E — Educação pelo Lazer	92
2.1.2 — No Novo Testamento	48	3.4.5 — PASTORAL COM MENINOS DE RUA E MENOR INFRA-TOR	
2.2 — A SITUAÇÃO DO MENOR À LUZ DA PALAVRA E DA AÇÃO DA IGREJA		3.4.5.A — Educadores de Rua	93
2.2.1 — A Palavra dos Santos Padres da Igreja	51	3.4.5.B — Menor chamado "Infra-tor"	94
2.2.2 — A Palavra do Magistério	53	3.4.5.C — Menor Dependente de Tóxicos	96
2.2.3 — O Testemunho dos Cristãos	57	3.4.6 — AS DIVERSAS PASTORAIS E O MENOR	
TERCEIRA PARTE		3.4.6.A — Pastoral Orgânica e Menor	97
— CAMINHOS DE LIBERTAÇÃO DO MENOR		3.4.6.B — Pastoral da Juventude (PJ) e Menor	98
Introdução	60	3.4.6.C — Pastoral Operária e Menor	98
3.1 — AS GRANDES METAS DA AÇÃO TRANSFORMADORA EM FAVOR DO MENOR	61	3.4.6.D — Pastoral da Saúde e Menor	99
3.1.1 — Apoiamos como aspirações justas	61	3.4.6.E — Ecumenismo e Menor	99
3.1.2 — Denunciamos	61	3.4.7 — PASTORAL COM ESTRUTURAS DE PODER E O MENOR	
3.1.3 — Queremos corajosas transformações estruturais	62	3.4.7.A — Declaração dos Direitos da Criança e Menor	100
3.2 — CRITÉRIOS EVANGÉLICOS PARA UMA AÇÃO TRANSFORMADORA	63	3.4.7.B — A Nova Constituição e o Menor	101
3.2.1 — Critérios Teológicos	63	3.4.7.C — A Política de Bem-Estar do Menor	101
3.2.2 — Critérios Pastorais	64	3.4.7.D — Serviço Militar e Menor	102
3.2.3 — As Dimensões da Ação Pastoral	64	3.4.7.E — Meios de Comunicação e o Menor	103
3.3 — IGREJA E OPÇÃO PELO MENOR	65	CONCLUSÃO GERAL	105
3.4 — PROPOSTAS DE AÇÃO CONCRETA EM RELAÇÃO AO MENOR		ANEXOS	
Introdução	66	— Crianças Indígenas	107
3.4.1 — UMA PASTORAL ESPECÍFICA PARA O MENOR		— Menores Vidreiros	108
3.4.1.A — Pastoral do Menor	67	— Pequeno Canoeiro	108
3.4.1.B — Catequese com o Menor	68	— Bibliografia Mínima	110

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA

- LEÃO XIII — *Rerum Novarum* — Ed. Vozes, Petrópolis, RJ
- CONCÍLIO VATICANO II — *Documentos Conciliares*, Ed. Vozes, 1966
- PAULO VI — *Octogésima Adveniens* — Ed. Vozes, Petrópolis, RJ; *Evangelii Nuntiandi* (A Evangelização no Mundo Contemporâneo), Ed. Paulinas.
- SÍNODO 1971 — *A Justiça no Mundo* — Ed. Vozes, 1971
- JOÃO PAULO II — *Familiaris Consortio* (A missão da família no mundo de hoje), Ed. Paulinas, 1982
- *Discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas* (02/10/1979).
- *Dives in Misericórdia* (Deus rico em Misericórdia) Ed. Paulinas, São Paulo.
- *Aos Jovens e às Jovens do Mundo* — Ed. Vozes, 1985.
- CELAM — *A Igreja na atual Transformação da América Latina* (Doc. de Medellín) Ed. Paulinas, 1979, *A Evangelização no presente e no futuro da A.L.* (Doc. de Puebla) Editora Vozes, 1980.
- BIGO, Pierre; BASTOS AVILA, Fernando — *Fé e Compromisso Social* — Ed. Paulinas, 1983.
- LEURIDAN Juan, MUGICA, Guillermo — *Por que a Igreja critica os ricos*, Ed. Paulinas, 1983.
- HAMAN, A. — *Os Padres da Igreja* — Ed. Paulinas, 1980.
- GOMES, Cirilo Foch — *Antologia dos Santos Padres* — Ed. Paulinas, 1973.
- VÁRIAS: *O Menor em Debate*, revista "Espaço", Cadernos de Cultura U.S.U. nº 11, julho de 1985, Rio - RJ
- CEBRAP e COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ — *Crescimento e Pobreza* — Ed. Loyola, 1977.
- PASSETTI, E. — *O que é Menor?* Ed. Brasiliense, 1982, Col. "Primeiros Passos".
- SCHNEIDER, L. — *Marginalidade e Delinquência Juvenil* — Cortez — SP, 1982.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS — *A Realidade Brasileira do Menor* (C.P.I. do Menor) — Brasília, 1976.
- FERREIRA, R.M.N.F. — *Os Meninos de Rua, valores e expectativas de Menores Marginalizados em São Paulo* — Comissão Justiça e Paz, CEDEC, 1980.
- GONÇALVES, Z.A. — *Meninos de Rua e Marginalidade Urbana em Belém*, Belém - Ed. Salesiano — Dom Bosco — 1979.
- REVISTA "RETRATOS DO BRASIL" — *A Situação da Infância Brasileira* — Editora Política, julho de 1985. *Os Meninos e Meninas de Rua do Brasil*, Ed. Política, Dezembro/1985.
- UNICEF — *Serviços Básicos para Crianças e Mulheres do Meio Urbano Pobre* — Relatório do Diretor Executivo — junho/1984.
- N.Z. MACHADO — *Meninos Trabalhadores* — Cadernos de Pesquisa nº 31 — Fundação Carlos Chagas, 1979, SP.
- LOUREIRO, J. — *Infância dos Mortos* — Ed. Record, 1977 — Rio.
- FREIRE, P. — *Pedagogia do Oprimido*, Paz e Terra, 1979 — *Educação como Prática da Liberdade* — Paz e Terra, 1978.
- NIDELCOFF, M.T. — *Uma Escola para o Povo* — Ed. Brasiliense, SP, 1979.
- DUARTE, S.G. — *Menores Marginalizados e Educação*, FGV/IASAE — Dissertação de Mestrado, 1978.
- SIRGANO, A.P. — *Uma Pedagogia para o Menor Marginalizado* — Educação e Sociedade, 2(5):41-61 - SP, janeiro/1980.
- UNICEF/SAS/FUNABEM — *Paulo Freire e Educadores de Rua, uma abordagem crítica*, 1986.
- WANDERLEY, L.E. *Educar para transformar*, Vozes, Petrópolis, 1984.
- GOUVEIA, A.J. — *O trabalho do Menor: necessidade transfigurada em virtude* — Fundação Carlos Chagas — SP. Cadernos de Pesquisa n. 44, 1983.
- MACETO NETO, Z. — *Meninos Trabalhadores* — Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, nº 31 — SP. 1979; *As Meninas, sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária*, in SBPC, Ciência e Cultura, 32(6) junho/1980.
- UNESCO — *40 milhões de crianças operárias no mundo*, in "O Correio" 1,(12), dezembro/1973.
- MOURA, E.B. — *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial*, Vozes, Petrópolis, 1982.
- FRENTE NACIONAL DO TRABALHADOR — *Trabalho da Mulher e do Menor*, in *Série Leis Trabalhistas*, nº 7, maio/1977.
- XX — *NOVO CÓDIGO DE MENORES* — Ed. Rio, Rio de Janeiro, 1979.
- MORLEY, David — *Pediatria no Mundo em Desenvolvimento*, Ed. Paulinas, 1980.
- OMS/UNICEF — *A Boa Iniciação Nutricional* (Reunião conjunta sobre Alimentação de Lactentes e Crianças na Primeira Infância — Brasília, março/1980).
- QUEIROZ, José J. — *O Mundo do Menor Infrator*, Col. Teoria e Prática Sociais, Cortez, 1984.
- IBGE/DESPO — *Anuário Estatístico de 1984* — Rio de Janeiro.
- BECKER, R.A.; LECHTIG, A. — *Brasil: Evolução da Mortalidade na Infância no Período de 1977-84* — Mimeografado, UNICEF, 1986 — Brasília.
- IBGE — *Pesquisa Nacional de Amostragem Domicílio (PNAD)* — 1982 — R.J.
- CAMPOS SOUZA, D.V.A. — *O Menor Institucionalizado, um desafio para a Sociedade*, Vozes, 1984.
- FUNABEM — *O Menor Infrator*, responsabilidade pessoal e penal, infração penal — Col. Debate, julho/1984 — Rio de Janeiro.
- SAS/FUNABEM/UNICEF — *Coleção "Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua"*: Educador Social de Rua: Cidade da Criança, um trabalho de muita fé e amor; Crianças de Rua Criatividade e Autonomia; Escola também para os Meninos de Rua; Eu preciso trabalhar — Editora Lidador, Rio de Janeiro.
- JAGUARIBE, H. e Outros: *Brasil, 2.000 — Para um novo pacto social*. Ed. Paz e Terra, Rio, 1986
- GIUSTINA, JOACIR e OUTROS: *Menor, uma exigência de ações transformadoras* — Congr. de S. José de Murialdo - Caxias do Sul, 1986.